

ATA 265ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 16 dias do mês de julho de dois mil e vinte hum, às oito horas e trinta minutos pelo aplicativo sympla, realizou-se a ducentésima sexagésima quinta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Patrícia Carvalho Gomes que assumiu a condução da reunião, onde estavam presentes os seguintes **Conselheiros Titulares**: Stella Samara de Paula Faria – Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Mariana de Resende Franco – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDESE, Anédia Farias – Fórum Estadual dos Usuários do SUAS de BH, Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas – Salinas, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, Isaura dos Santos Lopes – Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras, Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo – SSVP, Silvestre Dias – Secretaria Estadual da Fazenda – SEF, Ivone Pereira Castro Silva do Cogemas, Elder Carlos Gabrich Júnior – Sedese. **Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes**: Franciely Ferreira Caetano – Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Luanda do Carmo Queiroga - CRP, Joana Moraes Rabelo Horta Lopes – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Domingos Sávio de Araújo – CMAS/BH, Poliana de Souza Vieira – Secretaria Estadual de Educação - SEE, Laureci Alves de Paula – Movimento do Graal no Brasil, Cristiano de Andrade - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Lígia Camargos da Silva – Secretaria de Estado da Saúde – SES, Elerson da Silva – Cáritas e também, os **membros da Secretaria Executiva**: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Daniel Henrique da Cunha Campos, Eliane Bissoli, Jeane Araújo Jorge Magnane, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Vera Lúcia Rodrigues, Rosalice Tassar de Almeida. Participaram desta plenária como **convidados**: Elizângela Silva, Nelsonv Maure, Edson, Suzanne Horta, Rose Oliveira, Ana Carolina e Soraia Vanessa. **PRESIDENTE**: Bom dia a todas e a todos. Vamos (trecho incompreensível) [00:04:16] 165ª reunião. A Rosa está transmitindo a pauta. E agora vai ser gravada a reunião, não é? Já iniciou a gravação? **ANGELO**: Já. Já iniciou, sim, Patrícia. **PRESIDENTE**: Ah, está joia, Ângelo. Obrigada. Vou pedir a Rosa para fazer menção dos presentes. **ROSALICE - CEAS**: Deixa eu (trecho incompreensível) [00:05:06] é diferente, sabe? Eu vou ter que abrir aqui para ver todo mundo, porque quando eu abro a pauta não dá para ver todo mundo. Será que a Paula poderia fazer a menção dos presentes, por favor? Senão eu não consigo ver por causa da pauta. Paula? Deixa eu terminar... Vamos lá, nós estamos em uma equipe com a Dona Anédia, Ivone... **IVONE, COGEMAS**: Presente. **ROSALICE - CEAS**: Patrícia, Dona Anédia, Gabriela Loiola, Lucas Estevam, Mariana Resende, Élder, Ivone, Francielly, Élerson, Luanda, Joana, Cristiano, Lígia. Nós temos ainda os convidados, deixa eu buscar aqui: a Elisangela como convidada, além da secretaria executiva toda. Nelson Mauri não se identificou. Só os

dois convidados. Ah, a Isaura chegou. Não chegou, gente? Porque eu vi o nome dela aqui e eu não tinha citado o nome. **PAULA - CEAS:** Chegou, sim. **ROSALICE - CEAS:** E a Isaura que chegou e eu não tinha citado o nome. **MARIANA, SEDESE:** O Nelson é o nosso diretor do Cadastro Único. **ROSALICE - CEAS:** Ótimo. São os convidados que nós temos hoje. **PRESIDENTE:** Com a chegada a Isaura nós temos *quórum*? **ROSALICE - CEAS:** Temos. Com a chegada do Élerson já tínhamos *quórum*. **PRESIDENTE:** Ah, ótimo. **ROSALICE - CEAS:** Porque o Élerson está em condição de titularidade. **PRESIDENTE:** Obrigada, Rosa. Passando para apreciação da ata. Não seria ata da 264ª Reunião Ordinária? **ROSALICE - CEAS:** É 4ª. Deixa eu mudar, Patrícia. **PRESIDENTE:** Está ótimo. A ata da reunião Ordinária do mês de junho foi mandada por *e-mail* para todos os conselheiros. Eu submeto a apreciação da plenária. Os conselheiros que aprovam a ata da 264ª plenária Ordinária permaneçam como estão. Os que discordam, por favor, se manifestem no *chat*. Não havendo nenhuma manifestação, aprovada a ata. Passo agora, para justificativas de ausência. A Secretaria Executiva recebeu alguma justificativa? **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, nós estamos só com duas justificativas de ausência que é a Silvia, por motivo de trabalho e o Márcio Caldeira. Eu queria só ressaltar que têm conselheiros que estão faltando e não justificam. É importante essa justificativa, eu acho que é interessante reforçar isso em todas as plenárias, que é regimental a justificativa de ausência. **PRESIDENTE:** Obrigada, Rosa. Inclusive, eu vou pedir para Secretaria Executiva fazer um novo levantamento das ausências. Foi feito a umas três reuniões passadas, não é? O regimento interno coloca que a mesa diretora deverá analisar, a partir de três ausências não justificadas, consecutivas ou cinco intercaladas. Fazer esse levantamento e enviar um novo ofício para as entidades e secretarias que não tenham recebido da última vez, ou que permaneçam com essas ausências. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, a Secretaria Executiva está fazendo esse controle mensal. Essa semana podemos dizer, já te passar e falar. Vou colocar aqui na sumula, na pauta, e fazer esse encaminhamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, o Alison justificou que ele está de férias, para gente. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Ele justificou em um grupo, não justificou formalmente para a Secretaria Executiva. É importante sempre justificar por *e-mail*, um contato formal com a Secretaria Executiva. Mas, bem lembrado. Obrigada. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Patrícia, tem que ver por que tem gente que não está conseguindo entrar, está sem *Internet*. Essa pandemia tem isso, também, não é? Às vezes, tentam entrar e não conseguem. **PRESIDENTE:** Ah, com certeza. Isso daí também, é uma justificativa, não é? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É, tem que ver isso. **PRESIDENTE:** A Executiva tem conhecimento dos conselheiros que estão com dificuldade de acesso devido à *Internet*. **CRISTIANO, SEDESE:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Sim, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Só um comentário, aproveitando o gancho, disso que a Dona Anédia falou e que você falou. Acho que mesmo assim é importante justificar para nós termos o registro do porquê a pessoa

não está conseguindo participar. Para sabermos, realmente, se de fato a questão é o acesso.

PRESIDENTE: Sim, sim. Seguindo com apreciação da pauta. Informes Sedese, CIB, Cogemas, Mesa Diretora e outros. Em seguida, os pontos de apresentação e deliberação: comissões temáticas; vacinação dos trabalhadores do Suas; 14ª Conferência Estadual de Assistência Social. Temos dois pontos. Um informe sobre encontro de mobilização regional para as conferências municipais e Resolução CEAS 733/2021 que alterou o Anexo I, de que trata o Parágrafo único do art. 2º da Resolução CEAS 727. Criação da comissão eleitoral do Conselho Estadual e encerramento. Alguma solicitação de inclusão de pauta? **IVONE,**

COGEMAS: Presidenta, bom dia. Bom dia a todos. Eu sugiro de trazer ao conhecimento a questão do auxílio emergencial do estado, porque ontem saiu um comunicado, eu acredito que esse conselho precisa ser informado sobre o que está acontecendo com o pagamento do auxílio emergencial. Eu sugiro que a gente coloque em pauta para receber os esclarecimentos. **MARIANA, SEDESE:** Ivone, isso está nos nossos informes. Eu vou falar sobre isso agora. Não sei se vocês querem dar algum outro destaque. Os informes já foram para os CEAS, também. Você recebeu, Rosa? Eu pedi a Rose para encaminhar. **ROSA:** A

gente não encaminhou para os conselheiros. Eu até perguntei a Rose se era para encaminhar para os conselheiros. Mas, como você ia apresentar, pensamos em encaminhar agora pelo grupo. **MARIANA, SEDESE:** Eu vou apresentar, mas é para encaminhar mesmo. **ROSA:** Está bom. **IVONE, COGEMAS:** Eu sugiro que se a presidente entender, colocar em ponto de

pauta. Não ser só informe, entendeu? Mas, que a gente pudesse tirar algum encaminhamento com relação a isso, que é muito sério. **PRESIDENTE:** É, eu acho que é interessante a proposta da conselheira Ivone, porque a Sedese tem enviado o informe, aí não temos feito uma discussão. Se dentro do informe a conselheira se sentir contemplada, a gente retira de

pauta depois. **IVONE, COGEMAS:** Ok. **PRESIDENTE:** Mais alguma solicitação de inclusão de pauta? Ontem a sociedade civil definiu que ia solicitar uma pauta, Lucas. Você que ficou de

solicitar? O Lucas está aí? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Na verdade, Patrícia, eu estou aqui “comendo mosca”. Tem um ponto de pauta com relação a plataforma que estamos utilizando e o acesso dos conselheiros para as nossas reuniões. É

isso mesmo, Patrícia? **PRESIDENTE:** Gente, eu estava passando mal, não estou lembrando.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Eu acho que é isso mesmo. Se tiver mais alguma coisa... Luanda está aí? Se estiver, me complementa aí, por favor. **LUANDA,**

CRP/MG: É isso mesmo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza.

ROSA: É isso, Lucas. Plataforma para as reuniões e acesso aos conselheiros. **LUCAS,**

CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Isso, Rosa. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas.

Não tem nenhuma inscrição aqui no *chat*. Os conselheiros que concordam com a pauta, com as inclusões solicitadas pelos conselheiros, permaneçam como estão. **LUCAS, CONSELHO**

CENTRAL DE CURVELO/SSV: Patrícia, eu só queria fazer um pedido. Se esse ponto que

estamos colocando, da sociedade civil, pudesse ser um dos primeiros, uma vez que já teve até manifestação da Dona Anédia, de Cristiano reforçando essa questão de justificativa. A gente já, querendo ou não, começou a introduzir o tema e podemos até abordá-lo por mais... E é rápido, também. Acredito que dê para podemos conversar sobre ele mais rápido.

PRESIDENTE: Ok, eu não vejo problema, inclusive estamos com uma pauta mais enxuta hoje. Bom, os conselheiros que concordam com a pauta da ordem proposta pelo conselheiro Lucas, permaneçam como estão. Os que discordam se manifestem no *chat*, por favor. Aprovada a pauta do dia. Passamos para o próximo ponto, que é os informes. (Trecho incompreensível) [00:15:40] não é, Mariana? **MARIANA, SEDESE:** É. Eu não ia projetar porque eu achei que vocês tinham recebido por *e-mail*, ou no grupo. Vou esperar a Secretaria Executiva encaminhar o arquivo no grupo, ou no *e-mail*, aí eu peço para projetar para mim, também, o arquivo. Pode ser, Rosa? **ROSALICE - CEAS:** Eu estou encaminhando agora para o grupo. Ontem, realmente, não ficou claro, está bem, Mariana? **MARIANA, SEDESE:** Não é para... Eu pedi já, inclusive este ano inteiro eu tenho feito isso, tanto na CIB, como (trecho incompreensível) [00:16:22] e não ficou claro que era para encaminhar até com antecedência, para ficar já no *e-mail*, no *WhatsApp*, mas não tem problema, não. Eu vou começar falando, os nossos informes são os seguintes: o primeiro deles é o cronograma da Rede Cuidar. Tem três quadrinhos em uma tabela com as datas de divulgação e de etapas para execução da Rede Cuidar de 2021. Começando com comunicação com as entidades. Essa comunicação começou essa semana, mandamos um ofício circular por *e-mail*, fazendo contato, pedindo às entidades para manifestar o interesse de participar do programa este ano. Aí nós colocamos o mês de julho até o dia 30 para fazer esses contatos, fazer a divulgação, levantamento sobre Cagec, Cneas, somente das entidades da sociedade civil, porque a documentação e os procedimentos com entidades são alguns, com prefeituras serão outros, com os fundos municipais. Então nós estamos começando pelas entidades, que é onde tem uma exigência documental maior e elas vão precisar de mais tempo para se organizar e apresentar esses documentos. Depois, feito os primeiros contatos com as entidades, vamos começar a fazer os contatos com os fundos municipais para levantamento de documentação. Deixamos o mês de agosto todo para preenchimento dos planos de trabalho, termo de adesão e a documentação que tem que ser feita, inserida nos sistemas que são o SEI e o Sigcon. No mês de setembro, as análises técnicas e jurídicas com ainda, saneamento de pendências que pode acontecer. O mês de outubro assinatura, publicação e pagamento. As datas estão nesses quadros que vocês vão receber. Resumidamente, é isso. Agora, sobre o auxílio emergencial criado pela Assembleia, (trecho incompreensível) [00:19:13], mais uma. O auxílio emergencial que foi... Não está aparecendo aqui... Esse auxílio emergencial é um auxílio de R\$600,00 por família, que foi criado em um Projeto de Lei da Assembleia Legislativa, dentro do Programa Recomeça Minas, que é um programa de incentivo fiscal. Esse auxílio é no valor de uma

parcela única de R\$600,00 e a lei que criou, que foi sancionada em maio, ela previa o pagamento até 1º de agosto. Com a prorrogação do auxílio do governo federal, a Assembleia aprovou antes de ontem à noite – foi exatamente quarta-feira, hoje é sexta. Foi no fim das reuniões da Assembleia, eles alteraram a data do pagamento, considerando que o auxílio emergencial do governo federal vai terminar em outubro. Eles mudaram essa data de pagamento agora, para até 1º de novembro, porque a criação desse auxílio desde o início foi com objetivo de dar uma segurança, um suporte para as famílias com o fim do auxílio emergencial do governo federal. Com a mudança do auxílio do governo federal, a Assembleia também votou a alteração dessa data. As outras questões estão inalteradas. A base de dados é a base do Cadastro Único. Critérios de elegibilidade são famílias com renda *per capita* de até R\$89,00 inscritas no Cadastro Único até 22 de maio, porque a lei diz que a data de recorte era a data de publicação da lei. Essa lei foi publicada em 22 de maio, então a nossa base de dados para o Cadastro Único é dessa data. Acho que é isso. Estamos contratando a Caixa – isso já tinha sido falado – para fazer a execução do pagamento. A contratação da Caixa já estava encaminhada, só que com essa mudança da data de pagamento, a gente ia começar a pagar no final de julho. Agora, vamos fazer um novo calendário de pagamento com a Caixa, para o mês de outubro. Isso aí é um quadro com a quantidade de famílias com a faixa de renda, quantidade de famílias. E o total de famílias em extrema pobreza que temos registrado é 1.086.825, com 1.079.000 famílias elegíveis para recebimento desse Bolsa Família. Temos famílias com responsável familiar ok lá no Cadastro Único para receber. Família que não estiver com o Cadastro Único atualizado, com responsável familiar, não consegue receber no banco. É isso. As fases, a gente já estava na fase final, que é essa comunicação, divulgação. Ia começar a acontecer a partir da semana que vem, agora não vai acontecer mais, nós vamos aguardar mais um pouco. Além disso, dentro dos outros informes, temos pagamento do Piso Mineiro e das parcelas do Recurso Extraordinário. Nós temos aí a quantidade de municípios que já estão regulares e recebendo, 815 municípios já receberam o Piso Mineiro Fixo e as parcelas do Recurso Extraordinário. Os outros informes são as câmaras técnicas da CIB, estamos discutindo em três câmaras técnicas. Uma câmara técnica estamos discutindo a implantação do SIMA, que é o Sistema de Informação e Monitoramento de Violações em Direitos Humanos. Na outra câmara técnica estamos discutindo cobertura de Proteção Especial e na outra câmara técnica estamos discutindo Retorno Protegido de Crianças e Adolescentes. Essas câmaras técnicas estão acontecendo no âmbito da CIB, entre estado, Cogemas e convidados. Mas, eu acho importante trazer como informe para o CEAS saber o que está acontecendo e, obviamente, poder participar quando quiser. Se tiver interesse, a gente divulga o calendário, porque estamos na fase de discussão, mas tudo que for discutido na CIB, depois vamos trazer para o CEAS. Basicamente, os informes são esses. É porque temos aqueles informes da qualificação, educação permanente, das atuações

(trecho incompreensível) [00:25:12] Suas. A minha intenção foi dar destaque só para os que tiveram algum questionamento. Mas, foi enviado para vocês. Peço, também, que vocês vejam e se quiserem fazer algum outro questionamento, estamos a disposição para tratar agora, ou quando inserir, quando foi (trecho incompreensível) [00:25:35]. É isso. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Obrigada. Ivone, você preferiria discutir a pauta na parte da tarde, mesmo? Ou fazer o comentário em cima do informe, agora? **IVONE, COGEMAS:** Presidente Patrícia, eu já sabia, também. Eu recebi o comunicado dessa alteração feita pela Assembleia, mas eu acho que este Conselho precisa se posicionar. Porque a alteração hoje, nós estamos vivendo, não é? Situações de famílias que estão recebendo o auxílio emergencial do governo federal de R\$150,00. Tem famílias que estão recebendo minimamente o Bolsa Família de R\$89,00, não alterou nem para R\$150,00. E tem várias famílias que não receberam nem o auxílio emergencial e nem o Bolsa Família. Nós estamos vivendo um caos enorme no estado de Minas Gerais. Eu acho que só a justificativa... Tudo bem que a Assembleia votou e tudo, mas é o caso de que nós estamos diretamente em contato com as famílias, sabemos a dificuldade que estão as famílias para sobreviver neste tempo de pandemia, com esse auxílio emergencial do governo federal que não veio para... Não tem um significado. Muitas famílias foram cortadas. E mesmo o Bolsa Família, que era proposta do governo federal que ninguém receberia menos de R\$150,00, nós temos um número alto de famílias recebendo R\$89,00, que não passou para R\$150,00. Muitos casos de famílias que perderam o Bolsa Família. O município não teve como fazer reversão, não teve como trabalhar essa perda do Bolsa Família. Então assim, independente que o governo prorrogou esse auxílio mais três meses, eu acho muito complicado o que o estado fez com as famílias mineiras. Muito complicado. Eu não sei se merece uma ação deste conselho, uma nota de repúdio, alguma coisa, porque, de fato, foi um desrespeito muito grande às famílias. Uma vez que nós tínhamos acabado de sair da reunião da CIB e nós já tínhamos divulgado, certamente, que ia pagar em agosto. Todos os gestores fizeram essa mobilização com as famílias e depois, dentro de três dias tem essa movimentação de suspender para novembro. Eu acho que isso é muito complicado. No meu ponto de vista, viu? Não sei, deixo para apreciação dos conselheiros. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. Qual o número dessa lei? Ela aprovou até novembro ou que seja pago em novembro? **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, vou pedir ao pessoal até para olhar, mas eu não sei te falar porque isso foi votado na quarta-feira à noite. Eu não sei se já está no *site* da Assembleia, mas o texto que foi aprovado foi até novembro. O texto da lei falava até 1º de agosto. Eles foram lá e mudaram a palavrinha, até 1º de novembro, entendeu? O calendário de pagamento, como eu estava te dizendo, a gente faz junto com a Caixa Econômica. Já estávamos com esse calendário pronto para começar a executar agora, a partir da semana que vem. Agora, nós vamos reunir com a Caixa semana que vem novamente, porque vamos ter que alterar toda a nossa programação. Nós também fomos surpreendidos, porque a gente

não sabia que isso ia acontecer, não. **PRESIDENTE:** Porque já tinha toda uma programação para pagar até agosto, não é? **MARIANA, SEDESE:** Sim. **PRESIDENTE:** Necessariamente, precisa alterar? Porque se a lei não está falando que obrigatoriamente vai ser pago novembro, até novembro já tinha toda uma programação para ser pago em agosto. Não tem possibilidade que isso seja pago em agosto ou... **MARIANA, SEDESE:** É porque o objetivo é cercar, vamos dizer assim, dar essa segurança após o fim do auxílio. Foi o que motivou a criação da lei. se o auxílio do governo federal for prorrogado o objetivo é que o estado cubra o após do governo federal, a justificativa seria essa. Mas, a gente não parou para reunir, não deu tempo. Nós não analisamos nada disso ainda. A gente simplesmente suspendeu tudo o que estávamos fazendo, porque estava tudo no ar, o *site* pronto, *call center* pronto, comunicação pronta. Inclusive, nós mandamos comunicação para os municípios. Agora nós vamos ter que refazer tudo. Nós não tivemos tempo nem de conversar sobre esse assunto aqui. **IVONE, COGEMAS:** Presidente Patrícia, eu acabei de receber aqui o artigo. De fato, ele fala que o limite para o estado pagar é até 1º de novembro, é o limite, não é? Para pagar. Isso também não está dizendo que ele não possa pagar em agosto, setembro. Não está dizendo. Está dizendo que o prazo limite é até 1º de novembro. Então assim, eu avalio que as famílias não estão recebendo um auxílio que dê condições de elas garantirem um direito básico nesta pandemia. Elas estão sofrendo com 150, com 89. Muitas sem nada. Eu queria até perguntar a Mariana se (trecho incompreensível) [00:32:28] condições de identificar nesse universo de famílias que vão receber, quais que são na faixa de renda de 89 que não foi inserida no Bolsa Família. Porque nós temos várias famílias, que desde o ano de 2019, o governo federal não garantiu o Bolsa Família (trecho incompreensível) [00:32:54] de, também, ter essa leitura nesse universo de famílias que estão lá para receber o auxílio emergencial em Minas Gerais, qual delas que realmente não foi inserida no Bolsa Família. Porque eu tenho certeza de que são várias famílias que estão no CadÚnico com 89, não recebem Bolsa Família, não recebem o auxílio emergencial e estão dependendo de auxílio desse do governo do estado. **MARIANA, SEDESE:** Élder e Nelson, eles estão aqui na reunião. Eu pediria para eles falarem um pouco sobre a base de dados que estamos trabalhando. (Trecho incompreensível) [00:33:48] sobre essas questões aí que a gente tem... **ÉLDER, SEDESE:** Bom dia a todas e todos. Começando sobre a base, não é? Até o jeito que a lei foi colocada nós tivemos até um grande problema de implementação, porque não sei se todos sabem aqui, primeiro que a base de dados do CadÚnico não é do estado, ela é do governo federal. Ela é liberada com um mês de atraso, quer dizer que estamos hoje em julho e temos a base de junho. Além dela ser liberada com um mês de atraso, a informação de quem recebe Bolsa Família e quem não recebe Bolsa Família é liberada com dois meses de atraso. Quer dizer, hoje nós estamos em julho e a base que vamos falando quem recebe e quem não recebe é de maio. Ela é do dia 15 de maio. As pessoas que têm direito a receber o benefício financeiro do Bolsa Família, elas

tinham que estar cadastradas no Cadastro Único em 22 de maio. Essa base que nós temos, hoje, não é possível sabermos quem recebe Bolsa Família e quem não recebe. Muitas vezes as pessoas perguntam: “Ah, mas então usa a do dia 15 de maio, depois complementa”. Também é um problema porque tem que estar cadastrado no CadÚnico em 22 de maio. Se a gente pega do dia 15 de maio, em 22 de maio uma família pode ter sido excluída. Outras são cadastradas, obviamente, outras mudam a renda diminuem, ou aumentam a renda. Não temos como saber. Hoje, essa informação não está disponível e não depende do estado, depende de o governo federal liberar. Adicionalmente, entramos em contato com o governo federal, mandamos ofício inclusive, formalizamos, fizemos reunião. Pedimos que liberassem a base de dados antes, mas eles disseram que não era possível liberar essa informação de Bolsa Família, de quem estava recebendo e quem não estava. Sobre o pagamento, como a Mariana já disse, a gente também foi surpreendido com essa alteração. Estávamos trabalhando para cumprir o prazo, obviamente, da lei, pagar até o dia 1º de agosto. Agora temos que fazer uma reunião com a Caixa, a Caixa também já sabe que foi alterado o prazo, para verificar quando que este pagamento vai poder ser feito. Todos fomos pegos de surpresa, mesmo. A lei fala até 1º de novembro. Acho que é isso. **PRESIDENTE:** Élder obrigada. **ÉLDER, SEDESE:** Por nada. **PRESIDENTE:** O Lucas está perguntando se está vigente, não é? Se já foi publicada? **ÉLDER, SEDESE:** Eu sei que foi aprovada, Patrícia. Eu não sei se foi sancionada ainda. **MARIANA, SEDESE:** Eu acredito que não foi publicada, não, gente. Não deu tempo. A votação foi quarta à noite. **ÉLDER, SEDESE:** A votação foi quarta à noite. **MARIANA, SEDESE:** É, quarta-feira à noite. Acabou a votação na Assembleia na quarta-feira à noite. Ontem a gente não parou para olhar isso, mas tem o tramite da Assembleia, tem o tramite de envio para o governo... Esses detalhes eu não dou conta de falar para vocês, não. Sinceramente eu não sei, não tive tempo de olhar. **NELSON, SEDESE:** Gente, desculpa. É o Nelson aqui. Ainda não foi publicada mesmo, não. O texto foi aprovado na quarta, mas ainda não tem a publicação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia eu queria falar. **PRESIDENTE:** Sim, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sobre essa perspectiva e essa ótica, essa alteração não pode ser feita. Porque a administração pública só pode fazer aquilo que está determinado em lei, em lei vigente. Uma vez que não foi publicada e ainda não está vigente, essa alteração não pode ser feita, por enquanto. Por mais que se tem o conhecimento dessa aprovação na Assembleia, essa alteração que está sendo informada para o CEAS não pode ser feita porque a lei ainda não está vigente. O Poder Público e todos os seus servidores não podem fazer esse tipo de alteração, porque não tem lei que respalda este ato. É só uma questão básica de Direito Público. É isso. **MARIANA, SEDESE:** É, mas, Lucas, o que estamos dizendo é que a gente não fez nada ainda. A gente simplesmente suspendeu o que estava em curso. Efeito prático, concreto. Não tem por que, ainda está no prazo que é até 1º de agosto, entendeu?

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Pois é, Mariana, mas aí não pode suspender. **MARIANA, SEDESE:** Sim. A gente suspendeu as nossas atividades aqui, internas. Não tinha nada externo ainda, sendo executado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mas o pagamento não começaria semana que vem? **MARIANA, SEDESE:** A gente não teve tempo nem de analisar o conteúdo que (trecho incompreensível) [00:38:23] **IVONE, COGEMAS:** Está no *site* da Sedese, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Oi? **IVONE, COGEMAS:** Está publicada no *site* da Sedese alteração, para dia... Para novembro, até novembro. Está lá. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A publicação é passível de questionamento. **IVONE, COGEMAS:** Já está lá, pública. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** (Trecho incompreensível) [00:38:42] não pode fazer isso. **IVONE, COGEMAS:** Eu concordo com você. **MARIANA, SEDESE:** Não, nesse ponto de vista, eu entendo o que vocês estão falando, sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pois é. Porque assim, o informe que foi trazido, foi de que o pagamento começaria a partir da semana que vem, que foi suspenso este ato. Que iria na semana que vem, iria ter uma conversa com a Caixa para poder reprogramar tudo para frente. Mas, qual é o embasamento se a lei não foi sancionada? Se a lei não está vigente, foi só aprovada pela Assembleia? Enquanto não há publicação de legislação, ela não está vigente. Não tem sanção do governador, não tem publicação no Diário Oficial, a lei não existe. É importante a gente se ater a isso. Na minha perspectiva, o ato tem que continuar naquilo que já está previsto em legislação vigente. Não podemos antecipar a algo que ainda não foi publicado. Isso é princípio básico da administração pública e do direito público, com relação à legislação. Eu queria só pedir uma atenção nesse sentido, e até mesmo nesse sentido que a Ivone trouxe que foi publicado, que já houve a suspensão do pagamento que iria começar na semana que vem. Mas, qual é o fundamento legal? Não tem. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro. O conselheiro Élder está inscrito. **ÉLDER, SEDESE:** Gente, só um exemplo do prazo para vocês. Quando a Mariana fala de ter suspenso. Por exemplo, o *call center* ia entrar no ar para responder as pessoas agora, e o atendimento no 155. O atendimento no 155 ia falar uma data, um calendário de pagamento. Imagina se a gente coloca um *call center* no ar, as pessoas começam a ligar, seriam informados que elas vão receber o benefício na semana que vem, e aí essa lei vai ser publicada e na semana que vem muda o calendário. Imagino o tanto de desinformação que a gente iria levar. Tiramos do ar. Essas questões poderiam confundir as pessoas, dado que há uma indefinição de quando haverá esse pagamento. É isso que estamos falando. A gente não deixou de fazer. Deixamos de fazer coisas que, realmente, não tinha como falar agora. Realmente, não sabemos como vai ficar essa data. E a lei vai ser publicada nos próximos dias. Obrigada, Patrícia. **PRESIDENTE:** Obrigada, Élder. Eu queria só lembrar os conselheiros e demais participantes de informar o nome e a representação quando forem falar, para fins de registro em ata. A gente vai

esquecendo ao longo do dia. Conselheiro Lucas, inscrito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Assim, eu não acredito que seja uma desinformação até porque a legislação, salvo melhor juízo, dá uma possibilidade que o pagamento seja até uma data limite. Pode ser feito o pagamento dentro desse período, da data atual até a data limite. Eu acredito que não seja uma desinformação se o órgão que gere, e que tem o domínio dos pagamentos, possa fazer dentro deste prazo, ou antecipado, ou até a data limite. A minha interpretação é nesse sentido. **PRESIDENTE:** A próxima inscrição é a da Ivone? O meu *chat* ficou pequenininho... Isso. Ivone, por favor. **IVONE, COGEMAS:** Eu entendo... A partir do momento que vocês, sei lá, a Sedese tomou a decisão de comunicar isso tudo lá. (Áudio ruim) [00:38:41]. **ÉLDER, SEDESE:** Seu áudio está cortando, Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Oi. É o que? **ÉLDER, SEDESE:** Seu áudio está cortando. A gente não ouviu um pedaço. **IVONE, COGEMAS:** Eu estou dizendo... Está ouvindo? **PRESIDENTE:** Agora sim, repete tudo porque picou três vezes, eu acho. **IVONE, COGEMAS:** Eu concordo com as justificativas que foram apresentadas aqui, mas eu acho que já que a Sedese tomou uma ação de comunicar que o auxílio emergencial foi prorrogado. Lá está dizendo que foi prorrogado para novembro, até novembro. Eu acho que nós temos que entender que hoje, praticamente hoje, com a lei sem ser publicada, temos a lei aprovada, dizendo que o limite é até novembro. Isso não justifica que o auxílio tem que ser prorrogado até novembro. Eu acho que merece a gente estruturar, não é? Junto com a Sedese, o conselho, a data para pagamento. Não quer dizer que nós temos que pagar em novembro. Eu acho que é possível, com tudo construído, pagar agosto, setembro, outubro. Nós não precisamos pensar que o pagamento vai ser em novembro, conforme está lá a perspectiva de reunir com a Caixa em outubro, para discutir o pagamento. Hoje eu estou colocando a situação das famílias. Elas não estão boas. Todo mundo está vendo. O auxílio que era para o governo federal pagar, de R\$600,00, aprovou de R\$150,00. E muitas famílias que deveriam receber de R\$150,00 estão recebendo R\$89,00. Como que uma família vive o mês inteiro com R\$89,00? Precisava alguém passar por essa experiência para ver o que é R\$89,00 no mês. Uma família de extrema pobreza. Nós temos famílias, dentro do Cadastro Único, que não foram incluídas no Bolsa Família desde o ano passado. Não tem mais escalonamento de inclusão no Bolsa Família, do governo federal. Nós temos muitas famílias, com perfil de Bolsa Família, sem receber Bolsa Família e sem receber auxílio emergencial no estado de Minas. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. A próxima inscrição é do Élder. **ÉLDER, SEDESE:** Gente, só esclarecendo a questão do *call center*. Lucas é um problema, sim, a gente colocar o *call center* no ar. Por quê? Quando a pessoa liga para o *call center*, geralmente ela pergunta: “Ah, eu tenho direito a receber? Aí você responde sim ou não e ela fala: “Que dia nós vamos receber?”. Os atendentes do *call center* são orientados para responder o dia exato, porque é um calendário de pagamento. Eles falam: “Você vai receber dia 28 de julho”, por exemplo. Aí essa pessoa não vai ligar para o *call center* de novo,

e muito provavelmente, ela não vai ficar sabendo que houve essa alteração de data. É uma preocupação de disseminar essa informação. As pessoas – inclusive é uma coisa que é sempre trazido nos (trecho incompreensível) [00:46:43] – tem municípios que não têm agências da Caixa. Tem municípios que a lotérica é longe. Aí a pessoa vai sair da casa dela para sacar o benefício, chegando lá ela não vai conseguir sacar. Às vezes, como vocês já trouxeram muitas vezes, o pessoal nem vai dar informação para ela de que mudou ou de que é o auxílio. Pensamos que isso iria trazer um transtorno enorme para as pessoas se colocássemos esse *call center* no ar. Justamente, por isso que suspendemos essa ação, como suspendeu a ação do *site* também, porque precisávamos dessa base de dados definida. Acabei de falar, não temos nem informação de quem recebeu Bolsa Família (trecho incompreensível) [00:43:07] para fora, infelizmente, com essa alteração elas não poderiam ser colocadas no ar. Esse ponto que eu estou falando, quando a gente fala que tem um *call center*, ele não só informa: “Você vai receber até o dia x”, ele informa exatamente o dia que a pessoa vai receber, informa a conta se já tiver a informação da conta. Não conseguiríamos fazer isso, por isso ele não foi colocado no ar. Obrigado. Patrícia, esqueci de falar meu nome de novo. Desculpa. **PRESIDENTE:** Tudo bem. Anédia, pode falar, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu fico ouvindo falar aí, como é que se procede isso tudo? O que eles pensam de nós, dos pequeninos? É tão bonito falar extrema pobreza, não é? Olha, ganhando R\$89,00, ganhando 150. Eu queria saber como é que é feito isso para nós? Porque quando é para os outros, para deputado, para não sei o quê, para vereador, é lá em cima. É lá no teto. E o nosso era piso, agora não tem nem como chamar, é buraco. Eu acho que nós temos que tomar uma posição em favor dos pequeninos. Eu, quando me candidatei a ser conselheira, foi para dar voz a quem não tem e de receber os pequeninos, não é? Porque todo mundo fala que é extrema pobreza, eu digo que nós somos pequeninos, mas não somos essa coisa que querem nos taxar aí, não. Penso assim, gente, como é que... Eu quero saber quem propõe isso aí? Se ele tem mãe, se ele tem filho, se ele tem empregada doméstica? Se ele, em algum momento lá na extrema pobreza, ver que esses R\$89,00 dá, e ainda tem gente que é cortado. Gente que não precisa, está recebendo. A gente vê isso todos os dias. Eu gostaria muito, gente, que nós aqui nos posicionássemos a favor dos pequenos, para parar de ser taxado de extrema pobreza. Extrema não sei o quê. Extrema é o buraco em que nós estamos. Em um buraco vendo nossos filhos querendo as coisas e não podemos dar. Estamos passando fome, estamos tendo que pedir para sociedade civil as cestas básicas. As comunidades se mobilizando para dar comida para o povo, quando isso era do estado, do município e do federal. E está aí mobilizações para o povo não morrer de fome. Eu queria saber isso. Eu não estou brigando, não, o meu modo de falar que é esse. A gente cansa de ser excluído de tudo, não nos perguntam nada. Decidem lá e joga: “Ou você aceita ou você morre de fome”. E quem é que carrega o Brasil nas costas? Somos nós, os pequeninos.

Somos nós, aqueles que dependem desse dinheirinho, porque agora não está tendo emprego. As mães não estão tendo nem faxina para fazer. Eu fico pensando... Aí adia. Vai até não sei... Até lá vão comer o quê? Água? Nem água, porque nós não estamos podendo colocar a água em dia, e a Copasa não pensa para cortar. A Cemig está dando aumento quase todo mês. E o que será de nós, gente? Nós não temos direito a nada? Para, gente. Nós, do conselho, pelo amor de Deus. Vamos nos posicionar nisso aí, porque tem gente passando fome, se não está é porque nós estamos... Vocês sabem que estamos nos mobilizando para manter essas famílias. É tão triste saber que temos direito. Temos direito a tudo. Está lá no Estatuto da Criança, estão pensando no Estatuto da Criança? Não, gente. Só está lá, está escrito que a criança tem direito a comida, ao lazer, a educação, a não sei o quê e tudo o mais. Agora, vai ver se ela tem? Ela não tem nada e com essa pandemia ainda se tornou pior. Porque a gente não pode levar um filho, um neto no Parque Municipal porque tudo é pago. É o sorvete, é o brinquedo, é isso, é aquilo. Nós não temos. Nós queremos ir ao zoológico, não podemos levar nossos filhos, por quê? É pago. É dinheiro, tem que pagar ônibus para ir, tem que pagar isso, tem que pagar aquilo. Não pensam um minuto em nós, pensam só neles. Me desculpem vocês que estão no governo, mas é assim. Eu sei que vocês têm que defender o governo, mas pensem um pouco em nós. Olhem um pouco para baixo, não fiquem olhando só para cima, não. Porque nós estamos dentro do buraco, estendendo a mão: “Nos socorre. Nos socorre, pelo amor de Deus”. Porque nós não queremos esmola, e o que estão querendo dar para nós é esmola. Nós não queremos isso, gente. Nós não merecemos isso. Eu já sou bisavó, me preocupo agora com os meus bisnetos. Eu estou tendo que ajudar os netos a criarem os bisnetos. Isso é um absurdo. Depois que eu trabalhei tantos anos, eu ter que pegar meu salário para ajudar meus bisnetos para eles não passarem fome. É revoltante como eu (trecho incompreensível) [00:53:25] um milhão e não sei quanto, e é muito mais, porque não divulgam a verdade. A verdade não vem para frente da televisão, não vem para nada. Só vem interesse do governo. Interesse por nós pequeninos, não tem. Pelo amor de Deus, conselho, vamos nos posicionar. Vocês aí que estão dando essas explicações, se vocês que estão lá não estão tendo informação, e nós? Que estamos aqui? Nesse vai e vem: “Agora não vai mais, agora vai, agora não vai mais”. Ah, eles não significam nada. Nós significamos muito, sim. Eu queria que vocês nos dessem esse valor, gente, pelo amor de Deus. Eu não sei falar bonito, eu não sei falar lei, mas eu sei que tudo isso está no Estatuto do Idoso, da criança e do adolescente. Tudo. E aí as crianças com fome começam a roubar, vamos esperar eles entrarem com 16 anos, com 10 anos no mundo do crime, da droga e não sei do que... Aí vamos lá ganhar dinheiro em cima deles. Vão lá tentar salvar... Tentar salvar o que? Se vocês estão estragando as crianças pequeninas, de colo. Estão estragando as crianças de zero a 14 anos, porque depois dos 14 anos a criança já sabe se defender e sabe o que é certo ou errado. Olha, gente, eu digo por experiência: teve uma época na minha vida

que se me oferecessem para me entregar um bagulho por dinheiro, para eu dar comida para os meus filhos, para os meus netos que eu criei, eu fazia. Tem muita gente que faz não é porque é sem vergonha, porque quer. É por necessidade, é por desespero de pegar um litro de leite e ter que botar outro de água. É ter que botar na mesa um mingau de fubá só, para a criança. Elas não têm uma carne para dar para nossos filhos, nossos netos, nossos bisnetos. Olhem por nós, pelo amor de Deus. Conselheiros, vamos ver o que nós podemos fazer para que esse povo nos enxergue. Me ajuda, gente. Vamos tirar gente do buraco. Vamos parar com esse negócio de extrema pobreza. A gente não precisa estar lá no zero, para que vocês deem a mão para a gente, não. Está em tudo que é estatuto, em tudo que é campanha de governo. Quando vem, promete tudo para nós. Aí vão todos atrás de nós pedir voto e prometer. Depois quando entra lá, é isso aí que fazem. Ou é isso ou morre de fome. Olhem para a base que nós estamos, não estamos mais no piso. Nós estamos dentro de um buraco pedindo, estendendo a mão: "Socorro, socorro". E vocês, o governo já passou do teto. Eu não vou dizer que está no céu, não. Porque já passou do teto. Eu como representante do (trecho incompreensível) [00:52:29] falar mesmo, que eu falo um pouco agressiva, devido ao sofrimento da vida, para aprender a se defender, não é? A gente aprende, às vezes, a falar um pouco mais agressivo para ver se ouvem a gente. Porque, às vezes, a gente fala assim muito baixinho, humilde, sabe? Aí vem e pisam em cima da gente, como estão pisando. Muito obrigada por me ouvirem. Por favor, socorro para nós. **PRESIDENTE:** A gente que agradece a senhora por falar, dona Anédia. A senhora não fala de forma agressiva, jamais. A senhora fala do seu jeito, com base na sua realidade, na sua vivência, não é? Obrigada. A próxima inscrição é da Suzane. **SUZANNE, SEDESE:** Oi gente, bom dia. É só para dar uma informação. Eu concordo com tudo que foi falado. Eu acho que temos que rever as datas, mesmo. Essas preocupações que estão colocando, a gente têm também. Acho que a nota foi complicada, enfim. Quando o Élder fala que temos que reunir com a Caixa de novo, só para contar para vocês o que eles passam para a gente é que eles têm uma preocupação de não gerar aglomeração nas casas lotéricas e nas agências da Caixa, sabe? Quando a gente for pensar em data, tem que pensar em datas que não coincidem, às vezes, com o auxílio emergencial, justamente para não gerar esse fluxo grande nas agências, não é? Estamos na pandemia ainda, enfim. É só essa questão da data, quando o Élder fala que temos que reunir de novo com a Caixa, é porque eles trazem isso muito para a gente, sabe? Essa questão de não coincidir com datas de outros benefícios, para não gerar esse fluxo grande em agências, em casas lotéricas. Só para dar essa informação que eu acho que o Élder não falou, só para complementar. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne. A próxima inscrição é do Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Patrícia. Eu já quero fazer um encaminhamento. Se não tiver mais nenhuma manifestação. **PRESIDENTE:** Tem outras inscrições depois da sua. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ah, então

deixa para o final que eu faço encaminhamento. **PRESIDENTE:** É só a Gabriela. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Mostrar a minha indignação com relação a essa alteração. A Ivone colocou muito bem. É exatamente isso, Ivone, que está acontecendo aqui, também. A população está pedindo socorro porque o benefício concedido pelo governo federal não atende as necessidades da família. Dona Anédia, eu estou aqui extremamente emocionada. A reunião como a gente comentou em casa, a menina que me auxilia aqui em casa estava ouvindo, ela até falou: “Se hoje eu ficar desempregada, eu me transformo em uma prostituta para manter a minha filha”. Aí eu fico me perguntando: o que a gente espera para as nossas crianças? Para as mulheres? Para as idosas, como a Anédia colocou. Depois de ser aposentada, tem que investir a sua aposentadoria para o sustento da família, porque o estado não garante condições mínimas. Gente, isso não dá para aceitar. Aí eu fico com a pergunta: amanhã o governo federal prorroga mais uma vez o auxílio. Nós vamos prorrogar aqui, também? Quantas famílias não estavam aguardando por esse momento? Não dá para brincar com isso. Nós estamos falando de subsistência. Nós estamos falando de fome, de miséria. Não dá para esperar até o mês que vem, não. É para agora. Eu espero, Lucas, estou confiante de que nós consigamos sair daqui com uma proposta bastante importante para que o estado garanta o auxílio que já havia sido aprovado, que estava dentro de um cronograma. Por que, de fato, não dá para esperar que nossas mulheres se tornem prostitutas para manter a alimentação dos filhos, não é? Não dá para brincar com a vida das pessoas. Nesse sentido eu queria colocar a minha indignação com relação ao que está acontecendo. **PRESIDENTE:** Obrigada, Gabriela. Nós temos a inscrição de um participante, o Edson. Bom dia, Edson. **EDSON, USUÁRIO SUAS:** Bom dia a todas e a todos. É com muita tristeza e perplexidade que a gente vê esse descaso do governo com a subsistência, sobretudo das famílias mais vulneráveis. Eu sou Edson e como segmento usuário do Suas, a palavra que eu deixo é indignação, repúdio e um desgoverno que mostra para quem ele governa. Um desgoverno que deixa muito claro que a postura dele é tão somente beneficiar os privilegiados, beneficiar quem tem muito, beneficiar as empresas e os grandes empresários. E, tão somente, beneficiar aqueles que nesse momento não dependem de um auxílio do governo para a própria subsistência. A gente fica perplexo e aí a Dona Anédia, com essa voz potente mesmo, dos usuários, nos traz com muita clareza, nos traz essa triste realidade que os usuários do Suas têm vivenciado. A contribuição que eu gostaria de deixar (áudio ruim) [00:59:02] é de perplexidade, de repúdio mesmo. Não sei se é possível, mas eu penso que talvez seria interessante sair daqui uma monção de repúdio. Sair uma monção de repúdio a essa postura, porque são mudanças que, na verdade, para quem está dentro do gabinete, para quem está lá muito bem, com salário em dia, quem está muito bem amparado e com um monte de regalias que apenas esses três poderes... Na verdade agora o 4º, não é? Nós temos também os militares que são o 4º poder.

Estamos vendo toda mamata, para além do Executivo, o Legislativo, o Judiciário. Eles também têm essa mamata, e nas três esferas – federal, estadual e municipal – ou seja, é para eles que estão na zona de conforto, ok. Mas, e para quem está na ponta? Para o usuário do Suas? É desumano. Eu acho que seria interessante se pudesse sair daqui uma moção de repúdio a essa mudança, a essa atitude. Acho que o mínimo que eles deveriam fazer é nos escutar, ouvir os usuários para entenderem a real demanda. E que, na verdade, esse desgoverno mostra qual o lado dele, para quem ele governa, qual é a posição dele. É nesse sentido. Nós estamos nessa luta para que nessas conferências, agora, a gente possa avançar um pouco e que não seja apenas esse assistencialismo, essa migalha. Muitas vezes o usuário do Suas tem que ficar mendigando algo que é um direito constitucional, algo que é um direito. Tem lei. Mas, com tudo, eles simplesmente agem como mero assistencialismo, agem meramente como se estivessem fazendo um favor. Só que nós, usuários, sabemos que não é favor nenhum. Nós sabemos que tem leis que regem a Política Pública de Assistência Social e nós precisamos fazer valer esses nossos direitos enquanto usuários dos Suas. A gente pensa, mais do que nunca, que esse momento é um momento de unificar mesmo o trabalhador, os gestores e os usuários nessa luta, para que possamos não continuar com esses retrocessos, não continuarmos com esse descaso, com essa desumanidade. Eu penso que nosso lema tem que ser este: “Nada sobre nós, sem nós”. Precisamos, sim, ter a nossa voz ouvida. Precisamos, sim, fazermos coro juntamente com os demais segmentos para que possamos tirar essa ideia de que o governo está fazendo favor. Não é favor nenhum, não. Ele, simplesmente, está cumprindo aquilo que a legislação determina que ele deve cumprir. Inclusive cumpre muito mal, porque ele simplesmente faz politicagem em cima de algo que, no meu ponto de vista, deveria ser uma política de estado e não política de governo como eles ficam aí, brincando com as pessoas. Não estão nem aí. Se 14 milhões de pessoas estão passando fome, não estão nem aí. Se milhares de crianças vão morrer com fome, não estão preocupados com isso. Se os idosos morrerem com fome, não estão preocupados. Simplesmente agem dessa forma, em uma canetada fazem as mudanças que eles julgam na visão deles que são as melhores, sem ouvir quem realmente está na ponta. É isso. Obrigado pela oportunidade. Uma excelente reunião produtiva para todos e todas. **PRESIDENTE:** Obrigada, Edson. Retorno, agora, a inscrição para o conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigada, Patrícia. O meu encaminhamento é no sentido da fala que o Edson trouxe. É de uma nota de repúdio frente a nota publicizada pela Sedese, de suspensão dos atos de prorrogação da data de pagamento desse auxílio, com o encaminhamento dessa nota para Sedese, para o governador do estado, para todos os municípios e para imprensa do estado de Minas Gerais. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas. A gente teve uma proposta de encaminhamento aqui no *chat* também, da conselheira Ivone. Confirma para mim, Ivone, se é proposta de encaminhamento. Você colocou aqui no *chat*: “A Sedese

pode pagar em duas etapas aqueles que não tem Bolsa Família e nem auxílio, agora em agosto, e pagar os outros no mês de setembro”. Seria uma proposta de recomendação, Ivone? **IVONE, COGEMAS:** Isso mesmo, presidenta. Olha, eu acho que diante de todas as falas: Dona Anédia, Gabriela, todo mundo que... Agora, o Edson. Também não impede a Sedese de fazer uma escala de pagamento, até novembro. Eu não vi aí, a Sedese não colocou se vai pagar em novembro ou se vai pagar... Ou se tem alguma proposta de prazo de pagamento. Eu acho que tinha que pensar, ou sugerir uma proposta para a Sedese, ou ouvir a Sedese, se tem alguma perspectiva para pagar. Se vai pagar em novembro, ou se tem uma perspectiva de pagar antes do mês de novembro. Porque a lei fala até novembro, o prazo limite, não é? **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, você está sem áudio. **PRESIDENTE:** Eu estou com microfone fechado. Mais alguma inscrição? Algum conselheiro gostaria de se manifestar? Ou podemos passar para votação das propostas de encaminhamento? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu diria que não é só fazer esse pagamento assim, não. É melhorar esse pagamento para nós. Eu queria muito que aparecesse aí assim: “A partir do mês que vem vai ser tanto”. Não vai ser essa miséria que não dá para comprar nada, que não dá para pagar aluguel, que não dá para pagar água, luz, não dá para pagar nada. Gostaria muito de ouvir isso. Isso daí não dá nem para uma pessoa se manter. Isso daí, que estão nos dando, pergunta aí a qualquer um de vocês. Vocês não passam uma semana com isso aí. Nenhum. Mas, nós temos que passar o mês inteiro. Eu gostaria muito que houvesse melhoria nessa ajuda nossa, porque dinheiro tem, porque se não tivesse, eles não roubavam. Está sobrando lá, por isso que eles que eles ficam roubando. É isso que eu tenho para falar, gente. Um dia eu ainda quero ouvir isso daí. Esse ano, ainda. **PRESIDENTE:** Gente, eu já estou em outra reunião aqui. Eu estava falando na outra reunião, por isso que estava fechado. Eu estou aqui. Desculpem, gente, eu vou ter que me ausentar agora, mas na outra reunião as pessoas estão entrando ainda. Eu estou autorizando a entrada. Eu consigo colocar aqui a proposta para votação. Nas propostas complementares, na verdade, não é? A gente pode votar, como é que fala? Não é por contraste, não. Me desculpem, eu esqueci. Ou temos que votar por chamada, planilha de votação? **IVONE, COGEMAS:** Patrícia, acho que uma proposta só. É uma proposta de repúdio, e uma proposta de recomendação para a Sedese. Eu acho que é uma só. **PRESIDENTE:** Sim, mas eu estou perguntando se querem que a gente abra a planilha de votação ou se pode votar... Os que concordam, permaneçam como estão? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho que é viável. **MARIANA, SEDESE:** Eu só queria manifestar que a gente se abstém de votar, porque não tem como votar contra algo que vai contra o nosso próprio órgão **PRESIDENTE:** Vamos chamar a planilha de votação, então? Por favor, Secretaria Executiva. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, só para ficar claro, vai ser um encaminhamento mesmo, nota de repúdio e uma nota de recomendação, ou dois encaminhamentos? Pode ser tudo votar na mesma planilha? Ou abre duas planilhas, uma

para cada encaminhamento? O que vocês preferem? **PRESIDENTE:** Eu acho que pode votar uma planilha... O que você acha, Mariana? Você acha que podemos votar em planilhas separadas a nota de repúdio e a recomendação? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, como eu e a Ivone que propusemos, eu estou aderindo à proposta da Ivone e acredito que a Ivone está aderindo à minha. É uma proposta só. **PRESIDENTE:** É porque, às vezes, pode ser que tenha pessoas que queiram votar a favor de uma e contra a outra, entendeu? Porque elas são complementares, mas por exemplo, poderia ser uma resolução de recomendação e uma nota de repúdio. Então seriam instrumentos diferentes, não é? Aí pode ser que tenha gente que queira votar separadamente, por isso. **MARIANA, SEDESE:** A gente não vai votar em nenhum dos dois, porque como eu disse, não discutimos internamente como vai ser a alteração da execução. Não vou me manifestar, nesse momento, sobre nada do que vocês estão discutindo porque não tem como manifestar, uma vez que o governo ainda nem tomou as providências que precisam ser tomadas. **PRESIDENTE:** É, essa manifestação é até para isso, não é? Recomendar que seja pago agora, em agosto e setembro. A recomendação tem que ser anterior a essa tomada de atitude, digamos assim, do Poder Executivo, enfim. Hoje já tem a nota no *site*. **IVONE, COGEMAS:** Patrícia, o Lucas falou muito bem, não são duas propostas. A gente pode compor de comum acordo. Nós temos uma proposta, além de fazer uma nota de repúdio, fazer uma recomendação para a Sedese. Agora, se tiver uma outra proposta aí, vai entrar outra proposta. Estamos de acordo, que acho que seria uma só. Agora, eu sugiro que a nota de repúdio é porque, de fato, teve um ato da Sedese no *site* dizendo que foi prorrogado. Por isso que estamos repudiando. A segunda, dando sugestão, sugerindo, recomendando para que faça esse pagamento em agosto, setembro. **CRISTIANO, SEDESE:** Patrícia, posso só fazer um comentário? **PRESIDENTE:** Sim, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde a todos. Eu estou entendendo, estou acompanhando aqui, entendendo toda discussão. Mas, só para deixar claro que essa iniciativa de não pagar na semana que vem, foi uma ação que foi embasada – apesar de não ter virado lei ainda – em uma votação que houve essa semana da Assembleia Legislativa. O início foi na Assembleia Legislativa. Como a Mariana falou, a gente deu início a todo procedimento para cumprir o calendário que já tinha sido acordado. Mas, aí com a notícia, para que não houvesse atropelos nas informações e confusão, na quarta-feira à noite, a gente não teve tempo ainda de se organizar. É só para ficar claro, que assim, estamos falando muito. Eu trabalho no governo, eu preciso falar disso porque... Houve uma provocação a partir de uma votação na quarta-feira, da Assembleia Legislativa. É só para deixar isso claro, que não partiu do nada essa decisão de adiar o início da operacionalização. Ela foi feita a partir de uma provocação, de uma votação acontecida pelos deputados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Só para ficar bem claro isso, está bem? Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Cristiano. Eu acredito que já até estava claro. Houve até esse

questionamento, foi colocado aqui no *chat* também, por exemplo, pensou-se em adiar em função da prorrogação do auxílio emergencial. Se o auxílio emergencial federal for prorrogado até dezembro? Aí vai adiar para janeiro? E as famílias que não recebem o benefício do auxílio emergencial federal, elas vão ficar sem esse auxílio? Como o Lucas colocou aqui no *chat*, não impede o pagamento, não é? Enfim. Os conselheiros estão entendidos? Podemos iniciar o regime de votação? Nenhuma manifestação. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, eu só posso pedir um esclarecimento para Secretaria Executiva. Essa nota, é só uma nota? E essa recomendação vai ser por ofício, ou essa recomendação vai ser dentro da nota? **PRESIDENTE:** Eu acredito que possa ser via resolução, não é? Porque o conselho é deliberativo e ele pode recomendar. Quando se fala de recomendação, eu entendo que é via resolução. Inclusive dá a devida publicidade ao ato, não é? Porque o ofício só ia sair para o Sedese e aí não tem essa publicidade também. **ROSALICE - CEAS:** Já acrescentei: “Recomendar por resolução a Sedese em pagar...” **PRESIDENTE:** É, mas, eu ia até falar isso na hora de colocar em votação. Em regime de votação duas propostas de encaminhamento complementares: emissão de nota de repúdio, frente nota da Sedese sobre a suspensão e alteração da data (áudio ruim) [01:14:40] para enviar para Sedese, governador e imprensa. E emitir uma resolução de recomendação à Sedese, para que pague em duas parcelas para aqueles que não tem Bolsa Família e nem auxílio, agora em agosto, e pagar os outros no mês de setembro. Como vota Patrícia, representante do Cress? Pela aprovação. Dona Anédia, do Fórum Municipal Usuários do Suas? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Patrícia, acabo de (áudio ruim) [01:19:37] é a favor ou contra, não é? **PRESIDENTE:** Isso. O que está em discussão é a nota de repúdio frente a nota da Sedese para suspensão da alteração e uma recomendação para pagar em duas etapas. Uma agora, em agosto, e setembro. Como a senhora vota? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** De acordo, não é isso? Ou estou votando errado? **PRESIDENTE:** Não, eu entendi que a senhora está aprovando a nota... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Estou aprovando a nota de repúdio, sim, (trecho incompreensível) [01:15:54]. **PRESIDENTE:** Entendi. Obrigada, Dona Anédia. Como vota Élerson, pela Cáritas Brasileira? **ELENSON:** Pela aprovação, Presidente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Votou no *chat*, Patrícia, pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ah, obrigada. Como vota Gabriela, do Fort Salinas? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada. Como vota Isaura, Associação dos Quilombolas de Suassui? Ela votou no *chat* pela aprovação. João Alves está ausente e o suplente também, Marcio, justificou por motivo de trabalho. Como vota Lucas, Conselho Central São Vicente de Paula? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Natália, pela Federação das Apaes está presente? Ausente. O Alisson, da Adra, também, justificou a ausência em função de férias. Rosiane, Cmas Campo Belo? Está ausente. Silmônica, Cmas Juiz de Fora também está ausente, não é? Ambos Cmas estão com vacância na suplência. Como vota Mariana, pela

Sedese? **MARIANA, SEDESE:** Abstenção. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana, abstenção. Como vota Élder, pela Sedese? **ÉLDER, SEDESE:** Abstenção. **PRESIDENTE:** Ok. Genilda, Cmas Novo Oriente de Minas, está presente? **ROSALICE - CEAS:** Alguém da Secretaria Executiva pode ver? Eu não consigo ver os presentes, agora. **PRESIDENTE:** O Sávio também está ausente, não é? **PAULA - CEAS:** Ausente. O Sávio também justificou que não viria pela manhã. Justificou agora, não é? **PRESIDENTE:** Gian, da Secretaria de Estado de Saúde? **LÍGIA, SES/MG:** Ele está ausente. Sou a suplente, Lígia, e eu vou me abster do voto. **PRESIDENTE:** Ok, Lígia. **IVONE, COGEMAS:** Eu voto pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. João Vítor, Seplag. **PAULA - CEAS:** Ausente também. **PRESIDENTE:** E a suplente Luana? **PAULA - CEAS:** Ausente. **PRESIDENTE:** Ok. Cmas Montes Claros está vacante o titular. Então o Márcio já deveria ter entrado como titular, não? Depois verifica isso no regimento, por favor, gente. Márcio Evangelista, Cmas Itabira, está presente? **PAULA - CEAS:** Não, ausente. **PRESIDENTE:** Ok. Silvestre, da Fazenda? **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu vou me abster de votar. **PRESIDENTE:** Ok, Silvestre. Silvia Gracia, da Secretaria do Estado da Educação? **ROSALICE - CEAS:** A Silvia justificou, Patrícia. **PRESIDENTE:** A Poliana está presente? **PAULA - CEAS:** Não visualizo a Poliana, não. **PRESIDENTE:** Ok. Stella, da Seapa, está presente? **PAULA - CEAS:** Também não. **PRESIDENTE:** Ok. O suplente João Bosco está presente? **PAULA - CEAS:** Não. **IVONE, COGEMAS:** O Márcio Alves está presente? Aí em cima, Rosa. **ROSALICE - CEAS:** Não, ele está ausente. **PRESIDENTE:** Contabiliza para nós, por favor, a votação? **ROSALICE - CEAS:** Aprovado sete, abstenção quatro. **PRESIDENTE:** Ok. Aprovadas as propostas. Na verdade, isso era um ponto de informe da Sedese, não é, gente? Que acabou virando ponto de pauta. Eu vou pedir para Mariana dar sequência a reunião com os informes da CIB, Cogemas. Que, infelizmente, eu tenho uma reunião de trabalho agora, a previsão é até o meio-dia. Boa reunião para vocês. Assim que possível, eu retorno. Eu passo a condução para a Mariana, está bom? Obrigada, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Rosa, você passa a pauta para mim, por favor. **EDSON, USUÁRIO SUAS:** Obrigado, Patrícia. Ótima reunião para você. **ROSALICE - CEAS:** Mariana, agora volta para os informes CIB, Cogemas, Mesa Diretora. **MARIANA, SEDESE:** Ivone, os da CIB, os das câmaras técnicas eu já coloquei, não é? A Ivone se quiser falar mais alguma coisa, complementar e trazer os informes do Cogemas, por favor. **IVONE, COGEMAS:** Também, nós estamos muito atuantes com a mobilização das conferências municipais de Assistente Social. Nós estamos com quatro grupos de *WhatsApp*. Temos batalhado muito com as rodadas de mobilização das regionais. O Cogemas trabalhou bastante. Estamos, também, já com quase 20 cidades com palestrantes para estar contribuindo com o CEAS nos temas e nos municípios. E dizer que a nível nacional, agora, estamos acompanhando também a votação do orçamento para 2022, que não é nada bom. Estamos com toda a fenda, junto com a Frente em Defesa do Suas pela recomposição dos orçamentos, tanto de 2019, 2020, 2021,

2022. Quero dizer que não está nada fácil para mantermos os serviços. O Paulo, que é o nosso secretário, está constantemente atendendo os municípios porque a demanda chega diretamente no colegiado. Temos que ficar constantemente, 24 horas no *WhatsApp* orientando, dando informações. Todas as resoluções, todas as publicações o Paulo tem o cuidado, o colegiado, de fazer uma nota passando para os municípios toda a orientação com relação àquela publicação. O que o colegiado tem feito, está fazendo. Nós estamos, agora, preparando uma reunião com a Comissão de Monitoramento do Piso Mineiro. Em breve estamos querendo propor uma conversa sobre o passivo e, também, os recursos que não estão sendo pagos do Piso Variável, com o estado. A pauta do colegiado está muito extensa. Temos feito o possível para apoiar os municípios, principalmente, os municípios porte um, que são a maioria e que estão filiados ao colegiado. Praticamente temos buscado a pauta, tanto do estado de Minas, como do governo federal, acompanhando essa discussão que está posta para nós, de todo retrocesso que está cada dia mais aumentando com relação a Política de Assistência Social. Estamos à disposição. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Ivone. Da Mesa Diretora acho que não tem informe, não, porque são os pontos de pauta que vamos discutir aqui, agora, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, eu pedi inscrição. **MARIANA, SEDESE:** Ah, desculpa, Lucas. Não vi. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não tem problema, não. Eu só queria perguntar a Ivone quando ela traz o informe das conferências, se o Cogemas tem algum levantamento dos municípios que já realizaram, vão realizar e se tem a manifestação de algum no sentido da não realização da conferência? Se há esse monitoramento por parte do Cogemas e, se houver, se seria possível disponibilizar isso para o CEAS também. Estamos tentando fazer esse monitoramento. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Deixa eu falar também. Eu participei daquelas rodas de conversa, que tinham parece que seis ou oito que estavam pensando em não fazer. Já tem retorno? Se mobilizaram para que eles façam também? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Boa, Dona Anédia. **MARIANA, SEDESE:** Ivone? **IVONE, COGEMAS:** Lucas, do colegiado não fizemos especificamente um levantamento. Mas, pelos grupos que a gente acompanha, temos visto que vários municípios já fizeram as suas conferências e tem uma mobilização muito grande para realização. Mas, não tem ainda esse levantamento consolidado, de quantos município já realizaram e quantos ainda vão realizar. A gente não ouve, não percebe nos grupos de *WhatsApp*, muita interferência para não fazer. Acredito que com essa rodada que o Conseas fez, conseguimos atingir, pela pesquisa que vai ser apresentada aí, mais de 50% dos municípios conseguiram participar dessas rodadas. Eu acredito que podemos ter aí, e o CEAS também está fazendo esse levantamento através do questionário, uma a surpresa de conseguir chegar – eu não sei se ainda temos condições de falar – em 100%. Mas, eu acho que pelo menos tem avançado do número anterior que foi divulgado, de 147 municípios, para um número maior. É a minha expectativa, não é? Eu

acredito que não podemos parar. Eu acho que nesse pleno já deveríamos ter um pouco de informação de como é que está a realidade dos municípios. Pelo Cogemas, nós não conseguimos ainda. Se o CEAS tem, hoje, alguma informação para nos dar. Isso aí eu não sei. **MARIANA, SEDESE:** Ok. Obrigada, Ivone. Mais algum informe, gente? Alguma questão? Posso passar para os pontos de apresentação e deliberação da plenária? No caso, esse ponto de pauta que foi solicitação de inclusão do Lucas. Você quer apresentar, Lucas? Plataforma para reuniões e acesso dos conselheiros? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Apresento, Mariana. Obrigado. Bom, nos últimos dois meses, na 262ª plenária, deliberamos sobre a... Quando da aprovação do relatório trimestral de gestão – acho que é prestação de contas trimestral ou do próprio relatório de gestão, não sei. A gente deliberou da necessidade da contratação de uma plataforma paga para que o CEAS fizesse as reuniões. E também, no mesmo sentido, deliberamos da necessidade de aquisição de equipamentos para conselheiros que tiverem um pouco mais de dificuldades. Eu gostaria de reafirmar essa deliberação da plenária, e também gostaria de ter um retorno da Secretaria Executiva ou mesmo da Sedese, em que pé está essa contratação, ou da plataforma, ou da aquisição dos equipamentos, para que a gente possa deliberar alguma coisa nesse sentido. **IVONE, COGEMAS:** Mariana, se também tem informe com relação aos conselheiros que manifestaram, no início do ano, que não estavam participando por causa de acesso à *Internet*. Igual ao João, a situação dele, a situação das outras, do Irajá. Aquela situação, se tem mais questões relacionadas a esses conselheiros? **MARIANA, SEDESE:** Eu vou pedir para a Secretaria Executiva para falar também se fez esses encaminhamentos para a Sedese. Isso aí tem que entrar nos procedimentos de planejamento de compra. Eu não sei se isso foi feito. Eu até estou vendo que tem inscrição da Luanda. Enquanto isso, se alguém da Secretaria Executiva puder falar se teve esse encaminhamento. Lembrando que o encaminhamento tem que organizar processo de compras e contratação. Luanda, por favor. **LUANDA, CRP/MG:** Bom dia, gente. A gente conversou, o Lucas colocou aí a pauta. A gente conversou na reunião da sociedade civil sobre as dificuldades. Inúmeras dificuldades que vamos enfrentando nesse contexto de pandemia e participação. Aí mais uma vez, eu acho que a gente já está reiteradas vezes tratando desse tema na plenária, não é? Do quanto isso está sendo desafiador, mas que estamos, de alguma maneira, tardando demais, realmente, efetivar a participação igualitária para as conselheiras e conselheiros. Digo isso porque nós estamos em julho de 2021, um ano e meio de pandemia praticamente, e ainda não criamos estratégias para isso. Agora, nesse momento, nós estamos em uma plataforma nova. Todo mundo teve dificuldades de se conectar, de fazer inscrição. Eu considero que a gente já poderia ter superado isso, não é? Eu acho que a pergunta do Lucas, ela é importante porque não é uma coisa nova, não começou agora. Tem mais de um ano que estamos pensando e solicitando alternativas para viabilizar a participação. Para além da questão do acesso à

Internet, agora vem uma questão maior, que é do acesso as plataformas. Aí fico me perguntando também, a questão da plataforma do *Teams* que ia ter, até agora não tivemos ela viável. Essa forma de acesso a reunião agora, é mais complicada do que um *link* só. Sei que foi uma alternativa, que foi algo estratégico para o momento porque a gente não tinha alternativas. Mas, estamos no limite, acho que já deu tempo suficiente para pensarmos em alternativa, não é? Aí temos um exemplo muito nítido dessa situação que estamos vivendo que é o esvaziamento dessa reunião. A hora que chamou a planilha de votação, eu fiquei chocada. Temos um esvaziamento tanto na sociedade civil, quanto no governo. Isso não é normal. Não podemos individualizar, a justificativa de um, de outro, não. Estamos enfrentando um problema grave e nós parecendo que não estamos nos movendo para resolver, não é? Ou estamos nos movendo muito lentamente. Eu faço um reforço à solicitação do Lucas de informações. Mas, o reforço, mais uma vez, para gente garantir o acesso. Nós estamos incorrendo em graves falhas nesse *modus operandi*, que estamos lidando. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Luanda. Acho que agora é o Élerson. Toda a hora o negocinho do *chat* some. É isso? Élerson, por favor. **ÉLERSON:** Élerson, (trecho incompreensível) [01:38:25] Brasileira. Eu estou apanhando um pouco aqui, gente, desse *Zoom*. Não estou vendo vocês, mas eu gostaria de estar reiterando isso porque isso foi colocado no ano passado. Quando os conselheiros que não tinham acesso à *Internet*, que tinham problema com operadora, colocaram a justificativa era que a Sedese tinha um contrato com uma operadora. Nós entendemos naquela época. Nós já tiramos como encaminhamento aqui, de que pudesse abrir um processo de licitação – se esse é o procedimento administrativo para que se faça aquisição de um chip de outra operadora, não é? Vários conselheiros disseram, quer dizer não fazer propaganda para nenhuma operadora, mas que a Vivo é uma operadora funciona no interior e em alguns lugares é a única operadora que funciona. Aí eu fico sem entender também... Quer dizer, se esse processo já está em curso e está parado, tudo bem. Agora, se não está nem em curso, não é? Acho que saber um pouco, também, onde está esse processo. Porque parece que, às vezes, a impressão que me fica é assim: “Olha, nós temos aqui a operadora Claro. Ou você aceita isso mesmo ou vai ficar sem entrar”. Esse esforço mesmo no sentido de fazer com que os conselheiros possam participar. Eu lembro que em outros mandatos, quando eu entrei, teve uma época que a Sociedade Civil falou assim: “Olha, nós não vamos mais participar da plenária. Vamos deixar a plenária sem *quórum* até que se resolva determinado problema”. Daqui a pouco vamos ter que fazer isso. Em solidariedade... Não é só solidariedade, mas acho que estamos pecando nesse sentido, ao não garantir o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras. Você não tem previsão orçamentária para alguma coisa, mas você está tendo saldo com outras. Olha o quanto que tem se economizado no CEAS por não estar pagando diárias, por não estar pagando hospedagem para os conselheiros e para as conselheiras. Esse recurso... Não sei os tramites administrativos, mas

ele pode ser realocado para uma outra coisa, não é? Ou deveria ter sido para. É mais para manifestar um pouco, reiterar esse pedido que foi feito e também, manifestar indignação, porque temos reuniões na Sociedade Civil e eu vejo o Irajá colocando, eu vejo a Jessica colocou ontem, outros conselheiros. Eu me coloco no lugar deles, deve ser muito difícil.

ANÉDIA, FMUSUAS/BH: Eu quero só complementar do Élerson, que como usuária. O usuário está pagando para poder participar das reuniões. Eu sou uma, eu estou pagando a minha *Internet* aqui para poder participar das reuniões. Como em tudo, eu falo aí que nós pagamos terno, nós pagamos gravata, nós pagamos a moradia. Mesmo eles tendo moradia, nós estamos pagando isso tudo aí. Tudo nós pagamos. E agora, também, nessa pandemia, com essa modernidade, nós usuários estamos pagando para participar. Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** Ok. Obrigada, pessoal. Eu não sei falar sem olhar os processos. Diga. **ROSALICE - CEAS:** Mariana, nós encaminhamos. Eu só estou pegando o número do SEI aqui, nós encaminhamos o ofício número 56, em maio de 2021. Eu exibir ele aqui. Foi pelo número do SEI 14.80010004638/2021-74. Falando que foi deliberado na plenária 263, as dificuldades ocasionadas pelo trabalho virtual. Solicita abertura de processo licitatório para contrato com outra empresa de telefonia, que atenda necessidade dos conselheiros e para compra de equipamentos necessários: tablets, celulares, pacote dados móveis compatíveis com a necessidade por região. De forma a garantir a equidade do trabalho dos seus membros. Considerando que o conselho é um órgão deliberativo, vinculado a um órgão gestor que tem a competência de fornecer estrutura adequada ao seu funcionamento, solicitando sua atenção quanto as providências cabíveis para solução da questão a fim de possibilitar uma participação efetiva dos conselheiros. Aí foi assinado e foi encaminhado. (Trecho incompreensível) [01:39:23] em maio. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Encaminhado para quem, Rosa? **ROSALICE - CEAS:** Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Antes de passar a fala... Para Sedese, não é? Para Subas? **ROSALICE - CEAS:** Isso. Para Subas. **MARIANA, SEDESE:** Está bem. O que eu queria dizer, eu acho que não está claro ainda, mas aí não é para o CEAS. Aí eu acho que é a organização junto com a Secretaria Executiva. O fato de encaminhar ofício, por si só não inicia um processo de compra e contratação. Eu acho que nós vamos ter que rever, a Secretaria Executiva entender como que funciona os processos de compra e contratação. Porque o CEAS – eu já falei isso aqui outras vezes – o CEAS tem lá uma previsão orçamentária, com valores. A gente fez o plano de aplicação de recursos aqui, no início do ano, sobre o que seria necessário gastar. O Plano de Aplicação depois se desenrola em processos de compra e contratação, que chamamos de planejamento de compras. Todas as despesas que o estado faz entram no planejamento anual e tem um rito procedimental. Isso que eu estou querendo dizer. Eu estou achando que isso não está claro aqui. Não é questão do CEAS, da plenária, dos conselheiros. É uma questão organizacional que vamos ter junto com a Secretaria Executiva. Isso que eu estou

entendendo, está bem, Rosa? Depois nós vamos ter que ver isso. **MARIANA, SEDESE:** Eu não tenho resposta para dar sobre se teve início algum processo de compra e contratação das solicitações feitas pela plenária. Acho que é isso. Sobre a plataforma de reuniões, isso eu sei falar porque a Sedese – a Subas, no caso, vou colocar nós aqui – estamos discutindo com a Seplag que tem uma Secretaria de Segurança Eletrônica, essa questão da contratação do *Teams*. Ela está atrasada mesmo, já foi falada em outras reuniões. O estado não assinou esse contrato, ainda. Isso eu sei dizer, que está para ser assinado agora em julho. Lucas, depois Edison. Eu estou acompanhando pelo *chat*. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza. Obrigado, Mariana. Assim, a partir da sua fala, considerando que esse ofício foi encaminhado em maio e nós estamos em julho. Eu não acho adequado até mesmo pontuar que seja uma dificuldade junto com a Secretaria Executiva, porque o ofício foi encaminhado em maio e agora que estamos cobrando e reafirmando essa deliberação. Que se tenha essa compreensão, ou que se externa essa compreensão de que há essa dificuldade desse encaminhamento. O ofício foi encaminhado em maio. Em maio mesmo esse retorno poderia ter dado esse retorno, qual procedimento deveria ser utilizado. E assim, querendo ou não, o pessoal que está dentro da Secretaria Executiva, não são marinheiros de primeira viagem, estão aí há muitos anos. Nós temos aí servidores que estão aí desde a fundação do CEAS, ou próximo da data de fundação do CEAS e tem conhecimento de como é o procedimento o procedimento de solicitação da contratação, daquilo que é deliberado dentro do CEAS. Pode ser que tenha havido alguma mudança na nova gestão? Pode sim, pode ser. Mas, é importante que eles, servidores da Secretaria Executiva, enquanto também servidores do estado, vinculados administrativamente à Sedese, também tem que ter esse conhecimento. Muitas das vezes, pode ser que sejam excluídos desse conhecimento. Não estou trazendo que é a regra, mas é uma possibilidade. Eu acredito que seja plausível que a equipe da Sedese que tem conhecimento sobre essa contratação, tenham tempo disponível para poder auxiliar. Se é uma competência direta da Secretaria Executiva, que aí eu desconheço. Se é competência deles, ter essa equipe para poder auxiliá-los nessa contratação, para que a gente fale, não é? Nesse procedimento, não vou nem falar da contratação. Nesse procedimento para que a gente haja com mais celeridade. A gente sabe que um dos princípios da Administração Pública é a celeridade. A atenção às demandas de acordo com aquilo que é necessidade. Reforçando o que Luanda traz, nós já estamos fechando quase dois anos de pandemia e fechando praticamente o mandato desses conselheiros e nós temos aí uma evidente falta de participação de diversos conselheiros. Nós temos aí a Ariadne, que é a nossa secretária, nossa primeira secretária, e que não está conseguindo participar. Eu lembro que uma das manifestações dela era justamente o equipamento e não a *Internet*. Nós temos também o João, que era nosso secretário, anteriormente, tinha dificuldade ano passado em participar. Diversos outros conselheiros. Irajá

é outro exemplo. E diversos outros conselheiros que também tiveram essa dificuldade. Eu acho oportuno que, quando do conhecimento dessa solicitação, principalmente desse ofício que Rosa leu para a gente. Era preciso ter informado para Secretaria Executiva o procedimento correto, se não fosse o encaminhamento do ofício solicitando. E aí eu preciso pontuar isso, porque não é só jogar no colo da Secretaria Executiva e aqui, também, não estou dizendo que estou jogando no colo da Secretaria Executiva. **MARIANA, SEDESE:** Exatamente. Eu não fiz isso, não. Em momento algum eu estou falando que é reponsabilidade é da Secretaria Executiva, não. Eu tenho certeza que eu tenho responsabilidade sobre isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É por isso que eu estou fazendo essa colocação que, se não é de competência especificamente dos atores que corroboram com a Sedese na parte administrativa, e que seja da Secretaria Executiva, que é preciso verificar com Secretaria Executiva qual procedimento que já era adotado, qual o novo procedimento que deve ser adotado, para que a gente consiga fazer implementar as deliberações do conselho. E aí, nesse ponto falando da questão do cumprimento das deliberações do conselho, eu gostaria de pontuar, enquanto coordenador da comissão de ética, que é dever de todos nós, conselheiros, fazer cumprir as deliberações deste conselho, desta plenária independente do cargo que ocupamos – presidência, vice-presidência, secretaria ou coordenação de comissões. É dever de todos nós fazer cumprir as deliberações dessa plenária. É um ponto que precisamos apontar, precisamos apontar as soluções e isso no mais tardar até o próximo mês. Obrigado. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Lucas. Quero reforçar isso, em momento nenhum eu falei que a Secretaria Executiva é responsável sozinha, não. Pelo contrário, eu entendo a Secretaria Executiva como parte da Sedese. E se existe morosidade, existe. Existe dificuldade de contratação? Tenho certeza disso. O que eu mais queria é que o princípio da celeridade fosse absoluto, mas enfim... É isso. Alguém mais? Rosa, você quer falar? Eu estou vendo... **ROSALICE - CEAS:** Mariana, é porque houve um encaminhamento só para falar para os conselheiros, houve o encaminhamento depois do (trecho incompreensível) [01:48:05] dia 11/06, 11 de junho, porque eu abri o SEI aqui. A Camila Macedo de Oliveira encaminhou para conhecimento e providências cabíveis o ofício 56, no qual solicita abertura de processo licitatório para contrato com outra empresa e replicou um pouquinho o nosso *e-mail*. Já houve um encaminhamento dia 11/06. Só para falar que ele está caminhando. Mariana, você está sem áudio. **MARIANA, SEDESE:** Fechei sem perceber. Obrigada, Rosa. Minha pergunta é: qual encaminhamento vocês acham que é possível tirar, ou se não tem, o caso agora é voltar a cobrança no próximo mês. Se podemos passar para o próximo? **IVONE, COGEMAS:** Mariana, eu acho que como a Rosa pontuou aí, se já houve uma ação lá dentro da Subas, eu acho importante acompanhar, não é? Porque se foi em junho, nós já estamos 1 mês, depois desse encaminhamento lá. O que está impossibilitando a contratação dessa outra empresa. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**

Mariana, eu queria dar um encaminhamento. **MARIANA, SEDESE:** Sim, por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Que seja oficiado, novamente, o departamento que esteja cuidando disso, para que seja dada prioridade a esses tramites de contratação. De um outro ponto, que seja designada alguma equipe da Sedese... Na verdade, não, que seja o corpo técnico da nossa Secretaria Executiva para poder acompanhar esse processo de contratação, até mesmo para conhecimento próprio. Empoderamento de informação da Secretaria Executiva, para se estabelecer como é o procedimento, até mesmo para nos auxiliar, enquanto conselheiros, nessa cobrança dessa celeridade. Dessa efetividade do Poder Público em subsidiar o conselho naquilo que seja de sua necessidade. Seria como se fosse uma comissão mesmo. Pode até ser composta por conselheiros que tiverem interesse de conhecer o procedimento. O passo a passo para esse tipo de formalização contratual. Até mesmo por empoderamento de informação. seria o ofício e essa comissão de acompanhamento, de empoderamento da Secretaria Executiva e, também, dos conselheiros. Obrigado. **EDSON, USUÁRIO SUAS:** Eu solicitei uma fala aí no *chat*. Posso fazê-la agora? **ROSALICE - CEAS:** Mariana? **EDSON, USUÁRIO SUAS:** Acho que ela caiu. **IVONE, COGEMAS:** Parece que sim. Eu não estou ouvindo ela. **ROSALICE - CEAS:** Ah, ela perdeu a conexão do dispositivo. Ela está falando aqui. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Enquanto ela não entra, pode ficar à vontade, Edson. **EDSON, USUÁRIO SUAS:** Obrigado, Lucas. Eu quero fazer coro à fala do Lucas e também a da Luanda. Como usuário, leigo, eu não entendo nada desses processos, não sei como é o procedimento, mas eu fico pensando: já mais de um ano e meio de pandemia, é cerceado aos conselheiros o direito à participação e quando é algo de interesse para o governo, quer ter o conselho como um cartório que vá lá e vá carimbar para o governo. Agora, quando é para participação, garantir a participação dos conselheiros, no ofício que foi enviado no mês de maio, parece, até agora – pelo que eu entendi, nem iniciou ainda o tramite. Eu fico sem entender. Desculpa, como leigo eu não entendi muito bem isso. Porque uma vez que o conselho é deliberativo, eu penso que tem momento que tem que ser um pouquinho radical. Já que o governo age dessa forma, que se esvazia a plenária. Que não seja um mero cartório que vai simplesmente, ratificar tudo aquilo que o governo quer, ou seja, cerceia a participação dos conselheiros. Não garante de forma efetiva a participação e depois, simplesmente, vem com algumas medidas totalmente na contramão dos anseios dos usuários e quer a chancela ainda do conselho como um cartório carimbador das vontades e dos anseios governamentais. Eu penso que controle social se faz a muitas mãos: gestor, trabalhador, usuário. Mas, eu penso que tem momento que temos que fazer valer de fato. A nossa luta unificou, é trabalhador junto com usuário, é usuário junto com trabalhador. E se for necessário, por que não esvaziar a plenária? Por que não deixar o governo achar que os negócios têm que ser do jeito que ele quer? Eu acho que tem momento que, infelizmente, tem que ser mais ou menos nessa linha

aí. Porque assim, como leigo, eu não entendo dos processos, mas no meu ponto de vista a fala da Luanda foi muito... Ela foi muito feliz na fala dela. Estamos com mais de um ano e meio. Ué, brincadeira. Ou seja, quando é do interesse do governo, é para já. Mas, quando é algo para garantir a participação popular, quando é para garantir que os conselheiros foram democraticamente eleitos, não são representantes de si mesmos, os conselheiros são cerceados para participação. Sinceramente, eu fico meio sem entender um pouquinho sobre essas questões. Eu gostaria de entender um pouco melhor essas questões aí porque, sinceramente, a gente fica um pouco perplexo com algumas coisas que acontecem no controle social. Parece que o conselho é um mero cartório, que só vai carimbar aquilo que o governo quer. Eu penso que, na verdade, como ele é deliberativo, tem que fazer valer as resoluções, as moções, deliberações. Ou seja, tem que realmente fazer valer aquilo que foi pontuado. Como a Dona Anédia disse muito bem, nós usuários pagamos para fazer o controle social. Ninguém está pagando a nossa *Internet*, ninguém está pagando nada para nós. O que nós queremos é, no mínimo, respeito. Respeito com controle social, respeito com cada um dos conselheiros que dedicam o seu tempo, que poderiam estar fazendo tantas outras coisas e estão discutindo a Política Pública de Assistência Social. Ou seja, é algo que precisa ser tratado de forma mais séria. É algo que precisa ser tratado de forma mais eficaz, mais efetiva. Luanda foi muito feliz na fala dela. Mais de um ano e meio sem resolutividade, sem garantir a participação? Outra coisa, a Luanda pontuou muito bem, eu tive a maior dificuldade para conseguir entrar, por quê? Muda-se a plataforma, muda a forma, tem gente que não está acostumada com isso. É complicado, é muito difícil. E, com isso, o esvaziamento. É complicado. Muito obrigado. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu quero contribuir apoiando vocês, na sua palavra. Luanda, Edson, Lucas, estou junto com vocês aí. Não tem mais nada para falar. Vocês já falaram tudo. Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, gente. Obrigada, Dona Anédia. O encaminhamento do Lucas está aprovado. Acredito que não houve manifestação contrária, estão todos de acordo. Eu vou passar agora para as comissões temáticas. Nós temos muitos pontos para ser discutidos, que foram discutidos ontem nas comissões temáticas e que precisavam ser trazidas para a plenária. Minha pergunta é qual comissão pode começar primeiro? Tem alguma ordem, ou os presidentes de comissão podem... **ROSALICE - CEAS:** Mariana? **MARIANA, SEDESE:** Se manifestar. Oi? **ROSALICE - CEAS:** Vocês que definem. **MARIANA, SEDESE:** Ontem todas essas comissões se reuniram e nós temos pautas para todas, não é? Eu posso começar: orçamento, normas, política e apoio. Nós temos pauta das quatro, correto? **IVONE, COGEMAS:** Correto. Orçamento foi rapidinha. Um minuto. **MARIANA, SEDESE:** Vamos com orçamento, e depois... A de normas eu sei que é grande, tem muita coisa. Começamos pela de orçamento e depois passa para a de normas, pode ser? **IVONE, COGEMAS:** Tem que ver se o... **ÉLDER, SEDESE:** Eu estou aqui já. **IVONE, COGEMAS:** Ah, então está bom. **ÉLDER, SEDESE:** Eu saí, mas voltei. **MARIANA,**

SEDESE: Por favor, Élder. **ÉLDER, SEDESE:** Gente, a Comissão de orçamentos ontem fez a reunião, participaram da reunião: eu, Jeane e Ivone. A gente tinha dois pontos de pauta que foram discutidos. O primeiro ponto de pauta é um ponto que já até passou no CEAS em julho do ano passado, em julho de 2020. É o seguinte: em 2016, a Sedese firmou um convênio com o Ministério da Cidadania e o objeto desse convênio é a estruturação da rede de serviços de proteção social básica. Naquela época o convênio passou pelo CEAS, ele foi aprovado pelo CEAS. Como a Sedese não executa diretamente o serviço de proteção básica, optou-se por comprar 15 veículos e distribuir para os Cras de 14 municípios. Os recursos desse convênio vieram de uma emenda parlamentar de um deputado federal, Adelmo Leão. Ele não é mais deputado hoje. Foi feita uma lista de quais Cras possuíam equipes volantes, mas não possuíam veículos exclusivos. Essa lista foi passada para o deputado e a assessoria do deputado escolheu, dentro dessa lista, os municípios. Foram elegíveis 14 municípios, 15 carros, 14 municípios, porque o município de Uberaba ganhou 2 carros. Ano passado a gente tinha que prestar contas desse convênio porque ele foi firmado em 2016. 2019, quando eu entrei na Diretoria de Gestão e Cadastro de Programas, ele estava parado. Nós demos andamento, conseguimos entregar os carros em dezembro de 2019. Fizemos todos os tramites, fizemos a entrega. Naquela época, o município de Januária estava com pendência no Cagec. E, para fazer a cessão dos veículos, os municípios têm que estar regulares no Cagec. Isso está na Lei de Cessão. É uma lei que temos que seguir, não é uma exigência interna da Subas, não. A gente até queria doar os veículos, e não os ceder aos municípios porque entendemos que a gente não quer esses veículos. A gente preferia que o município, o Cras utilizasse. Só que o Ministério da Cidadania, que é o detentor do convênio, do recurso, ele disse que a gente não poderia fazer essa doação. A gente teria que ceder o carro, a princípio 5 anos, e depois vamos fazer a doação para os municípios. Januária, por estar irregular naquela época, não conseguiu receber o carro. A situação perdurou em 2020, tivemos várias tratativas com eles, reuniões, conversas com a assessoria jurídica e tal, para tentar resolver. Mas, não conseguimos resolver. Em julho 2020 precisávamos fazer a prestação de contas desse convênio. Um dos documentos que pedia era um parecer do conselho atestando o cumprimento dos objetos do convênio. Ou seja, atestando que foram comprados 15 veículos, os 15 veículos foram distribuídos para os Cras de 14 municípios. Naquela época a gente mostrou o convênio, a gente mostrou os carros, os termos de cessão. Está tudo publicado no Diário Oficial. Foi feito uma Resolução CEAS, atestando, reconhecendo que o objeto foi cumprido, porém, nessa resolução falava que o município de Januária não tinha recebido porque ele estava irregular no Cagec. Geraram vários encaminhamentos. A gente ia tentar regularizar a situação, ajudar o município a regularizar a situação ou se não desse, no fim das contas não fosse possível, deveríamos ceder para outro município porque o carro vai ficando obsoleto. Consultamos o Ministério da Cidadania sobre

alterar o município, porque já estava no plano de trabalho que era Januária, eles não nos responderam. Mas, esse ano, felizmente em maio de 2021 Januária conseguiu regularizar sua situação e o veículo pode ser cedido para ele. A cessão aconteceu em maio, já tem publicação. Está tudo certo, tudo publicado. O município já está com o veículo, não teve que alterar. Aí o Ministério da Cidadania, após análise do convênio, pediram para que emitíssemos um novo parecer do CEAS atestando o cumprimento do objeto, agora que essa situação de Januária foi resolvida. Seria, basicamente, isso. A gente, agora, que resolveu essa questão de Januária. Januária está com o carro. Fazer uma nova resolução só retirando aquela parte falando que Januária não recebeu o veículo, porque hoje Januária já recebeu o veículo. A minuta de resolução a gente já trouxe. Ontem discutimos na comissão e seria isso. Esse primeiro ponto. **MARIANA, SEDESE:** O ponto de deliberação Élder é para aprovação? **ÉLDER, SEDESE:** Isso. Do relatório do objeto do convênio 840.223/2016, cujo objeto é a estruturação da rede de Proteção Social Básica. Foram adquiridos 15 veículos, entregues para os Cras de 14 municípios (áudio ruim) [02:03:42] trabalho de convênio. **IVONE, COGEMAS:** Acho que tem que colocar na pauta aí é uma resolução, não é isso Élder? **ÉLDER, SEDESE:** Isso, exatamente. A gente fez uma minuta ontem... (Áudio ruim) [02:03:58]. **MARIANA, SEDESE:** Eu ia perguntar. Precisa de a plenária deliberar para aprovação do cumprimento do objeto do convênio e a comissão entendeu que o objeto foi cumprido e que agora podemos aprovar. Correto? **ÉLDER, SEDESE:** Correto. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, uma questão de ordem. São quantos membros da comissão? **ÉLDER, SEDESE:** Na comissão ontem participaram só 3, acho que são 7 ou 8, se não me engano, Lucas. Inclusive aguardamos muito tempo. A Ivone demorou um pouquinho só, porque ela estava com problemas na conexão, mas ela explicou. Mas, infelizmente, só participou Jeane, Ivone e eu. Nenhum dos outros membros participou. E na outra reunião isso aconteceu também. Na outra reunião teve a participação de mais uma pessoa além de mim, da Ivone e da Jeane. Tem acontecido. Mandamos no grupo, a gente falou da troca de horário, colocamos os pontos com muita antecedência, mas infelizmente, só participaram Ivone, Jeane e eu. **MARIANA, SEDESE:** A Jeane é técnica... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É técnica. Só dois conselheiros. Aí Mariana, a minha questão de ordem é nesse sentido. Ontem, quando a gente foi reunir com a comissão de normas, tivemos que aguardar *quórum* – Patrícia estava junto conosco, aí falou dessa necessidade de observar o número de conselheiros, que não poderia fazer deliberação para encaminhamento para o plenária com número não satisfatório. Nesse sentido, eu acredito que não dá para deliberarmos os pontos que foram discutidos ontem, pela Comissão de orçamento, justamente por falta d, não vou falar de *quórum*, mas vou falar de representatividade. Uma vez que nós temos sete conselheiros e só tiveram só dois presentes. **MARIANA, SEDESE:** É, sim. Essa questão do *quórum* para as reuniões da comissão, temos

discutido e eu acho que é importante, sim, a gente observar. Só antes de eu passa para o Silvestre, eu acho que ele está inscrito, porque você não justificou a sua ausência, não é isso Silvestre, que você não pode participar? Mas, a minha pergunta aqui é a seguinte: para o Élder, para a Ivone. Tem prazo para fazer isso? Se, por decisão da plenária, porque a plenária é soberana. Pode ser decidido isso na plenária, mesmo não tendo tido *quórum* na reunião da comissão, ou a gente deixa isso para o próximo mês. Isto irá voltar na pauta. Essa que é a minha pergunta. **ÉLDER, SEDESE:** O Ministério mandou a notificação... **MARIANA, SEDESE:** Precisa lembrar... **ÉLDER, SEDESE:** Desculpa. **MARIANA, SEDESE:** Só para completar. Essa questão do *quórum*, gente, foi levantada pela própria plenária por reuniões acontecidas em comissão não tinha o *quórum*. O encaminhamento geral é que só iria reunir se não tivesse *quórum*. Uma vez que não tem *quórum*, inclusive a gente suspenderia a reunião, não é? Ela não iria acontecer. Ontem, como a gente estava com uma urgência na comissão de apoio, o que nós decidimos ontem foi juntar as duas comissões para discutir o assunto e conseguir chegar em um encaminhamento que viesse para a plenária hoje. Isso aconteceu com a comissão de apoio e a comissão de normas. Inclusive discutimos, também, essa questão das urgências. Se é urgente, a plenária pelo fato de ser soberana, pode resolver na hora? Independente da comissão? Eu estou trazendo isso para discutir junto com a plenária. Primeiro: temos prazo para aprovar este cumprimento de objeto de convênio? É uma pergunta. Se pode ser novamente discutido, em reunião de comissão, no próximo mês havendo *quórum*? Se temos prazo, temos prejuízo? Obviamente, porque estamos falando aqui de um convênio com o governo federal. Se o convênio foi cumprido e a gente descumpre prazo, podemos vir a ter alguma sanção, receber notificação, enfim. Se tivesse a urgência, a plenária pelo fato de ser soberana, pode deliberar sobre o assunto. Pergunta, eu vou passar isso, por favor, Élder. **ÉLDER, SEDESE:** A gente recebeu essa solicitação no dia 3 de julho. Aí eles deram o prazo de um mês para nós respondermos, de 30 dias. Temos que dar resposta até o dia 3 de agosto, ou seja, a única plenária que poderíamos acrescentar seria essa. Justamente, por isso que assim que recebemos, já pedimos a inclusão de pauta. Temos um prazo, sim. O que informam nesse documento que nos mandaram é que, se a gente não mandar esse documento, vai ser considerado que não concluímos a prestação de contas. O estado pode ser inscrito nos cadastros de inadimplência com o governo federal, isso tem uma série de impactos financeiros. **MARIANA, SEDESE:** O Silvestre se inscreveu. Vou passa primeiro para o Silvestre, depois para Ivone e para o Edson, que abriu o microfone. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu só gostaria de fazer uma colocação, porque eu faço parte da comissão de orçamento. No mês passado eu não estive presente porque eu estava de férias e fui comunicado. Ontem, por essa série de modificações, pelas modificações que ocorreram nessa plataforma, eu também, sem telefone – porque o meu telefone ontem, realmente, resolveu pifar de vez. Tive que adquirir outro ontem mesmo. Eu não tive oportunidade de

participar da reunião, coisa que eu avisei a Mariana e me justifiquei, posteriormente. Mas, eu gostaria de deixar claro que o meu compromisso como conselheiro de estar presente em todas as reuniões, seja ela de plenária ou seja de comissões, eu levo muito a sério. E podem ter certeza de que eu estarei sempre presente, quando eu estiver em condições de estar presente. Era só isso para me justificar. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Silvestre. Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu concordo. Eu acho que as comissões devem ter *quórum*. Eu acho que essa é uma colocação desse conselho. Entendo que a situação ontem, ela não teve *quórum*, não é? Mas, nessa linha do Élder, pela urgência da deliberação, sendo uma pauta que para (trecho incompreensível) [02:11:32] foi executada, não é? Deve ter membros da comissão na plenária, hoje, como o próprio Silvestre. Ele é membro da comissão, ele pode manifestar. Eu acredito que a plenária é soberana. Essa pauta pode ser deliberada pela plenária, se tira ela de pauta ou se mantém ela na pauta para deliberação. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Ivone. Quem abriu Dona Anédia ou Edson? Sim, Dona Anédia, por favor, **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu acho... Eu não sei como é o estatuto aí, essas coisas todas aí. Mas, eu acho que deveríamos aprovar, porque eu acompanho isso aí desde o começo. Eu não faço parte dessa comissão de vocês, mas eu vendo o empenho que vocês estiveram lá, reunidos ontem, foram só 3, mas foram. Isso daí já vem se arrastando. Eu lembro quando começou essa compra e esse município não pegou esse carro. Eu estava aqui até pensando, quando ele começou a falar que já resolveu eu falei: “Oh meu Deus, que benção. Alguma coisa foi resolvida”. Eu acho que deveria, sim, aprovar. Eu estou acompanhando desde o começo, vai vir de novo a mesma conversa, sem necessidade. É uma coisa que já foi feita, já está pronta. É o meu ponto de vista, vocês que decidem. Obrigada. **MARIANA, SEDESE:** Muito obrigada, Dona Anédia. Ainda bem que a senhora tem ótima memória, porque o assunto é antigo. E você vê quanto tempo demora para conseguir chegar na conclusão do assunto. Quem mais? O Edson que tinha aberto o microfone, quer falar, Edson? **EDSON, USUÁRIO SUAS:** Não, é só enfatizar mesmo essa fala. Como a plenária é soberana, haja vista que é uma necessidade do município e que custou para ter a resolutividade dessa pendência, eu penso que deixar uma inadimplência – não sei, estou falando como leigo. Vou fazer minhas as palavras da Dona Anédia. Não participo da reunião, não acompanhei, não sei como funcionam os trâmites, mas eu sei o olha do usuário que está na ponta. O município precisa desse veículo, precisa desse suporte e que, por vezes, tudo que pudermos fazer para dar uma melhor assistência para o usuário, eu quero fazer coro com os demais que antecederem a minha fala, no sentido que a plenária é soberana. É só isso mesmo. Só dizer que não acompanhei, não participo dessa comissão, não sei... É triste ver o esvaziamento da comissão, aí entendemos como o Senhor Silvestre bem colocou, a dificuldade dos conselheiros – são conselheiros comprometidos mesmo, com o controle social – estão tendo para participar tanto das plenárias como das comissões. Como leigo, eu imagino que isso daí

não seja um impedimento para que não seja votado na plenária hoje. Obrigado. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Edson. Eu pergunto se a plenária concorda por deliberar o assunto agora? Todo mundo está de acordo? Não tem manifestação contrária, podemos deliberar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, eu acho que o procedimento tem que ser a discussão e o encaminhamento direto para deliberação. Eu acho que não pode ser direto aquilo que foi a conclusão da comissão, uma vez que foram só dois conselheiros. Temos que abrir discussão e depois abrir para os encaminhamentos. **MARIANA, SEDESE:** Ah, sim. Eu entendi que fizemos a discussão porque, na verdade, o Élder e a Ivone falaram e mais ninguém questionou. Vamos, está aberta a discussão. O Élder e a Ivone, que tem conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, vocês querem que seja feito mais algum esclarecimento ou querem que relate o caso novamente? **IVONE, COGEMAS:** No meu ponto de vista, Mariana, o Élder já fez todo esclarecimento. A mesma coisa que ele fez ontem, ele fez hoje. Eu acho que tem que abrir para discussão. Se tem algum conselheiro que quer apresentar alguma discordância disso. **ÉLDER, SEDESE:** Exato. Não tem mais nada a acrescentar, só se alguém tiver alguma dúvida. **MARIANA, SEDESE:** A palavra está aberta, gente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só uma dúvida, esse processo é daquele município que tinha a questão de um carro que deu problema? Que o município não conseguiria receber esse carro através de uma Emenda Parlamentar. É desse que estamos tratando? **ÉLDER, SEDESE:** É, imagino que, sim, Lucas. É isso que se tem. Foi muito genérico, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, teve um logo no início do ano que tratamos sobre ele. Eu não me recordo o nome do município. **ÉLDER, SEDESE:** Esse é Januária. Provavelmente é o mesmo, porque esse convênio já passou no CEAS, a situação tem se arrastado há algum tempo. Eles estavam com muita dificuldade de regularizar. Chegou o momento que eles falaram que não iam regularizar mesmo, então imagino que seja o mesmo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É o mesmo município. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Lucas, eu acho também que é, Lucas. Viu? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É, eu estou... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Para mim é o mesmo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Suzanne está falando que é. **SILVESTRE, SEF/MG:** Olha, eu penso que isso é um problema que não pode ser adiado. As implicações de um convênio não foi cumprido, são muito sérias. Eu acho que a plenária tem, dentro do seu âmbito, condições de aprovar isso, independente da comissão de orçamento, se tinham duas ou três pessoas. Mas, eu acho que a plenária é soberana nesse aspecto. Eu acho que isso tem que ser, realmente, encaminhado para solução desse problema, para resolver isso junto ao Ministério. **IVONE, COGEMAS:** Se o problema colocado, eu não participei da plenária em 2020, mas pela explicação do Élder ontem e hoje, que o problema eram questões técnicas do município junto ao Cagec e que essas questões técnicas junto ao Cagec já foram solucionadas e que o

município já recebeu o carro, eu não vejo outro problema de o CEAS não aprovar. A não ser que tenha outra situação mais séria, que esse município não poderia ter recebido esse carro e que isso complica o município de aprovar essa resolução. Eu não acompanhei. Pelo que o próprio Élder colocou, o problema de o município não receber o carro eram problemas administrativos do município junto ao Cagec, que essa situação foi resolvida e, por isso, eles estavam aptos a receber o carro. **SUZANNE, SEDESE:** Ivone, só para complementar. A Resolução de 2020 do CEAS, que declara cumprido o objeto em face da ressalva de Januária, é a 697/2020, para quem quiser consultar. **MARIANA, SEDESE:** Eu vou perguntar novamente, gente. Tem mais algum esclarecimento? A plenária se sente à vontade para deliberar sobre o assunto? Vou entender que sim. Se pudermos deliberar, eu vou pedir a Jeane, que está com essa minuta de resolução na tela, que é a minuta de resolução que dispõe sobre o cumprimento do objeto desse convênio. Pode ser? Por favor, Jeane. **JEANE:** Vocês estão visualizando? **ÉLDER, SEDESE:** Posso ler aqui. Vou ler então. “Resolução CEAS 2021. Dispõe sobre o cumprimento do objeto do convênio de estruturação da rede de serviços de Proteção Social Básica de Minas Gerais, voltada a aquisição de veículos. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13, da Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996; pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012, NOB-Suas 2012; considerando a deliberação em sua 265ª Plenária Ordinária ocorrida no dia 16 de julho de 2021; considerando a Resolução do CEAS nº 584/2017 dispõe sobre a estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, com objeto voltado a aquisição de veículos e a deliberação em 253ª Plenária Ordinária, ocorrida no dia 26 de maio de 2020, virtualmente, resolve: Art. 1º - Declarar cumprido o objeto do convênio nº 840223/2016 relativo a estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica de Minas Gerais voltado a aquisição de 15 veículos. Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 16 de julho de 2021.” **MARIANA, SEDESE:** Inscrição do Lucas. Por favor, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Mariana. Salvo o melhor juízo, igual a Suzanne trouxe para nós. Esse convênio havia sido aprovado pela 695/2020. Não é isso, Suzanne? **ÉLDER, SEDESE:** É a execução. Foi aprovada pela 695/2020. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Teria possibilidade da projeção dessa 695... **SUZANNE, SEDESE:** É 697, Lucas. Eu falei errado. 697. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ah, está. 697, é só mesmo por questões de texto da normativa. Eu acho que essa outra normativa a gente já declarou cumprido o objeto, só fez a ressalva do município de Januária. O texto dessa normativa que temos que aprovar agora tem que ser diferente, tem que revogar aquele artigo que colocou a ressalva para Januária... **ÉLDER, SEDESE:** Ah, boa ideia. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E fazer a declaração do cumprimento total do objeto, porque senão

estamos falando que está cumprido, mas ainda não estamos revogando os efeitos daquela outra que foi aprovada. Aí é uma questão de (trecho incompreensível) [2:24:33]. **ÉLDER, SEDESE:** É uma boa mesmo, porque... Eu acho bom, porque se colocar só este texto, talvez, até quem for analisar a prestação de contas fale assim: “Ué? Mas e os (trecho incompreensível) [2:24:42]. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Já tinha aprovado anteriormente e está aprovando de novo? Não pode dar dualidade normativa. Causa é instabilidade jurídica. **ÉLDER, SEDESE:** Está bom. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Lucas, quando eu crescer quero ser igual a você, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Oh, Dona Anédia, eu que quero ser igual a senhora, Dona Anédia. **IVONE, COGEMAS:** Esse Lucas é Lucas, mesmo. **MARIANA, SEDESE:** A Secretaria Executiva tem como resgatar? Alguém achou essa resolução? A Suzanne achou essa resolução no *site*, Suzanne? **SUZANNE, SEDESE:** Eu postei no grupo dos conselheiros, se a Secretaria Executiva quiser pegar de lá, já está lá. **MARIANA, SEDESE:** E pode projetar. **ÉLDER, SEDESE:** Pela sugestão do Lucas, o art. 1º da resolução de hoje seria: revogar o parágrafo único do artigo 1º, da Resolução nº 697/2020... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E só. **ÉLDER, SEDESE:** É. Exatamente. Aí não sei se... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só revogar o parágrafo único. Porque o art.1º da 697 já é muito claro: “Declarar cumprido o objeto, relativo à estruturação” e pronto. Que é o mesmo artigo 1º dessa resolução que estamos indo aprovar. A gente só tem que revogar o parágrafo 1. **ÉLDER, SEDESE:** É, é isso mesmo. **MARIANA, SEDESE:** Jeane, você pode alterar no texto. Você que está com o texto? Jeane ou Élder? Eu chamei Jeane, mas é porque eu achei que ela que estava projetando. **ÉLDER, SEDESE:** É, mas ela está projetando mesmo. **MARIANA, SEDESE:** A minuta que está lá no *word*. **ROSALICE - CEAS:** Mariana, agora está projetando a resolução de 2020. **MARIANA, SEDESE:** Sim, eu estou vendo. Eu estou falando só para Jeane ficar com a minuta no *word* para fazer a adequação no texto. Ok? Élder, você dita de novo? O Élder ou o Lucas? Para ajudar a Jeane. **ÉLDER, SEDESE:** Eu estou até mandando para Jeane aqui, por *WhatsApp*, para ela só copiar. **JEANE:** Aí eu já exibo aqui, está bem? **MARIANA, SEDESE:** Ok. Obrigada, Jeane. **ÉLDER, SEDESE:** Mandei. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mariana, eu acho que podemos até avançar com as outras comissões e, depois, só voltamos para poder avançar o texto da resolução. O que você acha? **MARIANA, SEDESE:** Ok. **IVONE, COGEMAS:** Tem um item nessa comissão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ah, então pode ir para o outro ponto, não é? **MARIANA, SEDESE:** Ivone, a minha pergunta é: porque como não teve *quórum*, se é assunto de deliberação que a gente pauta hoje? Porque aí eu vou na questão do *quórum* das comissões, que a gente combinou: se é assunto de deliberação, se é urgente, aí a plenária como é soberana entende que tem que tratar, ou se deixamos para a próxima reunião da comissão. A minha pergunta sobre o outro ponto que

vocês discutiram em reunião ontem, entendeu Élder e Ivone? **IVONE, COGEMAS:** Mas, não foi ponto de deliberação, eu acredito que pode ser para cá, não é? **MARIANA, SEDESE:** A minha pergunta é algum tópico que necessita de deliberação? E que é urgente? Porque, senão, a gente deixa a comissão (trecho incompreensível) [2:32:49] esgotar as discussões no (áudio ruim) [02:28:41] e traz na próxima plenária. **IVONE, COGEMAS:** Eu acho que, pelo menos, deveria ser apresentado e a plenária decidir se é ponto de deliberação ou não. **MARIANA, SEDESE:** É, (áudio ruim) [02:28:58]. Fiquei na dúvida agora. Bom, Lucas, você que se inscreveu? Sobre isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu ia até falar. Como não é algo que os dois integrantes, que estavam na comissão, não entendem como de urgência e pode ser um tema que pode trazer outras discussões por meio de outros conselheiros, acho que não é um ponto que não pode ser apresentado na plenária agora. Até porque, lembrando um posicionamento que foi firmado na última plenária: justamente da necessidade de *quórum* e que foi reafirmado pela Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Lucas eu estou te falando que não é ponto de deliberação. A plenária, a comissão não é que deliberou. A comissão traz para o pleno para deliberar. Eu acho que é um ponto que esse conselho já deliberou sobre ele, que precisava ouvir, hoje, para tirar algum encaminhamento. Eu não estou falando que nós tiramos encaminhamento. Eu acho que essa plenária tem o direito de ouvir o relato de quem estava lá ontem. Se vai entrar como pauta, ou não pauta, se vai deliberar é o pleno. **MARIANA, SEDESE:** O Ivone, mas é porque temos uma outra questão aqui: dentro das comissões temos vários assuntos discutidos, pautados, só que nem todos vem para plenária. A gente traz para plenária o que é ponto de deliberação, eu acho que é isso que o Lucas está chamando a atenção e eu estou entendendo que ele tem razão, porque não trazemos todos os pontos discutidos. Nós, na comissão ontem, tivemos pontos que foram discutidos, mas não foram concluídos. Eles não são trazidos para plenária no dia de hoje e, para serem trazidos para plenária, precisamos da questão do *quórum*, a não ser que seja uma urgência e a plenária entenda que pode ser deliberado. Acho que é essa questão que estamos discutindo aqui. Eu queria até ouvir outros conselheiros também, porque é isso. Pelo que eu entendi, você ainda não tem certeza se tem que ter uma deliberação, é isso? Então o assunto pode ser esgotado na comissão e, depois, vem para plenária. Eu estou entendendo dessa forma, acho que foi isso que o Lucas colocou. Não é, Lucas? **IVONE, COGEMAS:** Eu entendo que não é que não tenha que ter deliberação. Eu acho que são assuntos que esse pleno já deliberou. Eu acho que o pleno deve ter ciência do que está acontecendo. É isso que eu coloquei. Não é que eu acho que... Já falo que não é de urgência deliberar, eu não. Eu acho assim: o pleno deveria ter o relato das comissões, não deu *quórum*, nós não deliberamos. Volta, ou não volta para as comissões para deliberar? Pelo menos. **LUANDA, CRP/MG:** Oi, gente. Tem alguém inscrito? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu ia pedir agora, mas pode ficar, Luanda. **LUANDA, CRP/MG:** É só dizer

que começamos a adotar essa metodologia de passar em plenária, somente o que for ser deliberado, mais urgente, em função mesmo do nosso momento *online*, dos atrasos que estavam ocorrendo nas plenárias. Do nosso tempo curto que ficou, não é? De repente ficou bem mais curto do que no presencial, o *online*. Por isso começamos a não passar todo relato da comissão na plenária. Antigamente, a pouco tempo atrás, fazíamos o relato inteiro. A gente pegava a súmula da comissão, fazia o relato porque era informe, o que tinha sido discutido e o que era para deliberação. Foi uma questão mais prática mesmo, uma decisão para podermos otimizar o tempo, sabe? Estamos fazendo assim, agora, por causa disso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Mariana. E aí é justamente a reflexão. Nós decidimos, na plenária passada, que era uma exigência de *quórum* para garantir a discussão qualificada dentro das comissões e, nesse sentido, é preciso que a comissão tenha uma discussão prévia para submeter para dentro da plenária, porque senão ficam dois pesos e duas medidas. Para algumas comissões é exigido *quórum* e para outras comissões não é exigido *quórum*. Então é importante ter em mente um posicionamento que já foi deliberado pela plenária, que é exigência de *quórum* de discussão na comissão, que vai subsidiar o plenário. Nesse sentido, como não houve deliberação de encaminhamento da comissão, por falta de *quórum*, conseqüentemente não tem decisão para subsidiar plenária. O entendimento é muito claro, preserva a normativa regimental e, também, a deliberação da plenária. **MARIANA, SEDESE:** Ok, gente. Eu acho que é isso, Ivone. Eu acho que foi um assunto muito discutido no mês passado. Eu entendo que temos que adotar, sim. Se a regra é: precisamos de *quórum* nas comissões para discutir e trazer para deliberação, temos que seguir. Porque senão vamos ficar abrindo sempre exceção, a não ser que seja assunto é urgente. Precisa de deliberação urgente, aí sim trazemos para discussão na plenária, como fizemos agora. Vamos só encerrar, que eu estou vendo que a Jeane está projetando na tela a resolução, para fazermos a leitura novamente. Ficou assim: “Art.1º - Declarar integralmente cumprido o objeto do convênio relativo à estruturação da rede de Serviços de Proteção Social Básica de Minas Gerais, voltado a aquisição de 15 veículos. Art. 2º - Revogar o parágrafo único, do art.1º da Resolução CEAS nº 697, de 26 de junho de 2020. Melhorou a redação, não é? Ficou bem claro, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Inscrição, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Diga. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu sou pela retirada do art.1º, uma vez que o art.1º da 697 já prevê o cumprimento do objeto. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É tão somente resolver o parágrafo. **MARIANA, SEDESE:** Ah, desculpa. Eu estou rindo é por causa do juridiquês mesmo. O que acontece? Lucas eu acho que esse excesso aí não atrapalha. Esse excesso ajuda, porque isso dentro do processo administrativo, passando de mão em mão, eu não vejo prejuízo de estar repetindo, está bem? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza. **MARIANA, SEDESE:** Sou pela manutenção do artigo. **LUCAS,**

CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Só no início, na ementa dele colocar: “e dá outras providências” porque tem a revogação. E a revogação é outras providências.

MARIANA, SEDESE: De acordo. Cristiano queria falar alguma coisa, Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Não, não. Era só brincar. Nós vamos indicar o Lucas lá para o STF. Nossa indicação aí. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Vou falar para você, eu sou melhor do que o André Mendonça, viu? Muito melhor. No pouco que eu sei. **MARIANA, SEDESE:** Gente. Vou perguntar a plenária, novamente. Podemos considerar aprovada essa resolução? Todos de acordo? (Áudio ruim) [02:37:15] permaneçam como estão. Se alguém tiver algo contra que se manifeste. Aprovada a resolução. Obrigada, gente. Eu vou passar para a próxima comissão. comissão de normas tem pontos para ser trazidos para deliberação, inclusive foi um que aconteceu que a gente citou que precisamos juntar a comissão de apoio com comissão de normas para discutir o assunto e chegar ao encaminhamento para deliberação da plenária. Eu vou pedir a Joana, e a comissão de apoio é o Lucas... Você que é presidente da comissão, não é isso, Lucas? De normas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É a Joana que é a nossa coordenadora e o Márcio vice. **JOANA, SEDESE:** A de apoio acho que pode vir depois, porque o nosso segundo ponto de pauta foi junto com eles. Foi em conjunto, aí eles podem apresentar os encaminhamentos que ficaram para eles. O encaminhamento ficou a cargo da comissão de apoio, não é? **JOANA;** Nós nos reunimos ontem, estavam presentes: a Francielly, eu, o Lucas, a Mariana. Nós temos aqui dois pontos de pauta, na verdade, um ponto de pauta porque o outro foi tratado junto com a comissão de apoio em razão do *quórum*, que não tinha. A comissão de apoio estava com duas pessoas, dois conselheiros e juntou com a comissão de normas para podermos deliberar o ponto dois. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Joana, eu acho importante pontuar quantos conselheiros nós temos na nossa comissão, quantos justificaram a ausência e quantos estavam presentes, que aí facilita para o pessoal ter o cálculo que tinha *quórum*. **JOANA, SEDESE:** Ah está. O Alison justificou férias; Márcio justificou ausência em razão de trabalho; a Stela não justificou, mas nós tivemos aí três conselheiros ausentes e quatro conselheiros presentes. O primeiro ponto de pauta, na verdade, já passou por outras vezes nessa plenária, inclusive na reunião passada também. Mas, teve uma atualização que foi um novo pedido do jornalista sobre a possibilidade de envio de informações sobre o processo da UHE Barragem de Braúnas. Aí tivemos um retorno, porque foi o terceiro pedido. Quando eu falo terceiro pedido é o mesmo pedido reiterado três vezes e as instâncias vão mudando. A partir do momento que eles encaminham os pedidos, as instâncias de resposta – dentro da controladoria – vão subindo. Com envio dessa nova solicitação pelo jornalista, das informações, a CGE encaminhou para nós o Ofício 48/21, que solicitou orientações sobre os procedimentos para classificação dos processos de barragem, que estão em andamento ou arquivados no CEAS, conforme a Lei de Acesso à Informação e o Decreto nº 45.969, que

regulamenta por meio da Nota de Auditoria 99.0984. Além disso, tivemos o retorno do Ofício 58 que foi encaminhado pelo CEAS, que solicitamos informações, esclarecimentos da AGE, se o acesso aos processos de denúncia para populações atingidas podem ser autorizados apenas as partes interessadas. Recebemos a Nota Jurídica 282/2021 e a Assessoria Jurídica responde a demanda. Na verdade, nós tivemos dois documentos que foram encaminhados com respostas sobre essa demanda de informação para o jornalista, que foi o parecer da Controladoria Setorial. Que nós temos ele. E o parecer da Assessoria Jurídica da Sedese. São esses dois pareceres. E aí, tendo em vista a necessidade de resposta do ofício da CGE, pedindo informações de... Aí as informações estão aqui, no item a, c e d. Você acha que lê? Bom: “Qual a justificativa para a negativa de acesso para cada item do pedido? Quais os fundamentos legais para negativa de acesso de cada informação que consta no pedido de acesso à informação? No conjunto de dados solicitados, há informações sensíveis que possam trazer ameaça à segurança do estado ou da sociedade (pessoas) e que não possuem sigilo por legislação específica? Se positivo, essas informações foram classificadas quanto ao grau de sigilo por algum período? E por autoridade competente nos termos do Decreto 45.969/2012. Em razão deste ofício encaminhado para nós, solicitamos... Na verdade, já era ponto de pauta solicitar a reunião junto com a CGE, mas aí nós nos reunimos com a CGE no dia 13/07 e lá conversamos, não ficou decidido definitivamente o que seria feito. Mas, nós levantamos vários pontos, inclusive com base nos pareceres da Controladoria Setorial que temos, que exarou o parecer, e da Assessoria Jurídica. Resumindo, nós entendemos que tivemos a necessidade de fazer o pedido de prorrogação desse prazo para resposta para o jornalista, porque ainda temos pontos ali que ainda estão controversos, que não conseguimos fechar. Em resumo, entendemos – assim como a Controladoria também entende – que existe informações lá pessoais, de dados pessoais que, realmente, não podem ser divulgadas. Isso ficou com entendimento de unanimidade, que essas informações não podem ser divulgadas. E o restante, o que não for proteção de dados pessoais, o que traz dentro do processo. Temos milhões de pastas, mais ou menos um volume de 10 mil folhas neste processo, e aí a necessidade de informar também, que é algo que a própria lei traz também, como possibilidade de não apresentação da informação ao jornalista, pelo menos pelo prazo que a gente teria para poder fazer a digitalização do processo, para poder fazer a análise de todo processo, verificando se existe alguma informação ali dentro que poderia ser divulgada ou não. Aí a gente teria que ver em qual legislação que ela se aplicaria, não é? Se seria proteção de dados, se seria legislação específica para proteção, por exemplo, de denúncia, se seria lei específica. Aí temos que enquadrar cada informação, que tem ali, dentro nas leis que são específicas de proteção de sigilo de informação. Para fazer isso, tendo em vista toda complexidade do processo, a comissão tirou por encaminhar a prorrogação de prazo de resposta da CGE. Nós vamos agendar uma próxima reunião com

eles, tendo em vista que não foi ainda esgotado todos os assuntos na primeira reunião que tivemos com eles. Formar uma comissão aqui, mas é uma comissão vendo se há possibilidade de ter membros da CGE, alguém da CGE para fazer essa orientação, porque não temos toda expertise para fazer. Isso é o primeiro processo que aparece a questão de grau de sigilo, de informação de dados pessoais, o que também discutimos em estender isso, essa digitalização e essa necessidade de subir todos os processos para o meio digital. Até mesmo porque, futuramente, pode vir outros pedidos de informação e a gente não ter essas informações em meio digital. É formar uma comissão para diferenciar entre os dados sigilosos e os de acesso público, que é isso, não é? Enquadrar a informação nas leis existentes e digitalizar os processos do CEAS. Aí é o que eu falei anteriormente, que a gente iria digitalizar. O estado tem uma ilha lá na Cidade Administrativa, que faz essa digitalização de todos os processos que chegam, físicos, dentro da Cidade Administrativa e distribui para os órgãos. A gente iria ver junto com eles, se há essa viabilidade deles digitalizarem todo processo para subir no SEI para iniciarmos essa comissão para olhar se existe ali alguma informação que é possível de ser divulgada. Esses foram os encaminhamentos. **ROSALICE - CEAS:** Joana, o Daniel quer uma informação sobre a agenda da nova reunião. **JOANA, SEDESE:** Não temos ainda, porque foi o seguinte: a Controladoria foi chamada para uma reunião, ontem, para participar junto com a comissão de normas. Mas, ela não tinha agenda, então ela solicitou que a reunião fosse hoje às 14h. Aí informamos que nós temos a plenária e que não era possível ter essa reunião. A Secretaria Executiva solicitou que, ontem mesmo, eles indicassem qualquer horário que fosse possível para eles fazer a reunião. A gente adequaria, de acordo com a nossa comissão de normas, mas eles não responderam. Nós vamos ter que solicitar nova reunião, a partir da semana que vem. Eu acredito que o quanto antes eles devam atender, sim, porque eles queriam reunião ontem. Ontem e hoje. Eles, com certeza, devem atender no início da semana, ou na semana que vem para uma nova reunião. **ROSALICE - CEAS:** Joana, o Daniel tem informação nova sobre isso. **DANIEL - CEAS:** Tenho. **JOANA, SEDESE:** Pode falar, Dan. **DANIEL - CEAS:** Eu estou aqui não querendo interromper, mas precisando falar. O que aconteceu? Estes são os encaminhamentos, como a Joana falou. Realmente, é um assunto delicado. Aí achamos que faz muito sentido ter outra reunião com a CGE. Eu entrei em contato com a Beatriz, já até acordei com a Patrícia, que temos horário segunda-feira, às 17h. Por questões de agenda, não vai poder ser mais cedo. Se, principalmente os membros da comissão de normas puderem também participar, seria bastante interessante. Eu também conversei com ela sobre a possibilidade de prorrogação de prazo, ela me disse que é só responder o ofício mesmo. Não tem modelo de ofício e ela não me falou o prazo limite de prorrogação. Ela falou um prazo que há, digamos assim, uma razoabilidade de prorrogação. Aí o que temos que discutir aqui, agora, é: quais são os membros que podem participar desse reunião segunda-feira, às 17h, eu vou participar

também; e qual seria o prazo que a gente pediria esse primeiro passo... Acho que está até passando ali, primeiro solicitar prorrogação de prazo da resposta da CGE. Está bem ali na pauta, não é? Qual seria o prazo que a Secretaria Executiva pediria para dar essa resposta, aí estamos falando da primeira solicitação da prorrogação de prazo. São esses dois pontos que temos que discutir, se os membros da comissão concordarem, eu já vou encaminhar o *link* com a reunião para todo mundo. Mas, já está acordado com a Beatriz e com a Patrícia, a nossa presidente. **JOANA, SEDESE:** Eu sugiro, só... Reunião com a CGE, segunda-feira às 17h, acho que só faltou o dia. Só como forma de refletirmos, eu acredito que definir aqui qual o prazo para nós encaminharmos, poderia fugir muito do que, realmente, vai ser necessário, sabe? Não temos essa expertise de quanto tempo vai demorar. O que eu sugeriria é deixar isso em aberto e, na reunião que tiver com a CGE na segunda-feira, conversar um pouco mais com eles sobre essa questão do prazo. Por exemplo, pontuar um prazo um pouco mais alto para ver se é plausível ou se poderíamos responder que precisamos deste prazo para fazer algumas análises. Entendeu? **DANIEL - CEAS:** Joana, mas é porque temos até o dia 19 para responder. **ROSALICE - CEAS:** Isso que eu ia falar, Joana. **JOANA, SEDESE:** Sim, dia 19 é depois para responder. A gente não precisa colocar o prazo de prorrogação agora. A gente não sabe se... **DANIEL - CEAS:** Mas, até eles já me falaram que não tem modelo e que vai depender do que quisermos, entendeu? Dentro de uma razoabilidade. Já perguntei para Beatriz, da CGE, entendeu? Vai caber a gente decidir essa questão. No final das contas, ela já meio que me respondeu que provavelmente o que ela vai repetir na reunião lá. **JOANA, SEDESE:** Mas, mesmo que a gente converse... Assim, eu sou mais de... Mas, aí é com a plenária, não é? Mas, eu entendo que após a reunião poderíamos ~~formar~~, formalizar um documento que fosse mais específico com prazo que a gente quer. Mas, se quiserem definir agora... De qualquer forma, eu sugiro que a resposta venha depois da reunião da CGE. Seja de prorrogação, seja de resposta. A resposta da prorrogação, do pedido de prorrogação, eu sugeriria que fosse feito após a reunião que a gente tiver com a CGE, às 17h. Até mesmo para tentar extrair com eles essa experiência que eles devem ter de prorrogação de prazo lá dentro. Por mais que ela fale: "É com vocês", podemos pedir um Norte. Porque assim, eu acho que se temos esse Norte aqui, ok. Eu realmente não sei quanto tempo leva para analisar 10 mil folhas. Entendeu? Eu acho que tem que ver se a plenária quer decidir isso, quanto tempo de prorrogação, ou se quer deixar para após a reunião CGE, e os presentes que estiverem lá já até informam para a CGE o que vai ser feito. É só uma sugestão. **MARIANA, SEDESE:** Quem se inscreveu? Não aparece para mim, quem é CEAS? Quem está usando... **DANIEL - CEAS:** Sou eu, Mariana. Eu que estou controlando aqui. **MARIANA, SEDESE:** Primeiro é o Lucas e, depois, o Daniel, é isso? **DANIEL - CEAS:** Eu já falei, já. **JOANA, SEDESE:** Eu acho que não tem ninguém depois do Daniel, não. **MARIANA, SEDESE:** Ah é porque agora que o *chat* apareceu para mim, gente. Desculpa. Bom, então tiramos os

encaminhamentos em que sentido? **JOANA, SEDESE:** O Lucas se inscreveu. **MARIANA, SEDESE:** Diga, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Mariana. Assim, de tudo que foi exposto e também pensando na reunião da CGE, na segunda-feira, eu acho importante reafirmarmos os encaminhamentos que, primeiro: é a solicitação dessa prorrogação desse prazo, independente da reunião da CGE, que foi uma deliberação e, posterior a isso, a reunião. Precisamos pedir uma prorrogação de prazo com relação a aquele ofício que a CGE encaminhou para nós, de alguns esclarecimentos. Nós estamos solicitando prazo para CGE, para poder responder aquele ofício de maiores esclarecimentos. Vamos ter mais capacidade técnica para poder respondê-los após essa reunião, com a própria CGE. Eu acho que o primeiro encaminhamento é esse. Ele é muito claro: a prorrogação do prazo para a resposta dos esclarecimentos encaminhados pela CGE. E, logo, posterior a isso, a reunião com a própria CGE. Eu já adianto que eu não vou poder participar nesse horário, uma vez que eu tenho aula do mestrado. O segundo ponto seria formar uma comissão para diferenciar os dados sigilosos e de acesso público, é algo importante ter dentro do conselho para tratar esses dados, que é o termo correto, quando se trata de LGPD. Tem um segundo momento, que é a digitalização de todos os processos do CEAS, é uma questão mais pontual e administrativa. Patrícia que estava junto, na reunião ontem, trouxe essa necessidade e vamos, na parte que diz dessa organização digital desses arquivos, tentar traçar um plano de digitalização. Acredito que a Patrícia deva levar isso para mesa diretora, para que seja estabelecido esse plano. São esses três encaminhamentos. O primeiro: esse ofício solicitando prorrogação do prazo das respostas às dúvidas da CGE, juntamente com a reunião de segunda-feira; Essa comissão; e a digitalização dos processos. **DANIEL - CEAS:** Exatamente isso, Lucas. São dois pedidos de prorrogação. O primeiro é para respondermos o ofício, depois que vamos analisar quanto tempo vai demorar para digitalizar e tudo o mais. É exatamente, isso. **JOANA, SEDESE:** É, mas nós temos que responder também, o jornalista, o pedido. Existe um prazo também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** O CEAS não diretamente, mas o CGE. Nós temos que informar a CGE e ela que faz essa (trecho incompreensível) [02:58:24]. **JOANA, SEDESE:** Isso, mas precisamos informar o que... Precisamos dar essa resposta para ela informar para o jornalista. Ela dá resposta que a gente dá. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Que é justamente a solicitação desse prazo. **JOANA, SEDESE:** Isso. Mas, qual prazo? **DANIEL - CEAS:** Exato. Estamos querendo prorrogação do prazo para dar resposta para o jornalista. É isso. É isso que o Lucas está falando, entendeu? **JOANA, SEDESE:** Isso. Isso mesmo. **MARIANA, SEDESE:** A plenária pode deliberar, gente? Sobre os encaminhamentos. Silêncio? Vou perguntar... Pode falar, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É só mesmo para que submeta em votação, aí já damos seguimento e passa para a pauta em conjunto com a comissão de apoio. **MARIANA,**

SEDESE: Quem concorda, permaneça como está. Quem discorda, manifeste. Não havendo manifestação contrária, estão todos de acordo com os encaminhamentos da comissão de normas. **ROSALICE - CEAS:** Mariana, não fechou o prazo. Qual prazo? Seriam 10 dias úteis, 20 dias úteis? Porque vamos ter que responder esse ofício na segunda-feira, porque o prazo de resposta é dia 19, e vamos ter que pedir uma prorrogação de prazo. E qual prazo?

MARIANA, SEDESE: Eu entendi que tem que olhar isso, também, com a CGE. Qual prazo possível de pedir? Eu não tenho certeza de qual prazo. A gente pode pedir, então, 90 dias? E se eles falarem que não?

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Mariana?

MARIANA, SEDESE: Oi, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado. Pedir, podemos pedir o prazo que quisermos. **MARIANA, SEDESE:** Exato. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** O órgão que vai dizer se pode ser prorrogado, ou não, a resposta. Podemos estabelecer... Eu acredito que seja um prazo razoável até a próxima plenária, por exemplo, porque vamos ter as reuniões... Ou até uma próxima reunião da comissão, para que se possa discutir a resposta, em específico, daqueles pontos solicitados pela CGE. O mínimo que se deve ter de prazo é: pós reunião com a CGE. E aí com quantas forem necessárias, porque acredito que com só uma a gente não consiga sanar todas as nossas dúvidas. Acredito que um prazo razoável seria um prazo de 20 dias úteis, ou 30 dias úteis Ou 25 dias úteis? 25 dias úteis, eu acredito que a gente consiga chegar até nossa plenária, a próxima reunião da comissão, aliás. **ROSALICE - CEAS:** Vamos contar, Lucas, se dá 25 dias úteis? **MARIANA, SEDESE:** Ou coloca a data exata, gente. **DANIEL - CEAS:** A gente coloca isso depois, Rosa. **MARIANA, SEDESE:** Coloca dia 23 de agosto. **DANIEL - CEAS:** É. A gente coloca isso depois, Rosa. Isso é tranquilo. E lembrando, também, que se for... É uma justificativa legal, também – se a gente decidir até a plenária – que a quantidade de trabalho impossibilita, não é? Essa primeira prorrogação de prazo é, realmente, importante para respondermos ao jornalista. Caso seja analisado que seja impossível, ou que demore mais tempo, aí faça outra prorrogação para responder ao jornalista, depois. Agora é para CGE. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Se me permite complementar, Daniel, até porque nós estamos em processo conferencial, mês que vem a maioria dos municípios decidiram realizar suas conferências municipais em agosto. E muitos de nós, conselheiros, estamos com agenda fechada com palestras nesses municípios. É importante levar em consideração a rotina do conselho, principalmente em ano conferencial. **MARIANA, SEDESE:** Ok, gente. Obrigada. Vamos passar para o próximo ponto, que nós já estamos com a hora bem adiantada. Minha sugestão... A Patrícia voltou, eu vi aqui no *chat*, pergunto se a Patrícia quer conduzir? A gente passaria para o próximo ponto e encerraria. Voltaria depois desse ponto, voltaria ao restante na plenária da tarde, correto?

PRESIDENTE: Ainda estamos dentro da comissão de normas, não é? Em conjunto com a comissão de apoio, mas já são meio-dia. Vocês preferem que a gente passe esse ponto aqui,

rapidamente, agora pela manhã, ou que entre nele agora à tarde, depois do almoço? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho melhor superar ele. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não vou poder permanecer, gente. Vou pedir desculpas, eu tenho que atender meu marido aqui, arrumar ele para o médico, dar almoço. Eu vou pedir licença para vocês. Vou sair agora, que o compromisso é meio-dia. Deixa eu fazer uma pergunta. Na parte da tarde, vai fazer muita diferença se eu não participar? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Claro que faz, Dona Anédia. A senhora é a pérola desse conselho, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Não, eu estou perguntando por que nós estamos trabalhando para... Segunda-feira vai ter eleição do Cmas e eu tenho que fazer uns contatos aí, que eu tenho que eleger o nosso lá do fórum. Se eu por acaso me atrasar, vocês me desculpem aí. Mas, eu vou tentar. Se eu conseguisse entrar no computador, dava fácil para mim, aí eu ficava pelo celular e ia fazendo. Mas, eu não consegui entrar pelo computador, está bem? Eu vou pedir licença agora, mas eu vou fazer o possível para estar presente. Obrigada, gente. Tchau. **MARIANA, SEDESE:** Continuamos e supera esse ponto? Eu acho melhor, gente. **PRESIDENTE:** (Áudio ruim) [3:04:56], não é? **MARIANA, SEDESE:** É, depois a gente passaria para outra comissão na parte da tarde. Aí a gente encerra essa. **JOANA, SEDESE:** Eu acho que seria interessante, como foi em conjunto com a de normas, já continuar com essa do de apoio, que seria depois. **MARIANA, SEDESE:** Quem vai fazer o relato é Joana ou o Sávio? Eu esqueci quem é a outra pessoa... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A Gabi. **MARIANA, SEDESE:** Ah, é. A Gabi. **JOANA, SEDESE:** Eu acho que tem que... Pode falar, Lucas. **PAULA - CEAS:** Joana, é só o pessoal do Sávio. O Sávio, na verdade, a comissão de apoio está um pouquinho frágil no momento mesmo. Nosso coordenador é o Damião, que não consegue vir, o Sávio é adjunto, tem assumido, mas hoje ele não está aqui, pela manhã, que ele já comunicou que teria uma consulta médica. Se a Joana quiser fazer, ou então eu vou pedir para a Gabi – que é nossa conselheira que participou ontem da reunião – para fazer a apresentação. **JOANA, SEDESE:** Se puder fazer, porque não temos os encaminhamentos aqui. Ficou o encaminhamento com a comissão de apoio. Eu acho que fica mais completo. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Você vai fazer a apresentação, Paula? Eu posso fazer. **PAULA - CEAS:** Sim. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Aí o pessoal me ajuda, também. Teve um momento na discussão ontem que eu cai, mas como foi colocado... Já posso iniciar, gente? **PAULA - CEAS:** Já está visualizando, Gabi? **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Sim, eu estou visualizando a apresentação com o quadro de presença. A reunião aconteceu de forma conjunta, como já foi colocado aí, com a comissão de normas. O ponto tratado foi que a Sedese recebeu um ofício, uma nota técnica, constando o processo... Foi recebido um ofício, uma nota técnica da Sedese, constando um processo que diz respeito a situação do município de Chiador, que compõe a regional de Juiz de Fora, que está com os recursos retidos e com processo da

Cagec devido a não comprovação do funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social durante o ano de 2020. Aí a Rose até colocou que tem feito bastante contato lá, com o município. A gestora abriu um boletim de ocorrência policial, por não encontrar nenhum documento sobre o funcionamento do conselho, atas de reuniões ou outras informações. Acredita que não houve funcionamento no Conselho Municipal de Assistência Social em 2020, aí o Cagec abriu processo que exige apresentação de ata da reunião do Conselho Municipal no ano de 2020, para comprovar o funcionamento do conselho. O que, segundo a gestora, não existe. O município está sem receber as parcelas do Piso Mineiro Fixo e Extraordinário, pela pendência, por não conseguir fazer a comprovação do controle social. Após orientações da Subas, foi instituído a Lei do Suas no município, em 05 de maio de 2021, a Rose até fala do interesse dessa gestora em regularizar as situações lá, mas também apresenta diversas fragilidades no entendimento, no que diz respeito a composição do conselho. Foi estabelecida a composição do conselho, que ainda precisa se adequar quanto aos representantes. Parece que no município não há entidade e não consta o Cneas, no que está registrado aqui. Prevê a substituição para o usuário (trecho incompreensível) [03:08:43] para esclarecerem que são os trabalhadores do Suas, porque não há muito entendimento. Tem até uma situação, que nos representantes de governo, a gestora fala que ela foi informada de que ela não poderia estar no conselho. Aí o governo está com representante de trabalhadores. Parece que não há muito entendimento nesse sentido, sobre a composição do conselho lá. O município não consegue comprovar o funcionamento do conselho nesse período. Aí o município enviou cópia das atas de março, abril e junho, porque ela instituiu o conselho lá, com essas fragilidades que eu estou pontuando aqui. Aí tem a Lei Municipal 99/2021. Foi solicitado parecer jurídico da Segov, que informou considerar suficiente a comprovação do artigo 30 da LOAS. Considerando o disposto no artigo da NOB, que diz que a cópia das três últimas reuniões ordinárias. Eu gostaria de pedir um apoio nessa situação, porque ficou um pouco confuso para mim. Mas, assim, há o entendimento pelo Cagec que tem que ser das três últimas reuniões ordinárias, não... Me ajuda aí, Paula. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Gabi, vou te dar um suporte. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Sim, por favor, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Na verdade, o Cagec traz uma exigência, através da Resolução nº 5 e somada a Resolução nº 6. E aí gravei os números, por causa que Suzanne informou isso para nós. Obrigado, Suzanne. Ele faz uma exigência de que a comprovação do funcionamento do conselho municipal se daria através da apresentação da ata do último ano... Não, espera. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Justamente, a ata do último ano de funcionamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Do ano anterior. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Teria que ser de 2020. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E o município tem as atas de 2021, porque não tem entendimento de que

houve funcionamento do conselho em 2020, não é? Acho que foi essa a situação. Só que tem uma questão que a NOB prevê as três últimas reuniões ordinárias. Então, teoricamente, formalmente a situação poderia se embasar nessa questão. Pode continuar, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Gabi. O entendimento que a Sedese traz e também que nós, na nossa discussão entendemos, que se aplicaria o parágrafo 6º do art.16. E aí um suporte dado pela Marcela, de que seria aplicado o parágrafo 6º do art. 16, da Resolução nº5 do Cagec, sobre a possibilidade de apresentação de documentos equivalentes àqueles solicitados para se fazer verificado o funcionamento do conselho municipal. Nesse sentido, o CEAS – a nossa comissão – nós entendemos que a apresentação das três últimas atas das reuniões ordinárias do conselho, supriria essa necessidade da apresentação da ata de uma reunião ordinária do ano anterior. O nosso entendimento é nesse sentido, de que o município pode, com autorização do Conselho e da Sedese, apresentar as três últimas atas, que são – ao nosso entendimento – documentos equivalentes que possam suprir aquela necessidade de uma ata do ano anterior. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** É porque parece que a decisão do Cagec está diferente do que está previsto na Norma Operacional Básica. O CEAS iria fazer uma observação de que ele entende que o município precisa apresentar o que já está contido na Norma Operacional Básica. Só que aí teria outro encaminhamento também, que eu acho que é um encaminhamento muito relevante, que é o apoio da comissão de apoio, no que diz respeito a questão do funcionamento do conselho. Porque para a gente garantir essa questão da participação, especialmente da sociedade civil. Considerando as fragilidades que o município vem apresentando. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E para além disso, o Sávio trouxe a ideia de se ter um termo de compromisso junto do CEAS e do município, para se garantir esse controle social efetivo no município. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** Inclusive, o Sávio até trouxe uma situação meio que de monitoramento, mesmo, de como vão estar as atividades do município, do conselho do município, com relação ao funcionamento do conselho. A comissão de apoio estaria estrategicamente nesse sentido. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Importante informar também – Mariana trouxe a informação – que a Sedese pediu para que o Cagec alterasse o termo do anexo da resolução, nessa exigência da ata do ano anterior, para que seja exigido nos termos do art.10, parágrafo 1º da NOB-Suas, que também faz referência ao art.30, inciso I, da LOAS. É importante trazer essa pontuação. Acho que é importante também evidenciar o art. 8º, inciso I, da Lei de Criação do FEAS, que traz a necessidade que o controle social, o Cmas seja paritário. É importante, além da verificação dessas três atas, a verificação também da paridade no conselho municipal que é outra normativa que temos que se ater. Nós temos o artigo 30 da LOAS, inciso I; o artigo 8º, inciso I; e também o artigo da NOB-Suas, que é o 10º, parágrafo 1º. **GABRIELA, FORTSUAS/SALINAS:** É essa situação que foi discutida pelas duas comissões. E os pontos

de proposta que foram levantados, gente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** O encaminhamento é no sentido de o CEAS emitir um ofício informando para o Cagec que considera suficiente a comprovação de funcionamento, por meio daquilo que é estabelecido pelo art.10 da NOB, ou seja, pela sua lei de criação, pelas três últimas atas. E o quê mais, Paula? Está um pouquinho mais em cima. São quatro incisos. **PAULA - CEAS:** Termo de nomeação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso, termo de nomeação, a composição do conselho. Para mim, eu compreendo que tem que ter uma aprovação da CIB. Mas, é algo que precisa ser... Eu acho que a Rose tem um posicionamento diferente, não é, Rose? **ROSE, SEDESE:** É, porque, na verdade, o art.10º fala da adesão ao Suas. Quando o município vai aderir Suas, ele enviava a documentação para a CIB e a CIB que era responsável por analisar o processo. Por isso que tem aquela cópia da ata da aprovação do envia à CIB. E esse não é o caso. Eu acho que... É isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Nesse ponto, eu gostaria de que nesse ofício, como encaminhamento, seja evidenciado só os três incisos, porque aí excluimos essa aprovação via CIB. Porque senão, se a gente falar só do art.10, parágrafo 1º, vai ser exigido do município essa aprovação via CIB, na leitura que o Cagec fizer. Para além desse ofício, o acompanhamento que a Gabi trouxe, que é esse termo de compromisso do município com o CEAS. Esse acompanhamento, esse monitoramento feito pela comissão de apoio. **PAULA - CEAS:** Isso aqui, Lucas, eu até tinha colocado grifado porque eu fiquei em dúvida se, realmente, tiraram ou não. A Rose falou, mesmo que esse conselho não tenha comprovado o funcionamento de 2020, de alguma forma ele existe. Ele já existiu antes, ele preencheu o Censo Suas, ele já foi criado, ele já existiu em algum momento. Nesse momento ele pode estar... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E ele está composto, não é, Paula? **PAULA - CEAS:** E agora ele foi composto. Realmente, todo mundo concorda que tire? Acho que podemos tirar, não é? Ficou esse aqui, que é o plano de apoio para comissão fazer de acompanhamento esse município. A gente vê que, apesar de tudo que ele já evoluiu, ainda tem várias fragilidades que precisam ser acompanhadas. Nesse sentido, o Sávio que não está aqui presente. Ele até falou ontem de estar, realmente, agendando a reunião, mesmo que seja virtual com o conselho, com o pessoal do município, para superarmos várias fragilidades que ainda aparecem. **MARIANA, SEDESE:** Paula, só corrigir a palavrinha ali. Cagec com C no final. É ficou separadinho. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É isso, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada, Lucas, Gabriela, Paula. Bom, relatado os encaminhamentos tirados nas comissões, eu pergunto se podemos considerar aprovado? Todos concordam? Quem tiver algo contrário que se manifeste. Se não houver manifestação, a gente considera aprovados os encaminhamentos das comissões de normas e comissão de apoio. Ok? Obrigada, gente. Podemos encerrar essa parte? E retornamos que horas? Oi, Daniel. **DANIEL - CEAS:** Mariana, só reforçando. Eu estou

olhando as inscrições aqui. Tem que fazer inscrição no *link* para a parte da tarde, está bem pessoal? Tem que comprar o ingresso lá, porque senão não consegue entrar na parte da tarde. Está bom? Só fazendo esse reforço aí. **MARIANA, SEDESE:** Isso, obrigada. Quem estiver com dificuldade, peça ajuda para podermos resolver. Patrícia, podemos encerrar e retornamos daqui uma hora pontualmente. **PRESIDENTE:** Sim, sim. Na hora que eu estava falando, eu cai, não é, gente? Nem vi a parte que a minha conexão caiu. Podemos retornar as 13h15. Bom almoço para vocês. Até daqui a pouco. **PRESIDENTE:** Eu queria trazer de novo a discussão da comissão de normas. Como eu me ausentei um período da parte da manhã, eu verifiquei aqui e parece que a comissão de normas, um dos encaminhamentos era instituir uma comissão, conforme sugerido pela Controladoria Geral do Estado, para acompanhar essa questão do sigilo dos processos, enfim. Mas aí, de acordo com o Regimento Interno, temos que compor as comissões e grupos de trabalho na plenária. E aí verificando, na verdade, os grupos de trabalho, artigo 25, os grupos, as comissões são permanentes, não é? Grupos de trabalho que têm caráter eventual. Então, para adequar a terminologia, teríamos que compor o grupo de trabalho e, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 25, a composição tem que ser definida na plenária, preferencialmente de forma paritária, devendo haver um coordenador e um adjunto escolhido pelos seus membros. Então precisaríamos deliberar a composição do grupo de trabalho para publicar a resolução. Temos candidatos? Qual quantitativo, gente, vocês sugerem para esse GT? Uns quatro? Bom que o Lucas entrou, até mandei mensagem no privado para o Lucas entrar. Boa tarde, Lucas. Eu estou retomando, porque na parte da manhã teve a composição da comissão, com a sugestão da Controladoria Geral do Estado, só que pelo regimento, na verdade, as comissões do CEAS são de caráter permanente, então a terminologia correta seria instituir grupo de trabalho. E tanto as comissões, quanto os grupos de trabalho, a composição deve ser definida na plenária, preferencialmente de forma paritária. Então para emitir a composição compondo esse grupo de trabalho, teríamos que tirar os nomes aqui. Você se candidata, Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Para a comissão? **PRESIDENTE:** Na verdade, a terminologia correta é grupo de trabalho, não é? Porque as comissões são, pelo regimento, permanentes, e os grupos de trabalho são temporários. Aí é para o grupo de trabalho que vai seguir aquela recomendação da Controladoria Geral do Estado, em relação ao sigilo dos processos, que foi definido de manhã, na pauta da comissão de normas, mas aí não teve a composição, e a composição tem que ser feita na plenária. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ah, está bem. Eu posso, Patrícia. Posso auxiliar, sim. **PRESIDENTE:** Ótimo. É importante que a composição seja paritária, não é? Temos que definir aqui a quantidade de pessoas no grupo de trabalho. A plenária acha que um número de quatro seria interessante? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, acho que uns seis seria bom. **PRESIDENTE:** Ok. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**

quatro é muito pouco, sabe? Para discutir... Não sei, mas seis também é um número que pode impedir o pessoal de participar, ou até mesmo... Não, quatro é um número bom, eu vou concordar com você. **PRESIDENTE:** É muito específico esse trabalho, apesar de dar um trabalho grande assim, talvez podemos ter dificuldade. Se tivermos seis candidatos, eu acho que é uma boa, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sim. **PRESIDENTE:** Então, gente, vai se candidatando de um em um no *chat*, por favor, sem atropelos. **CRISTIANO, SEDESE:** Sem atropelos é ótimo. **PRESIDENTE:** Cristiano se habilita? Alguém da comissão de normas? **CRISTIANO, SEDESE:** Nossa, eu não dou conta não, Patrícia. Já estou, assim, nossa. Sinceramente, eu, nossa... **PRESIDENTE:** Gente, só lembrando que temos que compor a comissão eleitoral hoje também, está bem? Quem não vai concorrer para o próximo mandato. Já vai pensando aí quem vai, para não perdermos muito tempo com essa definição dos nomes, porque na composição das comissões, o grupo de trabalho já tem que ter um nome na plenária para soltarmos a resolução. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E até nesse sentido, Patrícia, eu sugiro até que componha essa comissão do sigilo pessoas que possam ter mais um mandato, não é? Até mesmo para continuar a discussão, porque senão vai e volta, vai e volta. **PRESIDENTE:** Concordo, Lucas. Inclusive, por esse motivo eu não me candidato, porque é meu último mandato. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Gabi, Gabi pode, não pode? Mais um mandato. **GABRIELA, FORTSuas/SALINAS:** Eu vou concorrer, sim, ao mandato. Estou preocupada de não dar conta, sabe? Mas coloca aí meu nome, às vezes aparece seis, não é? A gente resolve ficar com quatro. **PRESIDENTE:** O regimento sugere preferencialmente que as comissões e os grupos de trabalho sejam paritários, então já temos dois nomes da sociedade civil. O governo poderia indicar dois nomes? **GABRIELA, FORTSuas/SALINAS:** Só para eu ver se eu lembro. Esse grupo de trabalho vai ser até a próxima plenária, não é? Parece que essa atividade... É isso, Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, esse grupo de trabalho vai continuar para tratarmos sobre a normativa de sigilo dos processos do CEAS. Como vai se dar a aplicação do sigilo... **GABRIELA, FORTSuas/SALINAS:** Ah, entendi. Sim, sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Sigilo dos dados. **GABRIELA, FORTSuas/SALINAS:** Sim. É que eu pensei que tratasse da questão específica. Vai ser diferente, está. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, não, é do geralzão mesmo, é do CEAS todo. **GABRIELA, FORTSuas/SALINAS:** Perfeito. **PRESIDENTE:** Gente, então a plenária tem que aprovar a criação e dissolução das comissões temáticas, grupos de trabalho, definir as competências, composição, procedimentos e prazo de duração. Eu acho que podemos definir os nomes das pessoas e, depois, fazer essa resolução com todas as competências, tudo direitinho, porque são questões que não vamos ter aqui agora. Já sabemos qual é a recomendação da Controladoria Geral do Estado, então já sabemos mais ou menos as

competências, e teria que ter o prazo de duração também. Mas, dada a urgência dessa pauta, eu acho que é importante já definir os nomes, para a comissão já dar início a seus trabalhos. Precisamos de dois conselheiros governamentais. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A Suzanne vai ser nomeada, Patrícia, eu não sei da disponibilidade dela. **PRESIDENTE:** É, a Mariana está colocando que ela não tem nomes para indicar porque nós já estamos em muitos grupos. Bom, gente, foi uma deliberação plenária instituir o que foi dito como comissão, seguindo uma recomendação da Controladoria Geral do Estado. E o Regimento Interno prevê que as comissões devam ser, e os grupos de trabalho, preferencialmente paritários, então a gente não pode compor um GT só com dois representantes da sociedade civil, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, eu acho que o nome do Sávio. Não sei se poderíamos verificar com ele, ele está representando o Cmas governamental, mas eu acho que ele toparia. **PRESIDENTE:** Nesse caso, ele não pode continuar no próximo mandato porque pela composição eleita, o Cmas não vai compor, não é? **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que, na verdade, essa representação governamental tem um problema mesmo, a pessoa precisa ser da gestão. Não adianta ser governamental e fora da gestão. E mesmo porque, vontade não estou nenhuma, porque eu já tenho muitas comissões aí, pessoal. Sinceramente, o Conselho Estadual não aguentaria mais um ano, de jeito nenhum com essa composição, porque nós somos os mesmos que estão participando. O pessoal já vazou. E precisamos de ver os motivos, não é? Não foi à toa. O pessoal estava muito animado desde o início. Temos que ver esses motivos aí, principalmente representante de usuários do conselho. Nossa, não sobrou nada praticamente, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É a mesma cara em tudo, não é, Sávio? **SÁVIO, CMAS BH:** É. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Concordo com você. **SÁVIO, CMAS BH:** E eu estou falando de duas coisas. Estou falando também... Precisamos saber o motivo. A demandada dos usuários, que inclusive é o que dava qualidade para a composição desse conselho, você tem usuário de quilombola, usuário presidente do conselho lá em Juiz de Fora, população de rua, a Anédia. De repente, sobrou só a Anédia, praticamente, não é? Que tem presença e voz. É muito ruim isso. **PRESIDENTE:** Os representantes ainda temos, não é? Assim, o Irajá com problema de entrar, problema de conexão com a internet aí, de fato, não está participando. Mas, temos a Isaura que sempre está presente nas plenárias, e a Jéssica também. A Jéssica hoje estava com um problema de conexão também, ela tentou entrar. Mas nós temos a Anédia e a Isaura, a princípio. **SÁVIO, CMAS BH:** Está bom, mas não é o caso. Vamos conversar sobre o que está em pauta então, sobre a representação governamental. Eu não topo, e acho que ela tem que ser da gestão. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, só um esclarecimento que, talvez, possa ter passado batido aqui, mas a Joana está me falando que o objetivo era um grupo da comissão com a secretaria executiva para avaliar apenas esse processo. Não é mais um

grupo de forma geral. Aí eu não sei, Joana e Lucas, se é isso mesmo. Agora eu fiquei confusa, porque está dando impressão que estamos criando outro grupo de trabalho, outra comissão, e eu acho que não vai funcionar porque já estamos com dificuldade nos tantos que temos aqui no CEAS. **JOANA, SEDESE:** E são muitos processos ainda para nos levantarmos. Eu acho que o urgente era analisar, que vamos ter que analisar os dados desse processo de 10 mil folhas. Então a questão era pegar um grupo de trabalho para ver, por exemplo, junto com a secretaria executiva. Ver quem pode da secretaria executiva, nem que faça um rodízio, tipo assim: tantas páginas, até tal lugar. Tipo, por bloco, um bloco vai ficar com uma pessoa. Então seria, tipo assim, membros da Secretaria, é um grupo de trabalho para... Eu entendo que não precisam ser só com conselheiros, não. Às vezes pode ser membro da Sedese, enfim. A secretaria executiva tem que fazer, e a Rosa tem que participar. Não tem jeito, ela tem conhecimento do processo todo, e ver se alguém da Controladoria, quem sabe, poderia também participar ou auxiliar em algumas reuniões para ajudar a identificar as informações que a gente tiver dúvida, mas não comissão do CEAS para olhar processo, todos os processos. Senão a gente, com o tanto de comissão que tem, vocês não vão conseguir fazer isso agora. Acho que teria que ser mais para esse processo específico.

PRESIDENTE: Está bem, gente. Qual foi a deliberação da parte da manhã? Não foi instituir uma comissão? **MARIANA, SEDESE:** Eu ia pedir para esclarecer esse ponto também.

PRESIDENTE: Qual era o meu entendimento? A recomendação da CGE foi instituir uma comissão para discutir junto a comissão da Sedese lá, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados, para poder iniciar essa questão da classificação e tudo o mais, de todos os processos do CEAS. E aí, se vai ser uma reunião por mês, uma reunião a cada dois meses, isso daí o grupo de trabalho que vai definir. Eu acho que, preferencialmente, este grupo de trabalho devesse ser composto pela comissão de normas, e aí não é toda a comissão. Seriam reuniões específicas para esse grupo de trabalho, para além da comissão de normas mesmo. Mas, pelo que eu entendi – a deliberação da parte da manhã eu não estava – mas, as discussões de ontem da comissão de normas, eu entendi que foi no sentido de instituir uma comissão, conforme sugerido e recomendado pela CGE. E quando olhamos o Regimento Interno, aí não é comissão. Por ser temporário, é grupo de trabalho. E preferencialmente de composição paritária. Pode ser com os integrantes da comissão de normas, não tem problema. **JOANA, SEDESE:** Isso. É porque a CGE, às vezes, não tem termo específico. Entendeu? Da realidade dos conselhos, enfim. Então ela falou comissão, mas podemos explicar para ela que vai ser feito, por exemplo, um grupo de trabalho para tratar do processo específico e que os outros... Eu acho que esse é o principal, é o mais urgente para nós. A gente não vai conseguir resolver os outros agora, o fluxo dos outros processos todos, a gente não vai conseguir. Assim... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Na verdade, contribuindo também, Joana – desculpa te interromper – a fala que Patrícia traz está

correta. Na verdade, a gente ia criar um grupo de trabalho, não um grupo de trabalho, mas uma comissão – foi até esse o nome usado – uma comissão para trazer, justamente, qual seria o procedimento para classificação de sigilo dentro do CEAS, de acordo com o parecer trazido pela Rejane. Acho que é Rejane mesmo. Mas aí, nesse sentido, Patrícia, trazendo um pouquinho dessa realidade das comissões e das dificuldades que temos, eu acho que pode ser uma pauta direcionada especificamente para a comissão de normas, uma vez que é a comissão de normas que tenta trazer a interpretação das normativas da assistência social como um todo, então acho que pode ser um trabalho direcionado para a comissão de normas neste momento, haja vista as dificuldades que estamos tendo. E como já estamos mais por dentro, principalmente desse processo, em específico da Barragem Braúna, eu acho que ficaria mais dentro da nossa realidade e da nossa possibilidade, então acho que seria mais fácil. **SÁVIO, CMAS BH:** É. E com relação à organização do processo eleitoral no conselho, é comissão mesmo, gente. Tem muito tempo que eu estou nessa aí e nunca ouvi falar em outro termo diferente desse. Você tem comissão organizadora da conferência, de forma extraordinária quando vai acontecer as conferências, e comissão organizadora do processo eleitoral. É isso que é chamado, não tem outro nome. E é importante, tem que ser paritária, e o grupo é responsável pelas discussões afetas e trazer as questões para a plenária para ir aprovando regularmente. **PRESIDENTE:** Não, gente. A terminologia que a gente adotar aqui, se a gente falar que é comissão, não tem problema nenhum, não. Na resolução a gente coloca direitinho, conforme o Regimento Interno, o nome correto, que é: “grupo de trabalho”, que pelo Regimento Interno do CEAS, as comissões são permanentes. Então, se a deliberação de manhã foi instituir uma comissão, temos que instituir e colocar os nomes porque a definição, de manhã, não foi que a comissão de normas ia ficar responsável por fazer o trabalho dentro daquele escopo recomendado pela CGE no... Acho que na nota de auditoria, não é? É facultado também aos conselheiros o pedido de reexame de qualquer resolução exaurada. Não teve nenhuma resolução, na verdade, mas esse artigo 14 fala da incorreção para adequação técnica, administrativa ou financeira. Então podemos, eu entendo que podemos voltar atrás na deliberação, de não instituir uma comissão, e passar essa atribuição para a comissão de normas. Pode ser dessa forma também. Mas, a questão é que a aprovação de manhã foi instituir uma comissão, não foi? Como que fazemos, assim? Principalmente a comissão de normas. **JOANA, SEDESE:** Eu entendo que, talvez, a gente possa retificar essa comissão por grupo de trabalho, porque eu acho que o termo técnico errado. **PRESIDENTE:** Ah, está. Não, mas assim, qual que é a questão? Vai fazer um grupo ou uma comissão específica para tratar dessas ações que foram recomendadas pela CGE? Ou a comissão de normas que vai tratar disso? Porque se for criar um grupo, ou comissão específica, temos que deliberar os nomes aqui na plenária. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, só uma pergunta: essa aqui já é o retorno da plenária?

PRESIDENTE: É. LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Ué, gente, não ia ser no Zoom? **DANIEL - CEAS:** É culpa minha, Lucas, porque eu marquei para 13:45. Aí eles quiseram entrar antes, entendeu? Só vai abrir daqui a dois minutos a sala lá. Aí eu fiz outro *link*. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ah, entendi. **PRESIDENTE:** O Daniel achou que a gente ia fazer duas horas de almoço. É, no máximo, uma. **DANIEL - CEAS:** É, mas aí nas próximas eu não vou cometer esse erro mais, mas só abre lá daqui a dois minutos. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ah, beleza. Eu acho que... **IVONE, Cogemas** Você é esperto demais, Daniel, mais do que a gente. Nós estamos aqui pelejando, você já resolveu o problema. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho que o mais importante é a gente trazer solução. Como já foi deliberada da necessidade da criação desse grupo de trabalho, ou comissão, como for denominado, o intuito é o mesmo, de ambos. Eu acho que a gente só precisa definir: pode ser a comissão de normas? Se sim, beleza. Se não, formamos outro grupo. Pronto, simples. **PRESIDENTE:** Eu acredito que seja interessante formar um grupo específico pela questão do *quórum*, porque se você faz um grupo específico para isso – como foi sugerido pela CGE – você vai ter, se você tem quatro conselheiros – podem ser quatro conselheiros da comissão de normas – mas, você não esbarra na questão do *quórum* também, de ficar sempre fazendo muitas reuniões da comissão de normas também, enfim. E tem atribuições específicas, durante um tempo específico, um tempo predeterminado. Eu acho que criar um GT específico para isso, seria interessante. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu vou pedir vista desse ponto e rediscutimos na próxima plenária. **PRESIDENTE:** Ok, mas aí como é que fica a deliberação? Porque já foi deliberado, na verdade, a instituição dessa comissão, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Mas, está sendo rediscutido e eu estou pedindo vista. **PRESIDENTE:** Entendi. Ok. A plenária concede vistas ao Conselheiro Lucas? Não havendo manifestação no *chat*, então eu acho que todos estão de acordo em conceder vistas ao Conselheiro Lucas. Ok. Então, retomando aos pontos de pauta, agora na parte da tarde é continuidade das discussões das comissões temáticas. Comissão de normas, de apoio e de orçamento já finalizaram as suas pautas, então agora seria a comissão de política. O Élerson justificou ausência, então o coordenador-adjunto, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom, boa tarde a todas e todos, novamente. Adelmira, eu posso projetar aqui. É tranquilo, viu? Se você estiver se antecipando aqui. Quer dizer, eu acho que é tranquilo. Espera aí. **ADELMIRA - CEAS:** Você quer que projete, Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Ah, eu acho que vai precisar, porque não está aparecendo o arquivo aqui para mim. está vendo? **ADELMIRA - CEAS:** Só um minutinho, por favor. **CRISTIANO, SEDESE:** Por favor. Aqui, a Dona Anédia tentou ligar para mim e eu não consegui, acabou que eu não consegui atender. Não sei se ela está precisando de alguma coisa. **DANIEL - CEAS:** É, eu estou mandando mensagem para ela. Ela me ligou também. **ADELMIRA - CEAS:** Está dando para ver agora?

CRISTIANO, SEDESE: Está. Bom, só volta um pouquinho antes, por favor. Ah, Dona Anédia chegou aí. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Boa tarde, gente. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde. **PRESIDENTE:** Boa tarde, Dona Anédia. **CRISTIANO, SEDESE:** Está tudo bem, Dona Anédia? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Está, é porque eu estou aqui no dentista com o Divino, meu marido, mas eu estou presente aqui. Vou ficar quietinha. **CRISTIANO, SEDESE:** Então está bom. Fizemos a reunião ontem, da comissão de política. O Élerson, como foi falado, ele justificou, ele estava com uma outra reunião paralela, conseguiu participar um pouco da reunião, mas tivemos a presença da Dona Anédia, eu, a Lígia da Secretaria de Saúde, a Luanda. E a Sílvia justificou a falta também. Só porque fizemos a discussão de manhã, tivemos, dos nove conselheiros tivemos, quatro conselheiros participando e o Élerson participou uma parte. O primeiro ponto de pauta é uma pauta que trouxemos aqui para o Conselho. Na verdade, essa pauta é de alguns anos já, que é a revisão de uma resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Cedca, que é a Resolução nº 56. Essa discussão sobre a revisão da resolução já tem uns sete anos que está acontecendo, vai e volta, vai e volta. Já fizemos várias idas e vindas em relação a isso, a gente tinha, inclusive, feito uma proposta há um tempo, que teve a participação, inclusive, da Patrícia, participou a Francielly na época, na gestão do CEAS anterior ainda; a Tatiane, que é diretora da alta complexidade da Subas, eu também, a Luanda. Mas, esse ano foi feita uma provocação por parte do Ministério Público, retomamos essa discussão com o Cedca. Eu acho que na plenária passada demos o informe de que foi feita essa reunião conjunta da comissão de política com a comissão de política do CEAS e do Cedca, junto com o Ministério Público e a Sedese, fechamos o cronograma para tentar fechar a revisão dessa resolução. Na verdade, vai ser, a proposta que estamos fazendo é de uma nova resolução, que revoga a Resolução 56, e um novo texto para que a gente apresente e discuta, inicialmente, tecnicamente com a comissão de política do Cedca e a comissão de política do CEAS. E também com a participação de convidados, que é o Ministério Público e a Sedese, a Subas/Sedese, para conseguirmos apresentar para os dois conselhos essa proposta, que aí sairia uma resolução conjunta do CEAS e do Cedca com essa resolução alterada. Aqui, no início tem um pouco desse contexto que eu falei. Temos uma data que foi pactuada com o Ministério Público, que apresentamos também na última plenária, que é de realizar uma reunião extraordinária em agosto, dos dois conselhos, para poder pactuar essa resolução que estamos trabalhando ainda, no âmbito das duas comissões. Então, foi ontem – acho que foi ontem – fizemos uma reunião, foi dia 14, foi quarta-feira. Dia 14 fizemos uma reunião entre a comissão de política do CEAS e a comissão de política do Cedca para discutir a resolução. Teve a participação da Doutora Paola, do Caodca, que é do Ministério Público; e da Subas, com os membros que são do Cedca também, que integram os conselheiros governamentais do Cedca também. E fizemos uma discussão dos comentários que foram feitos na minuta que

a gente já tinha produzido anteriormente, então a gente foi fazendo vários ajustes, chegamos mais ou menos já em uma redação final, mas combinamos que faríamos mais uma reunião das duas comissões para dar a versão final entre os membros das duas comissões, para que a gente possa enviar para todos os conselheiros, dos dois conselhos – do CEAS e do Cedca – para que a gente possa conseguir chegar nessa plenária extraordinária já com documento validado também já, mais ou menos, com os dois conselhos. Lembrando que essa é uma discussão já de muitos anos. Eu acho que tivemos um avanço muito grande nos últimos meses, um esforço muito grande, tanto por parte dos membros da comissão de política, quanto dos membros lá da comissão de política do Cedca. Então, como encaminhamento da nossa reunião ontem, então estamos propondo deliberar a realização de uma plenária extraordinária do Conselho Estadual de Assistência no dia 26 de agosto, que seria uma plenária conjunta com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, somente para tratar da discussão e eventual deliberação dessa resolução nova que revogaria a Resolução 56, e traz um texto novo. Só para lembrar, essa Resolução 56 e essa discussão que estamos fazendo, trata dos serviços de acolhimento no âmbito do estado, serviços de alta complexidade. Também discutimos, ontem, a possibilidade de convidar um especialista em acolhimento institucional. Foi sugerido o nome da Tatiane, que é diretora da alta complexidade na Subas e que também está acompanhando essa discussão desde o início, para que no dia da plenária extraordinária ela possa fazer um breve relato, falar um pouquinho do contexto, do porquê, e da importância de se aprovar essa resolução. Estamos considerando que ela traz vários aspectos que são bastante importantes para regulação dos serviços de acolhimento, dando inclusive a importância para o serviço de acolhimento familiar como alternativa ao acolhimento institucional. Além disso, a gente também, como encaminhamento, conversou sobre encaminhar aos conselheiros, com antecedência, essa minuta validada pelas duas comissões de política, para que os membros dos dois conselhos possam avaliar com antecedência, antes da plenária ordinária, esse documento. A gente também está pensando que antes da plenária – mesmo antes da plenária ordinária do CEAS em agosto – avaliar a pauta da comissão conjunta de agosto, para ver a possibilidade de já inserir também a discussão da minuta, antes nas comissões conjuntas, para que os membros do CEAS cheguem com subsídios para fazer a aprovação e a discussão. E também propomos – eu fiz essa proposta no dia da reunião e conversamos sobre isso ontem, entre a comissão de política – que talvez – e aí a Luanda sugeriu que pudesse ser no final do ano. Como estamos entendendo que essa resolução é bastante importante tanto para o CEAS quanto para o Cedca, e também acho que para o Suas como um todo, que pudéssemos fazer uma *live*, de repente, no final do ano – lá em dezembro – com a participação do CEAS, do Cedca, da Subas/Sedese que também contribuiu, e do Ministério Público, para falar da resolução, da importância da resolução. Foram esses os encaminhamentos que a gente tirou

desse primeiro ponto sobre a revisão da Resolução 56. **PRESIDENTE:** Cristiano, obrigada. Mais algum conselheiro da comissão gostaria de fazer alguma consideração? Os demais conselheiros estão esclarecidos sobre a proposta de encaminhamento da comissão? Se tiverem alguma dúvida, se inscrevam no *chat*. Não havendo manifestação, acredito que a gente possa partir para a votação. Então temos a realização de reunião extraordinária no dia 26 de agosto; o convite para um especialista sobre acolhimento institucional, e aí a sugestão é a Tatiane da Subas; a minuta da resolução, quando ela for validada pelas comissões de política do CEAS e do Cedca, será enviada previamente para os conselheiros; e também a proposta de realizar uma *live* mais para o final do ano, depois de aprovada essa reunião. Então o ponto de encaminhamento, de deliberação mais, é a realização da plenária, não é? Então os conselheiros que concordam com a realização da plenária extraordinária, permaneçam como estão. Em caso de objeção, se manifestem no *chat*. Está aprovada a plenária extraordinária. Eu aproveito aqui até para justificar que nesse mês de agosto vamos estar nos preparativos finais no município para a conferência municipal, então nossa conferência municipal vai ser dia 27, então eu já tenho uma reunião agendada nesse dia, da comissão organizadora, então eu já justifico minha ausência. Peço para a Mariana presidir a reunião ao lado da presidente do Cedca. Eu nem sugeri outra data, que na verdade o mês inteiro está bem complexa as agendas. **CRISTIANO, SEDESE:** Essa coisa de data é complicado, não é? **PRESIDENTE:** Sim, sim. Se os dois conselhos já propuseram essa data, com certeza vocês já consultaram, não é? Então nem vou propor uma outra data não, porque de fato vai ser difícil eu conseguir participar. **CRISTIANO, SEDESE:** Patrícia, colocamos de 9h às 18h, mas é só para ter uma margem aí, mas pode ser que não precise do dia inteiro. Mas aí vamos avaliando depois. **PRESIDENTE:** É, se eu tiver uma brechinha e conseguir entrar, eu entro, mas de antemão já justifico. Obrigada, Cristiano, obrigada comissão de política. **CRISTIANO, SEDESE:** Tem mais coisa, Patrícia. **PRESIDENTE:** Tem? Ah, então pode passar. **CRISTIANO, SEDESE:** São dois pontos bem rápidos, está bem? O segundo ponto é sobre uma denúncia de Areado, que chegou ao CEAS no ano passado ainda, sobre a falta de equipamentos de proteção individual e de higienização nos equipamentos do Suas lá no município e outras dificuldades envolvendo a gestão do município, e a organização do trabalho lá junto com os profissionais. O Cmas solicitou à própria gestão do município informações a respeito dessa denúncia e compartilhou com o CEAS um ofício pedindo também orientações. Então houve um apoio, naquele momento, da Subas/Sedese que também entrou em contato com o município para verificar como estava a situação. O CEAS fez esse contato também com o Conselho Municipal lá de Areado solicitando informações complementares. O cenário que temos agora é que em 2021 o Conselho Municipal respondeu informando que as informações relativas à denúncia foram saneadas pela gestão, principalmente em relação à compra de EPIs, porque isso foi uma indicação que fizemos na

época, porque foi justamente na época em que o governo federal estava repassando aquele recurso extraordinário da Portaria 369, inclusive para compra de EPIs, então demos as orientações e tivemos resposta do conselho municipal de que fez, verificou a demanda junto com o município, fez todo o estudo a respeito do que estava acontecendo, e a informação que recebemos do Conselho Municipal de que as situações foram recebidas. Então a discussão que fizemos ontem lá é que, considerando essa resposta do conselho municipal, e as orientações que foram dadas, estamos indicando o arquivamento da denúncia.

PRESIDENTE: Ok. Em discussão. Não tem nenhuma manifestação do *chat*. Vocês querem fazer por blocos ou de ponto por ponto, Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Uai, eu acho que só tem mais um.

PRESIDENTE: Está joia. Passa para o próximo e votamos em bloco então.

CRISTIANO, SEDESE: Está bom. O terceiro e último ponto é o seguinte, o CEAS recebeu um comunicado, um ofício, do Conselho Nacional de Assistência Social solicitando informações em relação ao município de Juiz de Fora. Eu não sei se todos aqui, todas lembram, mas esse caso não é a primeira vez que aparece, é uma situação bastante delicada lá no município, que oferta diferentes serviços da assistência social por meio de parcerias com organizações da sociedade civil. Só que dentre esses serviços, alguns são de execução estatal, conforme as resoluções, orientações e normativas do Suas, por exemplo, como o PAIF no Cras, e o PAEFI no Creas, para dar dois exemplos, que são ofertas estatais, mas que no município de Juiz de Fora foi identificado já algum tempo que essas ofertas são executadas por meio de parcerias com entidades, com organizações da sociedade civil. Na verdade, são vários serviços que o município oferta. Entramos aqui no site, ontem, para ver e vários serviços: de convivência, alguns são possíveis de serem realizados por meio de parceria, mas outros, como esses que eu citei: PAIF e o PAEFI, não. E consta a informação de que eles são executados por meio de parceria. O Conselho Nacional enviou para o CEAS um ofício narrando toda essa situação e pedindo que o CEAS atue nesse sentido, de disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão municipal na execução dos seus serviços junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora. O ofício chegou na comissão ontem – o ofício é do início do mês, mas chegou para a comissão ontem – e no ofício que o Conselho enviou para o CEAS, ele deu o prazo até dia 28 de julho para resposta. Só que ontem, na discussão, avaliamos que como estávamos fazendo essa discussão ontem, esse prazo ficou bastante apertado, inclusive para solicitar do município as informações, solicitar os apoios necessários. Então, como encaminhamento, estamos sugerindo, indicando que o CEAS envie um ofício para o Conselho Nacional informando desses procedimentos de apuração no âmbito da comissão de política que se reuniu ontem, no dia 15 de julho, a partir do ofício recebido. E que o CEAS, por meio da comissão de política, vai dar início aos procedimentos de apuração, mas que será necessário uma prorrogação do prazo de resposta, e aí a sugestão é que a gente peça a prorrogação do prazo de resposta para o dia

20 de agosto, para que dê tempo, inclusive, dê tempo de fazermos a próxima plenária e indicar o resultado da apuração para a próxima plenária, e envio da resposta ao Conselho Nacional. Como segundo encaminhamento, também estamos indicando o envio de um ofício ao Conselho Municipal solicitando informações sobre a atual situação da execução dos serviços no âmbito da gestão do município, principalmente em relação a essas ofertas que devem ser estatais, e já pensando em um prazo até o dia seis de agosto para que o conselho municipal nos encaminhe a resposta para que possamos ver e verificar outras medidas que poderão ser adotadas. E como terceiro ponto, também estamos sugerindo o pedido de apoio da Sedese, por meio da Diretoria Regional de Juiz de Fora, também para nos ajudar no levantamento das informações e possíveis orientações que podem ser desdobradas a partir daí. Então são esses três pontos de encaminhamento que estamos sugerindo, a partir desse ofício recebido. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano, obrigada. Em discussão. Os conselheiros compreenderam os pontos trazidos pela comissão de política? Podemos partir para a votação? Então o primeiro ponto, quer dizer, o segundo ponto da pauta de comissão de política, foi a.... Qual que era mesmo, gente? Eu esqueci, porque passou para esse ponto... **CRISTIANO, SEDESE:** É o de Areado. É de arquivar a denúncia. **PRESIDENTE:** Isso, arquivar. O do arquivamento da denúncia de Areado e esse terceiro ponto, encaminhamento de ofício para Conselho Nacional solicitando dilação de prazo para resposta; um ofício para o Cmas solicitando informações e reforçar sobre as ofertas do PAIF, PAEFI; e um ofício para a Sedese solicitando apoio no levantamento de informações. Então os conselheiros estão aptos a votar? Em regime de votação, os conselheiros que aprovam a proposta de encaminhamento apresentadas pela comissão de política, permaneçam como estão. Se houver alguma discordância, se manifeste no *chat*, por favor. Aprovados os encaminhamentos da comissão de política, com abstenção do Conselheiro Lucas. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom. Obrigado, pessoal. **PRESIDENTE:** Obrigada, Cristiano. Obrigada, Adelmira, comissão. Passando para o próximo ponto de pauta... Transmite a pauta para gente, por favor, para a gente visualizar qual é a ordem certinha da pauta. Gente, na verdade, esse *link* vai cair daqui a pouco, não é? (Trecho incompreensível) [00:43:17], eu queria assim, eu queria indo até o final da reunião, 4h, nesse *link* aqui, mas vocês acham que a gente continua aqui e se cair vamos para... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Vamos para lá, antes de começar... **MARIANA, SEDESE:** Acho que devia entrar lá antes também. **PRESIDENTE:** Está bem. Então vamos para o *link* do Sympla, gente. Vou pedir para a secretaria executiva... Ah, não, vocês têm que ir no ingresso lá, não é? A gente encontra lá então. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não sei comprar ingresso... **PRESIDENTE:** Daniel vai te mandar, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Ah, está bem. **PRESIDENTE:** Dona Anédia já conseguiu entrar? Esperar mais um pouquinho para Dona Anédia entrar, senão é injusto. Ah, está, agora é pauta da vacinação dos trabalhadores. Estamos até dentro do horário previsto, 15h. Dona Ivone já

conseguiu entrar? Ah, já até falou comigo, inclusive. **DANIEL - CEAS:** Patrícia, eu fiz um *link* para a Dona Anédia e fiz um para a Jéssica também, porque ela teve dificuldade de manhã. Mas, se a Laureci não conseguir e se a Jéssica não entrar, aí eu passo o *link* da Jéssica para a Laureci, aí você me fala, por favor, se ela tiver alguma dificuldade. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu entrei? **DANIEL - CEAS:** Entrou, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Ai, eu consegui, eu sou capaz, consegui. **PRESIDENTE:** A gente estava só esperando a senhora para retornar aqui à pauta. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Do período da tarde. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Obrigada. **PRESIDENTE:** Já iniciou a gravação, não é? O próximo ponto de pauta é da vacinação dos trabalhadores do Suas. Temos alguns retornos sobre as últimas ações do CEAS em relação a essa pauta. Foram discutidos na mesa diretora e a Ivone também solicitou a inclusão desse ponto de pauta, então queria pedir primeiro para a secretaria executiva trazer um pouco do retorno para nós, sobre os encaminhamentos que fizemos na última plenária, e aí depois eu passo a palavra para a Dona Ivone trazer, contextualizar essa pauta também. **DANIEL - CEAS:** Patrícia, com relação à vacinação, a gente já tinha encaminhado o ofício pedindo lá no SEI, e não houve resposta. Teve, inclusive, uma resposta que podemos compartilhar aqui também, com os conselheiros, vou colocar daqui a pouco no grupo. Mas, em relação à reunião em si, mandamos um *e-mail*, tentamos ligar, mandou *WhatsApp*, mas ainda não teve retorno. Eu vou mandar outro *WhatsApp* agora, mas, realmente, infelizmente em relação à reunião, não teve retorno ainda. **PRESIDENTE:** Isso, que tivemos alguns encaminhamentos, não é? Que foi a nota técnica conjunta, que foi assinada por todos os atores que participaram da reunião: o Conselho Estadual de Saúde assinou, apesar de que a assinatura foi do vice-presidente, mas a mesa diretora deliberou pela assinatura da nota técnica conjunta. Essa reunião que o Daniel falou foi uma reunião deliberada para ser realizada com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, a Jucá; Secretário de estado da Saúde, o Fábio. E na reunião da mesa diretora com as entidades, o deputado André Quintão, se colocou à disposição para participar dessa reunião também representando a Frente Parlamentar em Defesa do Suas. Como o Daniel colocou, foram feitas várias tentativas de contato, desde a última plenária, inclusive solicitamos que a secretaria executiva solicitasse essa reunião com qualquer agenda disponível que o Secretário de Estado de Saúde tivesse, mas infelizmente, não conseguimos esse agendamento ainda. E o outro ofício, que o Daniel falou que foi colocado no SEI, é um ofício, aquela deliberação de solicitar ponto de pauta na Comissão Intergestora Bipartite, na CIB da Saúde, e no Conselho Estadual de Saúde. Foi enviado para o SEI, via SEI, que é um sistema eletrônico do governo do estado, e foi endereçado para o secretário de estado, enquanto coordenador da CIB e enquanto presidente do Conselho Estadual de Saúde. Aí teve uma tramitação lá no SEI, pela assessoria também do secretário de saúde, mas essa semana conversando com o vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, tivemos informação de que não chegou na mesa

diretora de lá, e aí a secretaria executiva do CEAS até reenviou, enviou por ofício também e aí a mesa diretora vai pautar isso para solicitar pauta para nós. A resposta da CIB foi uma resposta, assim, tão complicada, que eu não consigo nem sintetizar para vocês o que a resposta disse, sabe? Me parece que para colocar pauta na CIB, tem que passar pela coordenação estadual de vacinação, não sei o quê, tem uns trâmites lá que eu não sei explicar, me desculpem. E aí a resposta foi que a vacina – você transmite para nós, Daniel? Porque aí conseguimos passar o informe direitinho. **DANIEL - CEAS:** Só um minutinho, Patrícia. **CRISTIANO, SEDESE:** Daniel, seu *WhatsApp* está aparecendo na tela. Só para você saber. **PRESIDENTE:** Dessa vez eu não falei mal de você, hein, Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** É, eu estou de olho aqui. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Gente, essas letrinhas aí, mas não vejo uma letra, só vejo uns negocinhos aí. **PRESIDENTE:** Mas não é isso ainda não. **DANIEL - CEAS:** Só um minutinho, pessoal. Me embananei todo aqui. Patrícia, esse não é o que você me mandou pelo *WhatsApp*, não? **PRESIDENTE:** Agora você não está transmitindo nenhum. Esse que te mandei que é a resposta da solicitação da pauta da CIB. Que está no meu *WhatsApp*, eu não sei transmitir aqui o Zoom. **ROSALICE - CEAS:** É um memorando, não é isso? É um memorando... **PRESIDENTE:** É, um memorando. **ROSALICE - CEAS:** Só um minutinho, Daniel, porque eu vou tentar transmitir aqui, que eu abri direito no SEI, ficou melhor, aí ficou mais fácil. **DANIEL - CEAS:** É, o que encaminhou aqui foi um ofício. **PRESIDENTE:** Não, o que eu te encaminhei foi um memorando, Daniel. Um memorando da resposta sobre a solicitação de pauta da CIB. Você quer que eu te encaminhe no zap, Rosa? **ROSALICE - CEAS:** Não, está aqui. Achou. Não, não é esse. **PRESIDENTE:** É esse, uai. **ROSALICE - CEAS:** É esse. **PRESIDENTE:** Resposta à solicitação do CEAS em relação à pauta. **ROSALICE - CEAS:** Isso. Que eu ia tentar esse aqui direto do SEI e aí eu me embananei aqui no negócio. **PRESIDENTE:** Então, só para informar o plenário, foi solicitado pauta... O CEAS, o Cogemas e a CIB/Suas. CEAS, Cogemas e a CIB do Suas solicitaram ponto de pauta na reunião da CIB da saúde sobre a vacinação dos trabalhadores. Diminui um pouco, por favor. E aí a Secretaria de Estado da Saúde esclareceu que atende ao plano nacional de operacionalização da vacinação contra covid-19, que elencou os grupos prioritários para vacinação, os trabalhadores da saúde – como vocês sabem; os grupos, povos e comunidades tradicionais, ribeirinhas, a questão da faixa etária, pessoas com comorbidades, enfim. Pode ir passando porque ele é extenso e não precisa de ler todo. E aí ele fala que o plano detalha, considera-se trabalhadores da saúde a serem vacinados na campanha os indivíduos que atuam em estabelecimento de assistência, vigilância à saúde, regulação à saúde, e aí eles até negritam assistentes sociais, eu acho que eles ainda não entenderam que trabalhadores do Suas são os profissionais de nível médio e superior que atuam no Sistema Único de Assistência Social, que o fato de, que assistente social é diferente de assistência social, não é? E aí eles falam que os profissionais supracitados, no momento

da vacinação, deverão apresentar documento que comprove a vinculação ativa do trabalhador com serviço de saúde e que, em atendimento ao referido plano, Minas Gerais já distribuiu, até o momento, as vacinas. E aí 100% das pessoas idosas, 100% das pessoas com deficiência, indígenas, nas faixas etárias. Fala ainda que o Ministério da Saúde, por meio da nota, recomendou o início da vacinação da população geral de 18 a 59 anos, que passa a ocorrer de forma concomitante ao público prioritário, e que seguindo essas deliberações do Ministério da Saúde, o estado de Minas Gerais, por meio de uma deliberação da CIB da Saúde, recomendou que o atendimento dos grupos de trabalhadores da educação deve acontecer de forma concomitante com o segmento do plano e de forma escalonada dos outros grupos, com comorbidade, gestante, puérpera, trabalhador do sistema de privação de liberdade, trabalhador de transporte coletivo, enfim. Pode ir passando para o próximo parágrafo. Sendo assim, de acordo com o Plano Nacional de Operacionalização, estão incluídos como grupo prioritário para vacinação contra covid-19 os trabalhadores da Saúde. Então não entendi a resposta, sabe, gente? Porque solicitamos ponto de pauta na CIB, aí vem uma resposta da Secretaria de Estado da Saúde falando quais são os públicos prioritários. Aí queria pedir ajuda aos universitários, ver se alguém conseguiu entender esse ofício. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não entendi, não, Patrícia. Mas, os trabalhadores já estão sendo vacinados. **PRESIDENTE:** Em Belo Horizonte, sim. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É, Belo Horizonte. **PRESIDENTE:** Muito municípios mineiros, infelizmente, ainda não têm a vacinação. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Ah, entendi agora. **SÁVIO, CMAS BH:** Patrícia, se a resposta foi essa é porque não precisa nem fazer reunião. Acho que é isso que eles quiseram dizer. Não adianta insistir, porque vai ser essa a resposta. Eu acho que o que fortalece a reivindicação do campo do trabalho é a organização do trabalho. É composta por entidade de classe, sindicato e Fórum dos Trabalhadores. Foi assim que Nova Lima conseguiu e Belo Horizonte conseguiu. Caso contrário, a resposta vai ser essa. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu acho que devemos continuar insistindo, mostrando para eles na real o que queremos. Não é desistir não. A minha opinião é essa. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu não escutei, Dona Anédia. Repete, por favor? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Não é o que vocês querem não. **SÁVIO, CMAS BH:** Não entendi, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Espera aí, deixa eu tirar a máscara. Espera aí. Eu acho que não é desistir não, é mostrar para eles o que nós queremos de verdade. Eu sou usuária, mas eu defendo os trabalhadores por quê? Eles estão lá, igual os da Saúde, então por que uma parte tem direito e a outra não? Nós temos que botar isso lá e dizer para eles: é todos do Suas, não é só uma parte. Não é ficar quieto: “É isso o que vocês tem” (trecho incompreensível) [01:01:09] não, nós não queremos só isso não, nós queremos o que é certo. É certo, é certo, é um direito nosso. Nossos trabalhadores precisam, nós precisamos dos trabalhadores, os usuários precisam muito dos trabalhadores. Quando nós perdemos aqui, agora na Pampulha? Mês passado morreu um amigão nosso lá, e no interior?

Aprova um lado e não aprova o outro? Como? Tem que voltar e dizer para eles que não é assim. Esse é o meu ponto de vista. **SÁVIO, CMAS BH:** O Fórum Estadual dos Trabalhadores tem que pressionar. **IVONE, COGEMAS:** Presidente. Vocês têm alguém inscrito? Não estou acompanhando o *chat*. Mas, acho que já está de brincadeira, não é? Porque se o estado de Minas está acompanhando o plano nacional de vacinação, por que incluir a educação, por que incluir os caminhoneiros, e por que incluíram tantos outros trabalhadores – que também são importantes – e não incluíram os trabalhadores do Suas que também estavam na mesma lei federal, que estavam na mesma discussão no nível nacional? E a pauta do plano nacional, ele nem estava incluindo esses profissionais. Eu acho que nós temos que continuar sim, como diz Dona Anédia, tentando garantir os profissionais de Suas como profissionais prioritários. Eu acho que Minas, infelizmente, eles estão tratando os profissionais do Suas como, a mesma forma que eles tratam a Política De Assistência Social, não dá a mínima importância. Eu acho que esse Conselho tem um papel muito importante, eu acho que nós temos que continuar batendo na tecla: que nós queremos ser incluídos, sim, como profissionais que merecem essa prioridade de imunização. Nós temos entendido, vai chegar a hora, pela idade, mas foi um descaso muito grande com os profissionais do Suas. E eu acredito que nós temos que continuar, sim, batalhando, fazer uma nota de repúdio. Não tem nenhuma condição não ter atendido o pedido de reunião, mesmo que seja para nos dar essa resposta que nos deram por escrito. Eu acho que é uma falta de respeito muito grande com o CEAS, com as entidades representativas do estado, a forma que trataram o nosso pedido, dizer que não tramitou para chegar na reunião da CIB. Todas essas formas eu acho que é um descaso muito grande. Eu acho que nós temos que continuar tirando aqui encaminhamentos, se é o fórum de trabalhadores, se for nós também, o colegiado de gestores municipais. Temos que fazer mais ações ainda, para que os profissionais sejam garantidos no plano de priorização, como muitos estados fizeram, tiveram êxito. Então, por que Minas Gerais não tem? Então é muito triste isso aí, muito lamentável mesmo. E os gestores estão todos indignados, todos os gestores municipais estão fazendo as tentativas e estão recebendo não das secretarias municipais de saúde. Como que algumas regionais liberaram e outras não? Então fica dando brecha para que, de fato, algo errado está acontecendo. **PRESIDENTE:** Obrigado, Ivone. O Sávio está inscrito. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho, eu também nunca vi isso, viu, Ivone? Assim, não aceitar uma reunião. Não tem resposta. Eu acho que tem que insistir com essa reunião e ainda convocar o fórum estadual dos trabalhadores e o fórum estadual dos usuários do Suas. No caso aí, a Luanda, Anédia, e tentar essa conversa novamente, porque isso aí não pode ficar desse jeito, não. Foi uma falta de educação mesmo responder desse jeito, como se não adiantasse fazer reunião, não é? Não é assim. Não é assim mesmo. O Suas só se desenvolve no campo democrático, no campo do diálogo e da conversa. Isso aí, o Conselho Estadual de Saúde, para quem foi

dirigida a intenção de fazer a reunião – não é isso? – está absolutamente enganado. Acho que devemos insistir. **PRESIDENTE:** Sávio, desculpa te interromper. Esse ofício solicitando a reunião foi enviado para a CIB da Saúde e para o Conselho Estadual de Saúde. Só que foi endereçado para, foi endereçado assim: “Fábio, Secretário Estadual de Saúde; coordenador da CIB Saúde; presidente do Conselho Estadual de Saúde”, aí tramitou isso dentro da Secretaria de Estado da Saúde. E aí a mesa diretora do conselho estadual de saúde não tomou conhecimento. Essa semana eu conversei com o vice-presidente e ele falou que a mesa diretora não sabia, pediu para enviar de novo, pediu para enviar por *e-mail* e eles vão pautar isso no Conselho Estadual da Saúde. Essa resposta foi da Secretaria de Estado de Saúde, não sei nem se vale como CIB, porque eu não sei se a CIB da Saúde, a única palavra é da Secretaria de Estado da Saúde, não sei como funciona CIB. Então tem essa proposta de encaminhamento, de que seja novamente solicitado a reunião. **SÁVIO, CMAS BH:** É, mas temos que mostrar a nossa força, a força da nossa organização. Temos essa organização, é necessária essa organização nossa não é à toa, não é? Porque, caso contrário, a gente recebe a resposta dessa. De qualquer forma – viu, Patrícia? – foi uma desconsideração. Desconsideração mesmo. Eu acho que o Fórum dos Trabalhadores tem que entrar aí. A organização dos trabalhadores do estado requer uma reorganização para mostrar força. Eu percebo a força que tem o Fórum dos Trabalhadores de Belo Horizonte. A questão é essa, é a pressão, uma pressão não é patológica, é uma pressão fisiológica mesmo, é inerente a correlação de força, inerência aos interesses diferenciados. É assim mesmo, em prol da política, inclusive. A existência disso não é para fazer contraponto, é para fortalecer. Fórum dos trabalhadores e fórum dos usuários, isso aí é essencial para o desenvolvimento da política pública. **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. O Daniel está projetando a pauta com as propostas de encaminhamento, teve a proposta da Dona Ivone também, da nota de repúdio, está, Daniel? A próxima inscrição é da Luanda. **LUANDA, CRP/MG:** Boa tarde, pessoal. Então, gente, é realmente desanimador, vamos ficando perplexos com o descaso. Essa resposta reflete o descaso. O CRP, o Creas, Sintibref, outras entidades compõem o Fórum Estadual de Trabalhadores, nós, inclusive, subscrevemos conjuntamente a nota técnica de referência, participamos da reunião, puxamos a pauta. A pauta, essa pauta da vacinação, prioritariamente, é uma pauta do FET, sim, só que não estamos vendo abertura nem para o diálogo. Nós deliberamos na nossa última reunião do FET entrar com processo de mediação do Ministério Público do Trabalho, porque a gente vê que essa será uma das últimas coisas que conseguimos fazer em âmbito de buscar aí uma negociação. Dizer que o estado de Minas Gerais com essa resposta, inclusive mostrando desentendimento do que é a Política de Assistência Social, passa vergonha a nível nacional porque temos visto movimento de outros estados já proporcionando a vacinação de trabalhadores e trabalhadoras do Suas. O estado também, dando essa resposta para nós, dificulta as negociações a nível local, então a gente

não consegue negociar nos municípios, não consegue conversar. Dizer, o que o Sávio fala, a mobilização, ela tem muita força, mas a gente precisou perder muitas vidas para efetivar, por exemplo, a vacinação em Belo Horizonte. Então, a Dona Anédia lembrou aí, um dia antes da vacinação em BH perdemos uma pessoa que estava, inclusive publicamente, se posicionando com medo de pegar a doença, e até então a gente não tinha notícias de Belo Horizonte, foi depois da morte dele que tivemos a notícia da vacinação. Eu estou dizendo isso tudo, gente, porque, realmente, precisamos mobilizar, precisamos fortalecer os movimentos, mas só isso não está bastando porque não estamos sendo ouvidos. E aí não está sendo mesmo, porque se fazemos um convite para conversar e a resposta é essa, não estamos sendo ouvidos. E ficamos, realmente, assim... Estou extremamente chateada com isso, sabe? Porque esgota as nossas forças. Então é isso, só também dar esse informe da vacinação, que fizemos a última reunião da coordenação do Fórum Estadual de Trabalhadores, já estamos encaminhando para o Ministério Público do Trabalho a questão. Mas, peço também, e acredito que o CEAS enquanto esse importante órgão de controle social e garantia de direitos, atue também, não desista da atuação em prol da vacinação. E lembrar o seguinte: eu tenho visto muitos municípios falando isso: "Ah, mas daqui a pouco chega sua vez pela idade", além de demonstrar o completo descaso, estamos, política pública relegada mesmo ao descaso, exigindo que a gente faça visita, exigindo que a gente faça atendimento, expondo os usuários, me expondo, porque não paramos. Não parou o presencial hora nenhuma. Eu, pelo menos, não parei. A gente continuou com as ofertas no município. E ao mesmo tempo fala isso, quer dizer: eu sou descartável, porque eu posso esperar a minha idade, mesmo executando. E, ao mesmo tempo, vai demonstrando isso, de que não temos importância, e aí no ano que vem, se precisar tomar uma dose de reforço, nós vamos ficar por último de novo, e nos próximos anos sempre por último, e nós vamos continuar lá na lista de serviços prioritários, que não podem fechar, que têm que continuar em execução presencial. É algo triste, gente. Tristeza mesmo. É um desabafo mesmo que eu fiz aqui, me desculpem, mas não está fácil mesmo, não. **IVONE, COGEMAS:** Não sei se tem mais inscrição, Patrícia. **PRESIDENTE:** Não, não tem inscrição, não. Pode falar, Dona Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu acho que, como foi feita aquela primeira reunião, eu acho que a gente tinha que ampliar, fazer novamente aquela reunião, traçar algumas estratégias. Como a Luanda falou, o FETSuas já traçou, já está notificando o Ministério Público do Trabalho, corretíssimo. E tentar com aquele grupo, mais uma vez, uma agenda com a Saúde, porque é lamentável mesmo. Nós estamos vivendo que nem abrir para um diálogo não querem abrir, não é? Isso é mais complicado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Dona Ivone. O Sávio está inscrito. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu gostaria aqui de solicitar o posicionamento da Sedese, porque não é possível que a Sedese vá deixar dessa forma. São órgãos do governo estadual, tanto a Secretaria de Saúde, quanto Secretaria de Assistência. Eu acho que as duas têm que conversar. Conversar, marcar uma

reunião com os dois secretários e mostrar para ele o trabalho essencial que o trabalho da política assistencial é. Isso aí já foi posto, já foi reconhecido. A Política de Assistência Social assume riscos no trato com o usuário e no local onde que ela atua, existe movimentação, existe muita gente, o perigo do contágio é certo, tanto é que em Belo Horizonte houve casos mesmo, Luanda tem razão. Então é um risco. Essa conversa tem que ser uma conversa mais séria. Não é possível que a Sedese vai deixar seus trabalhadores – que são muitos no estado inteiro – adoecer, ficarem doentes e correr risco de vida, não é, pessoal? Isso aí não é fácil, isso não é brincadeira. Eu acho que o Conselho tem que solicitar à Sedese que interfira nisso. Tem coisa, gente, que o órgão gestor é que faz, não tem jeito. Não adianta o conselho... O Conselho tem seu órgão gestor, então ele tem que forçar, fazer com que o órgão gestor faça essa intermediação e converse com o secretário de saúde. Mais uma vez, eu acho que é conversa de secretário com secretários, muitas coisas se resolvem dessa forma. Inclusive aqui lembrando... **PRESIDENTE:** Sávio? Inclusive lembrando... **SÁVIO, CMAS BH:** Ah, agora vocês estão me ouvindo, não é? Porque eu perdi a imagem aqui, mas para mim está dando que vocês estão me ouvindo. Inclusive lembrando, não me sai da cabeça de que... Vocês estão me ouvindo? **PRESIDENTE:** Sim. **SÁVIO, CMAS BH:** Não me sai da cabeça de que vai ser muito difícil resolver aquela questão da composição do conselho, hein, gente? Não podemos brincar com aquilo não. Vou até dizer para a Mariana, como subsecretaria, da mesma forma – foi até bom que já vai as duas coisas juntas – interfira nisso de forma decidida, e resolva essa questão para nós. Coloque-se na câmara, na Assembleia para votação. O governo tem como fazer uma pressão nisso aí para a coisa sair mais rápida, porque não é assim, mandar um ofício, esperar uma resposta. É no telefone que eu acho que a coisa tem que acontecer, é na conversa. Não tem como. Essa coisa, é ofício para lá, é ofício para cá, e é desse jeito aí. A gente perde, acaba perdendo muito tempo, muita coisa se resolve é em uma boa conversa. Então essas duas coisas estão pendentes aí. Eu vou fazer um pedido à Mariana, que seja mais, assim, proativa nessa questão e resolva, do ponto de vista da vontade política. Ok? **PRESIDENTE:** Disse a voz da experiência, Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Tem coisas, tem coisas que não dá. Tem coisas que é o núcleo duro, a representação do núcleo duro da diretoria do conselho, que é a representação do órgão gestor, entendeu? É ali. Essas duas pessoas têm que resolver essa questão. Tem questão que é questão de governo. A política pública se faz com participação popular, que aí é conselho, fórum, etc., e vontade política. Muita coisa é do órgão gestor, de quem conduz a política e de quem faz a política. Então não tem jeito. Eu estou, realmente, preocupado com isso porque para esse processo ter que prolongar para o conselho, aí vai chegar naquele problema nosso, que vai chamar uma conferência ano que vem... Não vai, vai ficar para o próximo, e aí é uma confusão danada. Eu acho que essa coisa tem que resolver imediatamente e a nível de governo, nível de secretário e até de governo mesmo. Mandar

essa proposta logo para a Assembleia, porque chegando lá também tem a demora normal. Então essas coisas não são simples, a gente não pode conformar desse tipo de coisa. Uma resolução que já faz tempo – tem pelo menos uns dois, três meses isso aí – e até agora não foi encaminhada para a Assembleia. Ah, não dá. E a gente com a conferência que tem o costume de fazer eleição da nova composição do conselho. Olha só? vai ser pela primeira vez que nós não vamos conseguir isso. E não vai mesmo, se continuar desse jeito, não vai.

PRESIDENTE: Obrigada, Sávio. Essa parte da eleição... **MARIANA, SEDESE:** Acho que o Lucas se inscreveu. Posso falar antes do Lucas? Deixa eu ver aqui, que eu não olhei o *chat*.

PRESIDENTE: Pode. Deixa eu só fazer um à parte aqui, Mariana. Essa parte da composição vamos discutir mais para frente, na pauta da composição da comissão eleitoral, vamos tentar nos ater aqui à pauta da vacinação dos trabalhadores do Suas. O Sávio colocou algumas questões, eu até postei no *chat*, mas eu vou comentar a mensagem que eu mandei para ele, porque o CEAS tem um mês que está tentando agendar reunião com o secretário de estado de saúde. Pedimos para disponibilizar qualquer data, que a gente se reunia em qualquer dia que ele estivesse livre, mas o secretário de estado da saúde, o Fábio, não disponibilizou nenhum horário na agenda para essa reunião com o CEAS, que solicitaríamos também a reunião com a Sedese, com a Secretaria Jucá. Então temos essa proposta de encaminhamento, de solicitar à Sedese que faça intermediação com a Secretaria de Saúde para a realização da reunião. O Lucas está inscrito, mas eu vou – Lucas, eu te peço licença para a Mariana responder a fala do Sávio. **MARIANA, SEDESE:** Não, é até rápido, Lucas. É porque eu estava olhando aqui e – não sei se todo mundo acompanhou a audiência pública que teve na Assembleia, da Sedese –na oportunidade foi falado também dessa pauta da vacinação, e a Secretária falou que tinha conversado com o Secretário. Eu abri aqui o processo no SEI para olhar e eles devolveram... a Saúde devolveu para a Sedese exatamente agora, tem 10 minutos. Eu não sei se a resposta do CEAS chegou antes. Depois, Daniel, você me passa o número do SEI que vocês receberam, só para eu confirmar se foi assinado pela mesma pessoa, mas aquela nota técnica conjunta que todo mundo assinou, divulgou, a secretaria mandou para o secretário pelo SEI, telefonou, conversou com ele, e o que ela tinha me falado é que isso seria incluído na pauta do... Eu esqueci o nome dele, aqui até fala, do Comitê covid, é o COIS. Só que aí eu estou vendo pelo SEI que, quando chegou na Secretaria de Saúde, o encaminhamento foi o seguinte: o secretário encaminhou para a área, que falou que todas as pautas que vão para a CIB Saúde, têm que passar primeiro na subsecretaria, que foi isso que a Patrícia relatou a resposta que veio aqui. Todas as pautas passam primeiro para a subsecretaria de vigilância de saúde e para a coordenação de imunização se manifestarem. E essa coordenação de imunização que se manifestou de forma contrária, no final ela conclui dizendo assim: “Sendo assim, as pessoas não incluídas nos grupos prioritários serão atendidas por faixa de idade”. E a resposta que ela cita é igual.

Enfim. E devolveu para a Sedese. Concordo, acho que agora eu, na segunda-feira, conversando com a secretária, vou repassar essa situação para ela, porque isso aqui chegou para nós hoje. Eu não sei que dia que chegou para o CEAS, mas, respondendo a tudo, eu concordo que eu acho que agora tem que levar para ela e pedir para ela tentar interceder junto à Secretaria de Saúde. Aí, só resumindo, o outro ponto também já está para eu conversar com ela, porque eu também já esgotei. Todos os contatos que eu poderia fazer no meu âmbito de hierarquia, vamos dizer assim, junto à Segov e CTL, eu fiz. Então, aí quanto eu não dou conta de resolver, eu passo para ela, está, Sávio? E aí esses dois pontos eu vou passar para ela na segunda-feira. Acho que é isso. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Patrícia. Olha, é uma situação muito difícil e que somos cobrados todo dia, que em conversa com os municípios, os trabalhadores já estão todos esgotados, muitos contaminados, sequelados da covid, e ainda com risco de se contaminar novamente e agravar a situação. O cerne da situação é justamente nesse sentido. E aí eu até escutei uma das perguntas, acho que foi até a Ivone que fez a pergunta: por quê o pessoal faz isso? Mas eu acredito que é algo bem planejado, porque, veja, coloca a assistência social como prioridade, sabe que os trabalhadores têm um compromisso com a Política de Assistência e não vão fazer como demais outras áreas, que fazem greve, porque sabemos que os trabalhadores sabem da necessidade da Política de Assistência Social fluindo para atender os usuários. É por isso que eles fazem isso, não colocam como prioridade. Eu, sendo mais radical, orientaria a todos os trabalhadores fazerem greve, mas sabemos do compromisso e da necessidade da Política de Assistência Social fluindo, porque dela depende os usuários. Pessoas em situação de vulnerabilidade. O caminhoneiro conseguiu vacina porque fez greve, os outros, a equipe de segurança ameaçou greve, mas a gente sabe, temos o compromisso com a Política de Assistência Social por causa dos nossos usuários, então por isso que fazem isso. E, nesse sentido, eu acho que a conversa vai ter até que mudar o tom. Precisamos ir para os órgãos de informação, precisamos ir para a imprensa. Nós estamos tratando com o meio político, ano que vem é ano de eleição e vocês podem ter certeza que na pauta do governador, que vai ser candidato à reeleição, vai estar lá uma gestão linda e maravilhosa, e foi até anunciado hoje que o pagamento dos servidores vai ser em dia, beirando as eleições. Nesse sentido, temos que avançar e colocar a boca no mundo. Um secretário, que é servidor público, não atender um órgão de controle social, independente da área de atuação dele? Espera lá, espera lá. E aí, nesse sentido, é importante marcar uma reunião com o próprio governador. Eu acho que o encaminhamento que eu gostaria de sugerir é de uma reunião direto com o governador. Já não quero nem falar mais com o secretário, que acima dele está o gestor no estado, e ele deve explicações para a população mineira. Ele deve. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Diante da palavra do Lucas, e o Sávio falou que nós temos que ir nos grandes lá, eu estou com o Lucas

aí. Vou apoiar o que o Lucas está falando, para ver se anda. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** E, nesse sentido, com o respeito que temos pela Secretaria Jucá, não querendo passar por cima dela, mas acho que a conversa já tem que ser direto com o governador, pela postura que nos foi dada pelo secretário de saúde, pelo órgão subordinado ao secretário, o que é pior. O que é pior. Solicitamos uma reunião, solicitamos espaço de diálogo, pedimos o mínimo, garantia de fala, foi o que pedimos. E já levamos uma porta na cara. Eu acredito que temos que conversar diretamente com o governador, e não com o secretário. E aí, em um jargão popular – me perdoem os termos – queremos conversar é com o dono dos porcos agora. Precisamos avançar nesse sentido, de construção de uma realidade. Vou trazer um posicionamento pessoal, que escutamos isso de muitos trabalhadores: “Eu já estou cansado de nota de repúdio e ninguém faz nada” e é uma realidade. A maioria dos trabalhadores já está cansado de nota de apoio, nota disso, nota daquilo, e quem de direito não faz nada. Não respeita aquelas instituições que estão se manifestando nesse sentido. E eu acho que temos que colocar a boca no mundo, sim, fazer uma campanha pública e dura evidenciando que a Política de Assistência Social foi considerada como estratégica e de interesse social, mas os seus trabalhadores não são considerados estratégicos e de interesse social. Cadê a segurança sanitária, que tem que ser devida para os trabalhadores? Obrigado, Patrícia. **PRESIDENTE:** Obrigado, Lucas. O Sávio está inscrito. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho, nós como conselheiros aqui no CEAS, trazemos, e eu acho que podemos trazer algum tipo de experiência vivenciada. Eu acho que é isso, não ficamos aqui dando palpite ou inventando. Eu acho, eu acho... Eu acho o seguinte, teve uma época, em Belo Horizonte, que tentávamos conversar muito com órgão gestor, com a secretaria de planejamento, o Conselho. Não dá resultado. O importante é fortalecer o nosso órgão gestor. Nosso órgão gestor é a Secretária Juca; nosso órgão gestor é a Mariana no Conselho. Temos que fazer com que essa parte funcione melhor. A Mariana falou que já... Vamos esperar segunda-feira, que ela vai tratar das duas coisas, e vamos esperar o resultado disso aí, porque importante é também ter os nossos interlocutores fortalecidos. Se você passa por cima, eles se enfraquecem. Tem esse detalhe. Então, eu entendo o que vocês falaram. Eu acho que, em último caso, é isso mesmo. Concordo com o Lucas e com... Que não pode deixar. Parece que nota de repúdio é isso mesmo, parece que estamos colocando um ponto final na coisa. E nota de repúdio. Aí a pessoa lê... É o sentimento mesmo que o meu, viu, Lucas? Com relação à nota de repúdio aí. Agora, eu acho que devemos fortalecer os nossos interlocutores, no caso é a Mariana, é a Jucá. E é por aí que vamos conseguir as coisas, é por aí que vamos abrir caminho para fazer interlocução com qualquer parte, com qualquer secretaria a nível de estado. Eu coloco aqui minha confiança e a necessidade de se fortalecer essa interlocução. A Mariana falou que segunda-feira já vai, ela com a Jucá, tentar essa interlocução. Acho que o mais rápido possível, viu, Mariana? Poderíamos receber resposta

disso. E não tem nada impossível, temos que... O que a Mariana mesmo escreveu: "O CEAS está há um mês tentando agendar reunião com o secretário". O interlocutor para dentro do estado, interlocução nossa é Mariana, é Jucá. Essa é nossa interlocução, essa é a vontade política, esse é o nosso órgão gestor. É ele quem consegue. Os secretários, às vezes, têm reuniões semanais, gente. Eles se conhecem. A Jucá senta com o secretário de saúde na hora que ela quiser, está bem? Então é por aí. **PRESIDENTE:** Ok, Sávio. A próxima inscrição é da Ivone. **IVONE, COGEMAS:** Eu concordo com as falas, eu acho que estão bem colocadas, principalmente o Sávio aí, o último. Eu acho que nós temos que reforçar nosso órgão gestor, não é? Se nós temos a Jucá e a Mariana, elas são as referências da nossa Política de Assistência Social. Então acho que nós temos que reforçar. Eu acho que a Mariana colocou um ponto aí, que segunda-feira vai fazer essa conversa com a Jucá. Está certo, eu não vou repetir não, acho que Sávio falou certo. Não desfazendo. Acho que o Lucas, se realmente não estiver andando, nós vamos procurar o governador, vamos articular com o governador, levando junto a Mariana, levando junto a Jucá, porque elas que são nossas referências na Política de Assistência Social. Eu queria falar com relação à nota de repúdio. Eu acho assim, que se a gente ficar falando só para nós mesmos, lamentando para nós mesmos, eu vejo a nota de repúdio como também a nossa manifestação, nossa indignação aqui dentro, fora também nos órgãos, nos meios de comunicação. Tudo isso que estamos falando aqui dentro – que nós não estamos concordando com esse método, com essa forma – que seja também externado para fora. Eu acho que, para mim, nota de repúdio é isso, é você colocar o que você está sentindo, o que nós estamos trazendo para dentro do CEAS, para fora, para que outros atores possam ouvir o que estamos sentindo, entendeu? Eu vejo nota de repúdio mais nesse sentido, que podemos publicizar isso que estamos colocando para nós, mas nós, como podemos colocar com outras pessoas para também perceber que estamos lutando? Que estamos buscando, que nós estamos fazendo essa ação e estamos encontrando essa dificuldade junto? Então, nota de repúdio eu vejo muito nessa linha, é como uma forma de colocar para fora, daqui do CEAS, isso que estamos colocando dentro do CEAS. Tornar público isso aqui. E também falar que não estamos contentes, que nós não concordamos com esse método, com essa forma que está tratando os trabalhadores, está tratando a assistência social. É uma maneira de ver a assistência social. Como é que a Secretaria de Saúde vê a assistência? Como é que ela reconhece o trabalho da assistência? Eu acho que é uma forma, também, de repudiar esse método. Não é simplesmente que a nota de repúdio vai resolver, chegou ao fim. Não. É mais uma ferramenta, é mais um elemento. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ivone. Não tem nenhuma inscrição agora. Eu entendo o que o Lucas, na verdade, trouxe isso sobre fala de repúdio várias vezes, não é? Eu entendo quando ele coloca isso, mas concordo com a Dona Ivone, que a nota de repúdio seria uma forma de dizer para a sociedade o que está acontecendo aqui, quais são as coisas. Já

soltamos a nota técnica, já informamos para as pessoas que solicitaríamos uma reunião com a CIB, que solicitaria uma reunião com o secretário de estado. E qual é o retorno que temos dessas reuniões? A nota de repúdio, quando a Ivone traz essa sugestão, eu acho que é nesse sentido, de tornar público que o CEAS está tentando dialogar com a Comissão Intergestora Bipartite da Saúde, está tentando dialogar com a Secretaria de Estado de Saúde, mas sem sucesso. Então acho que é um pouco nesse sentido. Para além disso, temos outras ações, foi pontuado: solicitar novamente a reunião, e aí a Mariana já se prontificou para conversar com a Jucá, para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social fazer essa intermediação com a Secretaria de Saúde para realizar essa reunião. Eu entendo também o posicionamento do Sávio, de fortalecer o órgão gestor. Essa estratégia eu acho que ela é importante, sim, e que aí temos que seguir passos, que se não der certo essa reunião, agora – contando com o apoio da Mariana, da Jucá – de tentarmos esse outro passo, que seria a reunião com o governador. Eu até registro aqui, o que o Lucas colocou, na ata. Que até segunda-feira muitos trabalhadores já terão sido contaminados ou levados a óbito, que estamos falando disso há meses e que uma hora a gente perde a paciência. Entendemos – vocês devem ter visto até a forma que eu fiquei na hora que eu li aquela resposta, porque pedir uma reunião para a CIB e receber uma resposta daquele nível, fica difícil até de expressar o sentimento que temos. Sabe? Então eu acho que podemos caminhar aqui. Também não anotou ali, mas também teve a proposta de retomar a reunião com aquele grupo e até ampliar. A Ivone falou isso e isso que eu ia propor também, de convidar uma reunião, novamente, com todos aqueles atores: Frente Parlamentar em Defesa do Suas, Cogemas, CRP, Creas, e podemos ampliar também, que esquecemos de alguns atores da outra vez – sendo muito sincera – Sintibref, que é o sindicato da área para os trabalhadores de nível médio, enfim. Na última reunião tinha ficado definido fazer uma campanha, só que a gente foi por partes: primeiro lançou nota técnica, tentou essas reuniões, a mediação com o Ministério Público do Trabalho, enfim. Como a solicitação das reuniões não surtiram efeito com o secretário de saúde e com a CIB, eu acho importante retomar essa reunião com esses atores, pensar novas estratégias, e uma delas seria como operacionalizar uma campanha em prol da vacinação dos trabalhadores. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Sim, Dona Anédia? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não entendo direito, mas no caso aí falou de chamar o Fórum de Trabalhadores? Chama o Fórum de Usuários também para se juntar aí. O que vocês acham? Juntar tudo, (trecho incompreensível) [1:39:07] juntar força e chamar todo mundo. **PRESIDENTE:** Com certeza, todos os atores envolvidos na defesa da Política Pública de Assistência Social, não é? Fazer o levantamento e mandar um ofício circular convidando todos para a reunião. Não tem nenhuma inscrição no *chat*, então eu fazer a leitura das propostas de encaminhamento. Vou tentar fazer por bloco. Então seria: solicitar novamente... Primeiramente, vai ter uma conversa da Mariana com a Elizabeth Jucá, solicitando apoio no

agendamento da reunião com o secretário de estado da Saúde. E aí, não havendo um retorno positivo do agendamento dessa reunião, a gente pensa na reunião direto com o governador. A nota de repúdio, em relação às tentativas de reunião com o secretário de estado da Saúde, e com a CIB da Saúde. A de notificar o Ministério Público foi a Luanda que falou, mas foi encaminhamento do FET, que o FET já começou a fazer. E o outro encaminhamento seria realizar uma nova reunião com os atores envolvidos na defesa do Suas, até a Frente Mineira em Defesa do Suas podemos convidar também. E, a partir dessa reunião, discutir como seria uma campanha em prol da vacinação, da inclusão dos trabalhadores do Suas no plano de vacinação, uma vez que a Assistência Social é considerada serviço essencial. Estão claros os encaminhamentos, gente? Porque como fui anotando a partir das falas, ficou um pouco difícil de sistematizar. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que ficou bom. Deu para resumir tudo mesmo. Acho que a Luanda poderia ver qual foi a incidência dos trabalhadores nessa questão em Belo Horizonte. Da mesma forma. Qual que foi a incidência? Teve influência. Na verdade, foi o órgão gestor que resolveu também – conversa, igual eu falei aqui. A gente traz a prática, conversa de secretário para secretário. Agora, os trabalhadores fizeram muita pressão também. **LUANDA, CRP/MG:** Sávio, estamos em diálogo. Inclusive, o Fabiano, que é do FMT, participou de uma reunião do Fórum Nacional de Trabalhadores do Suas e trocou essas experiências, porque o movimento de trabalhadores de Belo Horizonte estava muito fortalecido e conseguiu contribuir nas discussões a nível nacional, inclusive, sabe? Aí eles estão fazendo uma articulação, inclusive com a Defensoria Pública da União. Acho que eu já compartilhei aqui antes, que é muito puxada pela FMT, e o Fabiano está sempre presente, sempre somando lá no FET também sempre trazendo os exemplos, as experiências de BH. Mas, eu acho que é isso mesmo, precisamos nos fortalecer. **PRESIDENTE:** Sávio, uma das estratégias do Fórum Municipal de Belo Horizonte foi solicitar uma audiência pública, que a Câmara realizou. Nessa reunião tivemos da mesa diretora com as várias entidades, uma das propostas de encaminhamento foi uma audiência pública. O deputado André Quintão, enquanto presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Suas, até colocou que poderia solicitar, fazer o requerimento dessa audiência pública no estado, e retomando essa reunião com os atores, a gente pensa também na possibilidade dessa realização da audiência pública pela Assembleia. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu espero que seja mais rápido. Eu espero que a Mariana, a partir de segunda-feira resolva isso, porque é igual o Lucas falou: está cada vez pior, as pessoas vão se infectando, morrendo com essa doença. Então, aí espera a audiência pública, a coisa não chega. O processo de vacinação está adiantando bastante, já estamos aí com 48 anos... 41 em Belo Horizonte. Na semana que vem vai ser 36 anos a 50. Daqui a pouco nem vai precisar mais. Acho que tem que ser rápido esse negócio, acho que já não dá mais para fazer um processo mais ou menos igual, mesmo porque já tem exemplo de estados que já adotam essa questão, e já tem exemplo suficiente para respaldar uma decisão da

Secretaria Estadual de Saúde com relação à vacinação dos trabalhadores do Suas. Acho que é rápido, entendeu? Vamos ver se conseguimos isso semana que vem. Porque está fácil, já tem muito exemplo já. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia? **SÁVIO, CMAS BH:** São quantos estados no Brasil que já conseguiram, Luanda? É significativo, não é? **LUANDA, CRP/MG:** Eu não sei falar aqui de cabeça, Sávio. Eu posso pegar, o FTM Suas tem feito um levantamento, mas são muitos. **SÁVIO, CMAS BH:** Não é nem um e nem dois, não é? **LUANDA, CRP/MG:** Não, não é não. É mais, é bem mais. Bem mais. **SÁVIO, CMAS BH:** Então, pronto. Joga isso... **LUANDA, CRP/MG:** É por isso que eu falei que o estado de Minas está passando vergonha nacionalmente, vergonha mesmo. **SÁVIO, CMAS BH:** Que isso, que isso? **LUANDA, CRP/MG:** Sempre fomos exemplo, agora estamos passando é vergonha. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia... **SÁVIO, CMAS BH:** Imagina, imagina, gente – só para terminar, Lucas – imagina se 70% dos municípios, se não me engano – me corrija aí se eu estiver errado – são de 20 mil habitantes para baixo, até 20 mil habitantes, não é isso? Vai ter o quê? Quantos profissionais que atuam em Cras, em Creas? Uma mixaria de município, de trabalhadores que poderiam ser incluídos lá. Basta uma canetada. Pelo amor de Deus. **PRESIDENTE:** Na nota técnica, a Sedese passou os dados, foram aproximadamente 30 mil trabalhadores do Suas que estão inscritos no Cad Suas, não é? Sem considerar quem já foi vacinado por ser prioritário, pela questão da idade, enfim. O Lucas queria falar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, é só para poder incluir nessa nova reunião, atores da política nacional. Chamar alguém do Cnas, chamar alguém da Frente Nacional do Suas, Fórum Nacional de Trabalhadores, Fórum Nacional de Usuários, para botar pressão mesmo, de cima para baixo também, e de baixo para cima. Acho que é importante. Não é possível que de cima para baixo, de baixo para cima, a gente não encurrala no meio para poder liberar essa vacina. **SÁVIO, CMAS BH:** Isso sabemos fazer. **PRESIDENTE:** Boa ideia, Lucas, envolver a nacional também. Bacana. E à medida que for lembrando, gente, vamos falando aí. Mandamos lá no grupo: “convida fulano, convida cicrano” porque é uma reunião ampliada mesmo, para somar esforços de todas as entidades mesmo, em prol dessa vacinação. Foi falado até que daqui a pouco, já está, sei lá, 40 anos, não é? Daqui a pouco já está 38, daqui a pouco já vacinou todos os trabalhadores do Suas, mas a nossa luta é pela inclusão como público prioritário, porque pode ser que ano que vem tenha tudo de novo. Não sabemos se vai ser igual a vacina contra influenza, que todo ano tem que vacinar. Então é importante, sim, porque a assistência social é serviço essencial, então ela tem que ser incluída no plano de vacinação, não é, gente? **JOSÉ, REPRESENTAÇÃO NÃO IDENTIFICADA:** Patrícia, boa tarde. Tudo bem? **PRESIDENTE:** Boa tarde, Zé. **JOSÉ, REPRESENTAÇÃO NÃO IDENTIFICADA:** Estou aqui acompanhando a reunião. Boa tarde a todas, a todos os conselheiros, presidente. Eu queria dar, se me permitir, uma palavra. **PRESIDENTE:** Sim, sim, à vontade. **JOSÉ,**

REPRESENTAÇÃO NÃO IDENTIFICADA: Eu estou acompanhando o eixo e a reunião, e acho que todos os encaminhamentos, tenho acordo com eles, a questão do requerimento da audiência, foi uma das ações que a gente tirou contra, na reunião que tivemos junto com o CEAS e outras entidades e parceiros Nessa questão. Nós já podemos dar sequência nela lá, sem problema, na Assembleia, via Frente. Sem problema nenhum. E, em acordo também com o que o Conselheiro Lucas trouxe, de convidar atores nacionais. Mas o que eu queria trazer aqui, como informe, é que no próprio “Assembleia Fiscaliza” tanto a secretaria Elizabeth Jucá assumiu esse compromisso de interlocução junto ao secretário de estado, que é o Baccheretti, Fábio Baccheretti – não sei como pronuncia o nome dele – de fazer essa conversa para pedir essa inserção dos trabalhadores e trabalhadoras da assistência como grupo prioritário. No próprio Assembleia Fiscaliza, nós também fizemos e entregamos o documento que foi produzido da última reunião, em mãos para o secretário, em que ele assume o compromisso de ver como incluir esses trabalhadores. Isso é assume público, está lá gravado na audiência do Assembleia Fiscaliza, no eixo saúde em que ele foi prestar contas para o Legislativo, das ações da Saúde no âmbito da pandemia, principalmente. Então está lá. É um compromisso público dele, mas que, pelo visto, sequer deu retorno para nós e para este Conselho. E merecemos esse retorno, de fato. Reunião com governador, o governador não vai nos receber, infelizmente. Infelizmente não é um governo que está para o diálogo e que está para escutar, conversar e dialogar, principalmente com as pautas que advêm de trabalhadores. Mas, nós da Frente, mais uma vez nos comprometemos a estar junto com este Conselho e, principalmente, nesta temática aqui. Está bem? Já coloco de prontidão o nosso mandato, o mandato do deputado André, que é o coordenador da Frente, à disposição deste Conselho e das demais entidades que compõem este Conselho aqui, para que a gente consiga fazer de fato esta luta. Como o Sávio colocou, é uma luta, e essa luta tem que ser nossa, de todos nós, assistentes sociais, do estado, mais os trabalhadores e trabalhadoras que compõem o Sistema Único de Assistência Social. É isso que eu queria deixar registrado na reunião. Obrigado pelo espaço de fala, presidente Patrícia e demais conselheiros.

PRESIDENTE: Obrigada pelas contribuições, José Ribeiro. Esse retorno da Assembleia Fiscaliza é importante. Eu até vi um trequinho mesmo, de um vídeo em que o deputado entrega a nota técnica conjunta para o secretário de estado da Saúde. E caso deliberado por este Conselho essa nota de repúdio, eu acho que poderia a secretaria executiva, quando for minutar, até tentar assistir essa parte em que o secretário se disponibiliza – como o José Ribeiro colocou aí – e dizer que apesar desta fala na reunião na Assembleia Fiscaliza, as ações estão contradizendo a fala. Na verdade, ir um pouco nesse sentido também. Não tem nenhuma inscrição no *chat*. Partindo para os encaminhamentos, podemos fazer a votação por contraste ou vocês querem que chame a tabela de votação? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Contraste. **PRESIDENTE:** Ok. Não teve nenhuma manifestação pela

planilha de votação, então os conselheiros que concordam com as propostas de encaminhamento em relação à pauta dos trabalhadores do Suas, que nós fizemos a discussão, já fizemos a leitura da síntese das propostas de encaminhamento, a nota de repúdio, a conversa da Mariana com a Jucá para intermediar a reunião do secretário de estado de saúde, a reunião com os atores da Política de Assistência, uma campanha em prol da vacinação dos trabalhadores do Suas; caso necessário, a solicitação de reunião com o governador; e a nota de repúdio. Os conselheiros que concordam, permaneçam como estão. Se algum conselheiro quiser se abster ou reprovar os encaminhamentos, por favor, se manifeste no *chat*. Até o momento não temos nenhuma manifestação contrária e nenhuma abstenção no *chat*, então, aprovados os encaminhamentos. Ok, obrigada, gente. Vamos para o próximo ponto de pauta, referente a 14ª Conferência Estadual de Assistência Social. Nos últimos dias nós realizamos nove encontros regionais com as 22 diretorias, com os municípios, de acordo com a distribuição das 22 regionais da Sedese. A secretaria executiva fez um levantamento em relação ao percentual de participação dos municípios por regional, ficou um estudo muito bom, feito pelo Daniel. Queria até pedir para ele apresentar e começa discutir um pouco com base nos dados. Enquanto ele localiza o arquivo para exibir, fazer alguns comentários em relação a esses encontros. Infelizmente, eu só tive condição de participar de dois, mas acompanhei as notícias sobre todos eles. Sabemos que teve uma participação muito boa da Dona Anédia, da Dona Ivone, do Lucas, que participaram de vários desses encontros. A Dona Anédia brilhou, os municípios todos querem uma Dona Anédia como conselheira. Dona Anédia está de parabéns, nosso orgulho do CEAS, Dona Anédia. Estamos muito gratos, muito feliz com a sua contribuição nos encontros regionais. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** E eu mais ainda, Patrícia. Obrigada, viu? Mas eu também fiquei muito feliz (áudio ruim) [01:54:42] mais conhecimento, estou aprendendo bastante. Estou gostando, estou amando. Quero repetir a dose. Obrigada. **PRESIDENTE:** Que bom. A senhora sensibilizou muito os municípios, queremos a senhora na mesa de abertura da Conferência Estadual. Até falamos no grupo de *WhatsApp* também, da senhora gravar um vídeo sensibilizando os municípios para participarem, fazerem as conferências. Uma fala mais livre para divulgarmos nas redes sociais. Então pedir o apoio da secretaria executiva para operacionalizar isso aí junto com a senhora também. E a gente contou com muitos convidados, a Dona Ivone conseguiu convidar pessoas ilustres para abrilhantar ainda mais os encontros regionais, então contamos muito com a participação da Márcia Lopes, ex-ministra de Desenvolvimento Social, representante da Frente Nacional em Defesa do Suas, ela participou de quase todos os encontros também, trouxe uma contribuição excelente. Também tivemos a contribuição do mandato do André, o José Ribeiro participou, Rosilene Rocha, ex-secretária nacional, ex-secretária de estado da assistência aqui em Minas também. Tivemos a participação da Aninha. Se eu estiver esquecendo algum nome, vocês me lembrem, está

bem, gente? Porque foram muitos encontros e eu não participei de todos. Então queria, mais uma vez, agradecer a participação dos convidados que nos apoiaram, da secretaria executiva que organizou nove encontros em um tempo muito curto. Também agradecer as diretorias regionais da Sedese por terem contribuído com a mobilização, agradecer também publicamente ao Paulo, do Cogemas, que ajudou demais e sempre ajuda muito com a publicação de tudo. Enfim, eu não posso deixar de agradecer a todos vocês aí. Deixa eu passar... O Sávio está inscrito, vou passar a fala para ele primeiro. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu fiquei impressionado com a organização nossa, acabou dando tudo certo. E a impressão que fica é que eu acho que conseguimos. Eu acho que ali não foi diretamente expresso a vontade ou a decisão de fazer a conferência municipal. Não teve tempo para isso, mas eu acho que os argumentos, a forma como foi conduzida a reunião, de forma rápida. A coisa muito demorada não tem efeito, as pessoas perdem muito a paciência. O recado foi dado, na verdade. Eu achei – eu participei de três: duas fazendo a palestra, repassando as informações, e uma ouvindo – mas, também teve uma parte que eu participei. Eu achei ótimo. Eu fico só imaginando, sabe, Patrícia? Eu fico imaginando a gente com essas Urcmas mobilizadas, organizadas, discutindo temas mensalmente, trocando experiências... Ninguém vai segurar a Política de Assistência Social desse jeito, não. E e agora tem uma coisa também, eu acho que isso dá um fresco para o Conselho Estadual, você vê todo mundo articulado, os conselheiros, aqui discutimos muito, tratamos de uns assuntos *chatos* também. Agora, essas plenárias foram ótimas. O Lucas me impressionou muito. O Lucas, a vontade dele de estar participando de tudo, repassando informações. Gostei muito da parceria com ele em uma dessas. Dá aquele fresco para o conselho, sabe? O conselho fica mais forte, e entre a gente mesmo, cria uma certa sintonia. Então, isso aí serviria muito se fosse mensal, a gente conduzindo, participando dessas reuniões. É isso que eu acho que vamos ter que fazer daqui para frente, não é? Não chegar só na última hora. E manter essa mobilização. A gente reforça os órgãos gestores, reforça os conselheiros a nível municipal. É tão interessante os conselheiros de toda parte do estado. A assistência social conseguiu muita coisa, gente. É impressionante, muita coisa. Você via aí 70 municípios, 45 participando. Isso aí não é fácil, não. É uma coisa, de repente, em uma situação dessas em que alguns estão até desanimando. Absolutamente positivo. E eu quero também dizer que fico muito satisfeito de ter essas duas frentes, a Frente Mineira de Defesa do Suas e a Frente Parlamentar de Defesa do Suas também. É importantíssimo ter esses órgãos de controle externo, que podemos dispor deles. É na hora que a gente quiser, não é? Eles estão aí disponíveis. O José Ribeiro apareceu aí de repente. Apareceu na tela e já sentiu necessidade de dar o apoio, de repassar a informação. A Assistência não vai sem isso, não, gente. Então é muito importante mesmo e queremos, cada vez mais, ter mais órgãos, ter mais instâncias mobilizadas, tipo Fórum dos Trabalhadores, Fórum dos Usuários, Ministério Público. Todas as instâncias em que a gente

puder contar para fortalecer a política, devemos contar, ok? **PRESIDENTE:** Obrigada, Sávio. O Lucas está inscrito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Patrícia. Não, eu só queria complementar a fala do Sávio e instigar a plenária. Eu lembro que na segunda reunião plenária que tivemos, do CEAS, o Sávio bateu muito na tecla da necessidade de realizar reuniões descentralizadas. Eu acho que esse evento, que fizemos com as regionais, é um ponta pé inicial para que a gente consiga deliberar aqui, hoje, a necessidade de reafirmar essa necessidade de realizar essas reuniões descentralizadas. Queria reforçar mesmo aquele pedido de Sávio lá, tanto tempo atrás, que podemos e conseguimos viabilizar, ainda que de maneira virtual, para tentar ouvir as demandas dos municípios. Seria isso, Patrícia. **SÁVIO, CMAS BH:** Ótimo. **PRESIDENTE:** Sim, sim. E eu lembrei muito do Daniel também, o representante do Movimento de População de Rua, ele brigou tanto para a gente ter a primeira *live*, não é? E nos aproximar dos conselhos municipais, aproximar o CEAS dos municípios, e esses encontros aí mostraram que é possível. Fica para o registro, para que no CEAS, no próximo mandato também – já estou despedindo aqui de vocês – consiga dar continuidade a esse tipo de ação... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, se conseguirmos deliberar uma resolução falando que no mês vamos realizar uma reunião descentralizada com alguma regional, ou nessa organização que fizemos de nove reuniões, eu acho que já conseguimos até manter essa regularidade para os próximos mandatos. Acho que seria até um substrato da nossa discussão da apresentação que o Daniel vai fazer para nós. **SÁVIO, CMAS BH:** Ótimo, Lucas. **PRESIDENTE:** Vamos levar isso como pauta para a comissão de apoio discutir? Porque não é tão simples a resolução. Eu lembro que o CEAS deliberou a caravana do Suas, a comissão de apoio já deliberou, não é? A Paula vai lembrar. A caravana do Suas está na resolução, mas não saiu do papel. Então, temos que pensar direitinho como fazer isso, como colocar isso na resolução e tal, e eu acho que podemos amadurecer essa ideia na comissão de apoio, sabe? Então, gente, vou pedir para o Daniel fazer a apresentação. **DANIEL - CEAS:** Faço isso. Todo mundo enxergando o meu compartilhamento aqui? Vou considerar como sim então vou continuar. Bom, pessoal, isso aqui foi um documento produzido pela secretaria, bem simples, só consolidando os dados mesmo. Dos municípios de Minas Gerais, 359 participaram dos nossos encontros. Tinha um número interessante, porque fizemos, como já foi dito, em um prazo até relativamente curto, inclusive já encaminhamos uma nova pesquisa, fizemos um *doc* no *Google Forms* para encaminhar para os municípios para eles nos responderem. Aí já encaminhamos, mais de 75 municípios já responderam, para a gente ver se teve um aumento nessa perspectiva de realização das conferências municipais. Aqui fizemos, para mostrar aqui rapidamente... Deixa eu ver se eu consigo... **PRESIDENTE:** Dona Anédia, seu áudio está aberto, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu estou na rua, gente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Olha o covid,

Dona Anédia. Sossega, Dona Anédia. **DANIEL - CEAS:** Consegui aqui. Aqui só fizemos um apanhado por encontro, foram nove encontros, o primeiro foi Almenara, Curvelo, Diamantina, Teófilo Otoni e Araçuaí. Então, de todos os municípios, a gente viu que teve uma participação bem interessante. Tiveram 68 que participaram e 40 que não participaram. Lembrando que pode ter mais do que isso porque, às vezes, as pessoas mandavam o nome do município errado, não é? Teve até *e-mail* no nome do município. Então às vezes pode ser até que mais municípios participaram. Aí o segundo foi de Governador Valadares, 26 participaram e 44 não participaram. Terceiro encontro em Poços de Caldas e Varginha, e aí 42 participaram e 72 não participaram. Depois foi Paracatu, Patos de Minas, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, e aí ficou meio a meio, 43 participaram e 43 não participaram. Depois foi Timóteo, e aí teve a maioria que participou, 35 participaram e 28 não participaram. Aí teve Juiz de Fora e Muriaé, que aí 15 participaram e 77 não participaram, então acho que foi o menor percentual dos encontros. O sétimo encontro ficou meio a meio de novo, 44 participaram e 44 não participaram. O oitavo, 49 participaram e 63 não participaram de metropolitana e São João Del Rei. E o nono encontro, por fim, ficou entre 37 participantes e 53 não participantes. Eu mandei esse arquivo lá no *WhatsApp*, junto com a lista de todos os municípios participantes também, então tivemos realmente uma participação. Inclusive, pelo tempo que tivemos de organização, na minha opinião foi bastante interessante. **PRESIDENTE:** Obrigada, Daniel. O CEAS já tinha enviado um *e-mail* para os conselhos municipais, perguntado em relação a realização dessas conferências. Aproximadamente 150 já tinham respondido, agora tivemos mais 75 que responderam. Eu pedi para o Daniel fazer um levantamento, um cruzamento de dados. Ainda não teve tempo para fazer esse cruzamento, dos municípios que já responderam, e dos municípios que participaram dos encontros, para ter uma ação específica com os municípios que não participaram e não responderam os questionários. Dependendo do quantitativo de município, a gente telefonar, fazer uma divisão para poder entrar em contato, de repente solicitar o apoio da Frente Mineira em Defesa do Suas também, não é? Para poder conversar com os municípios que sequer participaram do encontro, que ainda não se decidiram pela realização das conferências. Enfim. Temos que pensar em estratégias, não é? Os encontros, tivemos aí, sei lá, no total deu uns 45%, chutando. Uns 45% de participação dos municípios, enfim. Deixa eu passar para o Lucas aqui que está inscrito. **IVONE, COGEMAS:** Eu joguei 50%, que minha regional, Curvelo, deu quase 50. **PRESIDENTE:** Por regional, teve regional que deu mais de 50%, teve menos, mas teve alguns municípios que foram 359 municípios participantes, temos 853. Quem for bom de cálculo aí, faz o percentual. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu queria só saber do Daniel se teria esses dados da participação dos municípios, da lista dos municípios que participaram ou não, por regional, com essa tabela aí. **DANIEL - CEAS:** Você fala por regional ou separado das 22? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso, isso. **DANIEL - CEAS:**

Tenho a planilha aqui. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Seria bom encaminhar isso para a gente também, que quem tiver contato com esses municípios, nós, conselheiros, podemos também tomar iniciativa, tentar ver por que não participou, depois encaminhar para o CEAS para podermos achar um caminho. Auxiliar o serviço da secretaria executiva também, porque senão a gente não dá conta de... Porque a nossa meta é 853 municípios realizando conferência, então temos que traçar meta, focar nela e tentar bater.

DANIEL - CEAS: Está. Não, pode colocar como encaminhamento, que eu vou compartilhar a planilha com vocês. Aí tem por município e por regional, aqueles que participaram e aqueles que não. Assim que eu tiver um tempinho, eu já vou fazer o cruzamento de dados que a Patrícia falou, para vermos quais não participaram, e ver algum tipo de incentivo, vai ficar bem mais fácil de direcionar os nossos esforços.

PRESIDENTE: Obrigada, Daniel. E lembrando que vamos ter uma reunião da comissão organizadora da conferência dia 20, terça-feira que vem. A pauta é Regimento Interno das conferências regionais, mas podemos discutir também estratégias complementares a partir desses dados. Mas, o Daniel lançou o documento lá do *Google Forms* e, sei lá, um, dois dias, já tinha 75 respostas, não é? E hoje o Paulo do Cogemas fez um informe encaminhando para os gestores e solicitando também que eles respondessem, então a gente espera. Vamos pedir apoio também das diretorias regionais para divulgar esse *link*, e aí esperamos que mais municípios respondam também em relação aí à realização da... **DANIEL - CEAS:** Já encaminhou, Patrícia, para as diretorias regionais.

PRESIDENTE: Já encaminhou, não é, Daniel? Beleza. **PAULA - CEAS:** Daniel já encaminhou. Só completando aqui também, você falou dos 150, mas independente do *Google Forms*, que eu acho que pode agilizar bastante sim. Até o momento já temos 276 municípios que responderam, sendo que 222 vão realizar conferência. Não sei se os 7, que estão lá, só vão somar ou se podem estar repetidos. Mas, se for somado, a gente já vai para mais de... Quase 350. Aí a coisa está caminhando mesmo.

PRESIDENTE: Ótimo, Paula. Que bom que mais municípios responderam. O Daniel me falou que tinha mandado esse documento do *Google Forms* para os municípios que não tinham respondido ainda, não é, Daniel? **DANIEL - CEAS:** Não apenas para aqueles que não tinham respondido, mas para aqueles que tinham respondido que não iam fazer. Depois dos encontros, eu pedi para não mandar só para aqueles que tinham falado que iam fazer mesmo. Então todos os outros que não responderam, ou que falaram que não, aí eu pedi para o Ângelo encaminhar.

PAULA - CEAS: Que não estavam definidos, não é? Que a gente tinha uns 50 que estavam assim "indefinido" ainda, não é? **DANIEL - CEAS:** Isso. **PRESIDENTE:** Isso. Aí se a secretaria executiva tiver tempo de até na terça-feira olhar direitinho essa relação, para a reunião da comissão organizadora já sabemos se esses 300 já responderam... 300 e pouco já responderam que vão realizar. Enfim, gente, é muito trabalho e é muito corrido, não é? Não tem mais nenhuma inscrição, então ficou dado o informe sobre os encontros de mobilização.

O outro ponto de pauta é em relação à resolução que altera o anexo 1 de que trata o parágrafo único do artigo 2º da Resolução CEAS 727, uma resolução de abril de 2021. Vou pedir para a secretaria executiva contextualizar. **ROSALICE - CEAS:** Bom, foi o seguinte, nós fizemos aquela Resolução 727, que dispõe sobre as conferências regionais, e quando verificamos, o nosso banco de dados estava com dados desatualizados em relação a municípios com as regionais. Então, o que nós fizemos? Batemos, eu e a Paula, verificamos município por município, quantos municípios tem por cada regional, qual município foi para a regional tal, porque em 2019 – não é, Paula? – houve uma alteração de municípios por regionais, que teve municípios que, na nova divisão, foi para uma regional mais próxima da realidade deles. Não alterou o número de delegados para as conferências, e nós só fizemos essa organização de municípios, está bem? Eu vou exibir ela aqui, só um minutinho. Paula, você quer completar? **PAULA - CEAS:** Não, Rosa, é isso mesmo. É só adequação ao decreto que alterou. Ele alterou duas vezes, há pouco tempo, então tinha alguns dados que estavam desatualizados no nosso banco de dados. Eu já havia feito uma conferência, mas acho que alguma coisa escapou e estava meio fora do lugar, e foi essa adequação que fiz agora ao decreto. **ROSALICE - CEAS:** Tinha regional que tinha 20 municípios, mas na realidade tinha 21. Então eram essas alterações que a gente foi fazendo por regional. É só o anexo mesmo que vamos alterar, está bem? Está aqui todas as nove regionais, os dados certinhos, o número de município e o porte, a gente conferiu o porte, o número de municípios por cada porte. Agora está certinho, de acordo com o decreto de divisão de território das diretorias regionais da Sedese. **PRESIDENTE:** A secretaria executiva poderia enviar esse arquivo no grupo dos conselheiros? E aí vocês dão uma lida lá, para a gente não precisar de fazer a leitura desse anexo. **ROSALICE - CEAS:** Está bem, eu posto agora. **PRESIDENTE:** Que não temos condições de conferir agora, então acho que não faz nenhum sentido fazermos essa leitura dos números de municípios, de delegados, e por regional. Então, a gente já... Aí podemos deliberar sem fazer a leitura aqui na plenária. Os conselheiros estão de acordo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Aí volta para poder votar depois? **PRESIDENTE:** Estou esperando a Rosa mandar lá, para registrar em ata que foi enviado, aí coloca. A Rosa já enviou a minuta de resolução lá no grupo de conselheiros. **ROSALICE - CEAS:** Mandei no grupo lá agora, Resolução 733, que altera o anexo I da 727. **PRESIDENTE:** Isso, só uma correção em relação aos números de municípios dentro do agrupamento das regionais. A secretaria executiva fez essa revisão da Resolução 727, que já havia sido emitida, e já havia sido feita uma revisão, mas alguns nomes de municípios tinham passado. E nessa segunda revisão foi verificado. Então já foi enviado no grupo. Nós poderíamos fazer deliberação aqui, sem fazer a leitura dessas tabelas numéricas aqui? Não houve manifestação, então em regime de votação: os conselheiros que aprovam a Resolução CEAS 723/2021, que altera o anexo I de que trata o parágrafo único do artigo 2º da

Resolução CEAS 727, de 16 de abril de 2021, permaneçam como estão. Se houver alguma discordância ou abstenção, por favor, registre no *chat*. Não havendo manifestações, aprovada. Dando sequência à pauta, composição da comissão eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social, eleição para a sociedade civil. Nós temos uma questão, como vocês sabem, em fevereiro de 2021 o CEAS deliberou uma resolução aprovando a nova composição do Conselho Estadual para o próximo mandato, que foi enviada para o Poder Executivo e tramitou por diversas áreas, e agora ela está na diretoria de... Alguém lembra o nome da diretoria? **MARIANA, SEDESE:** CTL, Consultoria Técnico-Legislativa do Estado. **PRESIDENTE:** Isso. Obrigada, Mariana. Qual é a situação que nós temos hoje? A lei do CEAS, a composição, no inciso II, que fala da composição da sociedade civil, foi revogado. Nesse inciso fala que a eleição da sociedade civil será na conferência estadual, e o nosso mandato é de dois anos, ele vence em novembro. Então, nós precisaríamos de realizar eleição em outubro, durante a conferência estadual. Apesar de que o conselho deliberou em... Gente, desculpem. Eu estou vendo uma mensagem aqui, voto contrário do Lucas, é da última votação? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Foi. **PRESIDENTE:** Aí você colocou “com voto contrário do Lucas”, é da última votação? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Da aprovação da nova composição. **PRESIDENTE:** Ah, está, desculpa, eu achei que eu não tinha visto aqui. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu perdi alguma votação aí, gente? **PRESIDENTE:** Não, não, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Ah, que susto. **PRESIDENTE:** Então, me perdi um pouco aqui, gente, desculpa. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, houve alteração na lei da sociedade civil e nela fala que a nossa eleição tem que ser na plenária. Nós mandamos para a Sedese, para fazer o projeto de lei com a alteração da composição, aí você estava perguntando em qual setor que está o projeto de lei. Aí você parou aí. **PRESIDENTE:** Isso. O projeto de lei. Ele está nessa diretoria que a Mariana falou, desde 7 de junho. A mesa diretora – não lembro a data, mas acho que foi no mês de junho – enviou um ofício para a Sedese solicitando uma consulta à Advocacia Geral do Estado, perguntando: caso o projeto de lei não seja aprovado em tempo hábil na Assembleia Legislativa, para realização da eleição na conferência estadual, como que deveríamos proceder? Se seria prorrogação do mandato? Ou se faria uma eleição com a composição que estava prevista, a composição atual, na verdade. Enfim, mas aí eu queria até ver com a secretaria executiva se teve algum retorno dessa consulta à AGE. E fizemos a consulta ao Conselho Nacional de Assistência também, em relação a essa questão, e também acredito que não teve nenhum retorno ainda. Então é uma situação que estamos muito preocupados, o Sávio já até externou sua preocupação em relação a isso porque, como é que o CEAS pode ficar em relação a eleição? Em relação a composição? A gente pode prorrogar? Pode fazer eleição com uma composição que não está na lei? Precisamos muito desse apoio da Sedese, como o Sávio colocou, para tentar agilizar nesses setores do Poder Executivo que estão

tramitando nesse PL. A partir do momento que foi enviado para o Legislativo, nós faremos articulação – temos até o José Ribeiro, que está participando da reunião, pode ser um apoio para a gente também, uma interlocução junto aos deputados. Enfim. O Lucas está colocando que ele é contrário à prorrogação do mandato. Eu também sou contrária, mas é importante a recomendação da Advocacia Geral do Estado, não é? Enfim. De qualquer forma, colocamos na pauta a criação da comissão eleitoral, pode iniciar a tramitação aí da minuta de resolução, aí vai ficar pendente só a parte da composição, e as outras questões, documentação exigida, enfim, pode ser iniciada. Então a pauta é essa, a composição da comissão eleitoral. Deixa eu passar a palavra para o Lucas, que se inscreveu. **IVONE, COGEMAS:** Só questão de ordem, Patrícia, antes do Lucas. Que ficou na mesa diretora que a diretoria executiva do CEAS apresentasse o nome dos conselheiros que poderiam participar dessa comissão. Tem algum indicativo disso? **ROSALICE - CEAS:** Nós fizemos o levantamento, Dona Ivone. Já vai apresentar o levantamento daqueles que já estão para vencer dois mandatos? Quer que apresenta, Patrícia? **PRESIDENTE:** Passa a fala para o Lucas primeiro, depois apresenta. Pode ser assim? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, eu queria sugerir, Patrícia, que fosse consultado o Ministério Público também. Como ele é fiscal da lei, ele pode nos dar suporte também, além da AGE e do Cnas. Na verdade, estou indo na mesma linha de orientação que demos para os conselhos municipais, que foi na linha de consulta à Procuradoria do Município, o Ministério Público e... Não, eram esses dois que sugerimos. É isso. **PRESIDENTE:** Isso. Bem lembrado, Lucas. Eu vou pedir para a secretaria executiva fazer a exibição desse levantamento dos conselheiros, conforme a Ivone colocou. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, esse levantamento o Ângelo fez ontem para nós (áudio ruim) [02:24:35] uma gestão. Vou falando um por um, ou vocês só querem saber que têm duas gestões? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Faz um por um, Rosa. **ROSALICE - CEAS:** Está. (Áudio ruim) [2:24:51] primeira gestão dela. Damião, já é a segunda gestão. O Sávio, uma gestão. Élerson, já na segunda gestão, a primeira gestão dele foi titular e agora como suplente. Francielly, primeira e segunda, suplente. Ela sempre foi, nas duas gestões, suplente. A Gabriela Loyola, primeira gestão. A Genilda Gomes, de Novo Oriente, primeira gestão. Isaura, primeira gestão. Jéssica, primeira gestão. João Alves Crisóstomo, duas gestões como titular. Laureci, uma gestão. Luanda, duas gestões, primeiro como titular e segunda como suplente. Lucas, uma gestão. Márcio Alves Evangelista, duas gestões, primeira como titular e segunda como suplente. Márcio Caldeira, uma gestão. Natália Lisce, a primeira gestão. Patrícia, duas gestões, a primeira como suplente, segunda como titular. E a Rosiane de Campo Belo, uma gestão. Vou marcar de amarelo aqueles que já estão na segunda gestão, está bem? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Você falou meu nome aí? Não ouvi. **ROSALICE - CEAS:** Quem falou? Dona Anédia? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** É. **ROSALICE - CEAS:** É sua primeira gestão, Dona Anédia. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Ah, está bem.

ROSALICE - CEAS: A senhora pode ficar aqui com a gente mais um ano, hein? Mas ano que vem... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu sou apaixonada por vocês. **PRESIDENTE:** E temos as representações governamentais também, que estão na segunda gestão. Dona Ivone já está no segundo mandato. **IVONE, COGEMAS:** Vai ficar livre de mim aí já. **ROSALICE - CEAS:** Patrícia, o Ângelo só levantou sociedade civil. A composição do processo de escolha, geralmente, é composto pela sociedade civil. **PRESIDENTE:** Tem Cmas governamental, mas é porque são as que são eleitas na conferência, não é? Porque o Cogemas é indicação, mas eu só fiz essa observação porque a Dona Ivone também não vai poder candidatar novamente porque está no segundo mandato. **ROSALICE - CEAS:** A Dona Ivone é Cogemas. **PRESIDENTE:** Sim, mas a questão é, o levantamento de quem não vai poder se candidatar por estar no segundo mandato, ou seja, Dona Ivone pode entrar na comissão eleitoral, caso ela tenha disponibilidade. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, a comissão eleitoral, é isso que a Rosa está falando, Patrícia. **ROSALICE - CEAS:** A comissão (áudio ruim) [02:27:35] então ela é composta pela sociedade civil. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso que eu ia falar. **PRESIDENTE:** Não é só da sociedade civil, não, gente. Processo eleitoral passado, o Helder, Cmas, governo, estava. **ROSALICE - CEAS:** Mas a Dona Ivone é Cogemas, a Dona Ivone não representa conselho municipal governamental, ela representa Cogemas. **PRESIDENTE:** Em qual normativa, gente, que diz que só sociedade civil que participa da comissão eleitoral? **IVONE, COGEMAS:** É governo e sociedade civil. **PRESIDENTE:** Isso não está no Regimento Interno, gente. **IVONE, COGEMAS:** São dois do governo, dois sociedade civil, Rosa. **PRESIDENTE:** O que temos, o Regimento Interno fala que as comissões... **ROSALICE - CEAS:** É porque ficou faltando as legislações anteriores, está bem? Paula, você consegue levantar a última composição da comissão? As duas últimas, por favor, que eram quatro conselheiros? **PRESIDENTE:** A última estava o Isaque, sociedade civil, e dona – você falou, mas eu esqueci o nome dela. Dona Arlete, sociedade civil. E a Joanita, sociedade civil. E o Helder, governo. Tinha três sociedade civil e um governo. **ROSALICE - CEAS:** Cmas, porque ele também é eleito no processo de escolha (áudio ruim) [02:29:11]. O Cogemas não é eleito, ele é indicado. Quem participa do processo de escolha, junto com o Ministério Público, são aqueles que vão ser eleitos. Os eleitos são: Cmas governo, sociedade civil, trabalhador, usuário ou entidade. São cinco que participam do processo de eleição. Agora, os secretários e o Cogemas não são eleitos. **IVONE, COGEMAS:** Isso está onde, Rosa? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Rosa... **IVONE, COGEMAS:** Onde que está regimentado isso aí? **ROSALICE - CEAS:** Que o Cogemas e as secretarias são indicadas? **IVONE, COGEMAS:** Não, não, não. Que não podem participar da comissão eleitoral quem não é eleito. **PRESIDENTE:** É, gente, isso não está no Regimento Eleitoral, não. Isso daí os mandatos passados colocavam na resolução da comissão eleitoral... Era uma prática do CEAS isso,

entendeu? Isso não está no regimento, não. O regimento fala que as comissões temáticas são de caráter permanente, e os grupos de trabalho são de caráter eventual. Então, na verdade, não é uma comissão eleitoral. É um grupo de trabalho para fazer a questão eleitoral, porque não tem nenhuma comissão temporária. As comissões que o CEAS tem são permanentes. Então, na verdade, seria composição de um grupo de trabalho para organizar o processo eleitoral. E aí o Regimento interno fala que as comissões serão preferencialmente paritárias, porque no regimento não fala nada de composição eleitoral, não. **PAULA - CEAS:** Aí não é de regimento, Patrícia. Isso volta lá um pouquinho na questão da Resolução 237 do Cnas, todas normativas sobre orientações é que quem compõe, quem coordena a eleição da sociedade civil é a sociedade civil. **ROSALICE - CEAS:** Sociedade civil. São orientações do Cnas. **PAULA - CEAS:** A 237 que, inclusive, está sendo revista agora. Eu acho que nem saiu a nova. **IVONE, COGEMAS:** Só que quando você coloca um representante do governo, ela não é sociedade civil. **PAULA - CEAS:** Mas, o Cmas é eleito na conferência. **IVONE, COGEMAS:** Sim, mas está equivocado. Quem vai coordenar o processo, seja sociedade civil, não é. Que o processo é do conselho. **ROSALICE - CEAS:** É, são orientações do Cnas, Dona Ivone? Então... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Olha, as orientações do Cnas, e também as resoluções do Cnas que compõem as comissões eleitorais, eleição da sociedade civil sempre foi sociedade civil coordenando o processo. A ademais, o parágrafo 3º da 12.262, que trata do CEAS, fala que os representantes dos conselhos municipais, dos secretários municipais, dos usuários, das entidades de defesa dos direitos dos trabalhadores, dos trabalhadores das entidades prestadoras de serviços de que tratam este inciso, que é o inciso... Do artigo, aliás, serão eleitos com foro próprio com registro em ata específica. Lógico que, conseqüentemente, trata-se de segmentação. Aquele mesmo padrão que a gente usa para eleição de delegado em conferência. **PRESIDENTE:** Eu me perdi aqui. Desculpa, gente. Então a proposta é que só tenha sociedade civil na composição da comissão? Que não entre Cogemas, que não entre Cmas sociedade civil? Cmas governo? **ROSALICE - CEAS:** O Cmas governo pode entrar, porque se continuar essa mesma composição, ele vai ser eleito lá na conferência também. Ele entraria. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Como houve exclusão do Cmas, eu acho que não precisa. **PRESIDENTE:** A lei não foi aprovada... **ROSALICE - CEAS:** Se não houver alteração da lei, até o processo de escolha pode manter o mesmo, aí se o Cmas governo vai continuar. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu acho que nem devia conversar sobre isso, devia conversar o que vai acontecer, entendeu? Que tem que acontecer. O mais difícil é ser aprovado pelo conselho, que poderia não ser aprovado. Agora, se foi aprovado, o resto é trâmite. Nós vamos conseguir, sim. **IVONE, COGEMAS:** E faz a comissão só com a sociedade civil então, se as orientações já são assim. **ROSALICE - CEAS:** Mas, a questão é que o Élerson não está, a Francielly também não, só está Luanda. Márcio Evangelista também não está. Patrícia está. Está Luanda e Patrícia. Gente, colocamos

quatro conselheiros, mas é porque nos anos anteriores sempre foram quatro, não é, Paula? Fizemos um levantamento e eram quatro, mas se vocês quiserem alterar o número dessa composição, eu acho que não tem nada que determine que é quatro. Agora, os outros conselheiros não estão presentes. **SÁVIO, CMAS BH:** O importante é que ela seja paritária, na minha opinião. **ROSALICE - CEAS:** Isso mesmo, Sávio, ela tem que ser paritária. Colocamos quatro porque usamos nos outros anos, mas é paritária. **PRESIDENTE:** Gente, fica até difícil de fazer paritária se é sociedade civil que vai participar, não é? Porque estamos entendendo que o Cmas a lei vai aprovar e não vai ter Cmas governo. Tem uma resolução do Conselho Nacional, a (trecho incompreensível) [02:35:47] que recomenda que a condução do processo eleitoral seja da sociedade civil. No meu entendimento, isso não impede que tenha governo na composição da comissão eleitoral, porque vai ter vez, inclusive, que não vai ter nem como, porque todo mundo que é conselheiro estadual vai ser candidato no próximo ano e não vai poder. Então é complicado isso. E quando a resolução recomenda que a coordenação seja da sociedade civil, eu entendo que toda comissão tem uma coordenação, não é? E a, dentre os quatro de composição paritária, elege um coordenador, que é da sociedade civil. O CEAS não vai conseguir quatro conselheiros da sociedade civil para compor essa comissão, não. Inclusive, justifico que não poderei participar em função do volume de trabalho que eu tenho tido. Não tenho condições de pegar mais uma comissão. **LUANDA, CRP/MG:** Oi, gente. Eu estava até hoje pensando sobre isso, eu também estou... E eu estou um pouco adoecida inclusive, talvez sequela até da covid mesmo, então por recomendação médica, ela mandou eu diminuir o número de atividades, sabe? Eu também, só em último caso mesmo, porque eu sei que é um trabalho que vai demandar mais disponibilidade, um compromisso maior, porque é uma eleição para o próximo mandato, então eu preferiria não assumir algo que, talvez, eu não dê conta. **ROSALICE - CEAS:** Bom, gente, aí só sobrou o Élerson e o João Alves Crisóstomo, ele não está participando devido questões de trabalho. Ficaria Francielly, se ela tiver condição e disponibilidade para isso, Élerson e o Damião, que não está participando. **PRESIDENTE:** Rosa, a Francielly, o Fórum Estadual vai solicitar a alteração da Francielly. Por algumas questões, ela não vai poder continuar. Então nos próximos dias o CEAS deve receber um ofício do Fórum Estadual dos Trabalhadores indicando um novo nome, já foi deliberado em plenária do Fórum Estadual. **ROSALICE - CEAS:** Eu fui colocando de branco aqueles que não vão poder participar. Sobrou o Élerson e o Márcio Alves Evangelista. E eles não estão presentes, está bem, gente? Então não tem como compor essa comissão hoje ainda, porque tem que esperar o Élerson e o Márcio Evangelista estarem, mas precisamos de mais pessoas, porque só dois... O que faz essa comissão, gente? Só explicar. A comissão, não é técnico que avalia, mas ela que avalia a documentação e fala: "Olha, essa entidade está apta. Ela cumpriu os critérios que foram determinados no edital de convocação, ela está apta, todos os documentos estão ok", enfim,

são esses conselheiros que vão colocar a assinaturazinha dele lá e falar: “Olha, essas entidades estão aptas, de acordo com o edital está ok”, e é junto com o Ministério Público esse acompanhamento. E, realmente, acho que só dois conselheiros vai ser um trabalho meio pesado para eles. E olha que tem ajuda dos técnicos, não é, Paula? A gente organiza essa documentação, vê se já está toda documentação preparada para eles analisarem o conteúdo da documentação. Enfim. **PRESIDENTE:** Nós não temos nenhum conselheiro candidato para compor a comissão eleitoral, então podemos retornar para a pauta do mês de agosto, mas lembrando que o Regimento Eleitoral tem que ser publicado até 25 de setembro, porque a eleição é 25 de outubro, não é? Um mês de antecedência. Então retomamos com esse ponto de pauta para a plenária de agosto. Aí eu vou solicitar que a secretaria executiva entre em contato com os conselheiros para ver quem poderia se candidatar, e na próxima plenária já traz os nomes. Podemos fechar assim? **ROSALICE - CEAS:** Eu tive um probleminha aqui no áudio, eu escutei você falando que essa pauta vai para a plenária de agosto, ok? É isso, não é? **PRESIDENTE:** É. Como hoje não teve nenhum candidato, voltar para plenária de agosto, e aí a comissão teria que apresentar a minuta na plenária de setembro, porque o Regimento Eleitoral tem que ser publicado até 25 de setembro, um mês antes da conferência, quando ocorrer eleição. A reunião do CEAS de setembro é qual data? Vocês sabem? **ROSALICE - CEAS:** Deixa eu ver aqui, Patrícia. É dia 16. Mentira, dia 17 de setembro. **PRESIDENTE:** 17 de setembro. Então conseguimos compor a comissão em agosto, deliberar a minuta do Regimento Eleitoral em setembro, e ainda publicar com um mês de antecedência da conferência estadual. Esperamos que até o mês que vem a gente tenha conseguido aí que o Executivo envie para o Legislativo. E aí, Rosa, eu pediria também para a secretaria executiva entrar em contato com os conselheiros para ver se eles podem compor a comissão, e já trazer os nomes prontos a próxima semana, para não perdermos tempo implorando ninguém para entrar. **ROSALICE - CEAS:** Eu fico em dúvida no seguinte, dessa lista só sobrou o Élerson e o Márcio Evangelista. **PRESIDENTE:** Por isso que eu falei do governo compor, não é, gente? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Rosa, eu acho que vocês fizeram a listagem errada, porque o Márcio Caldeira não entra de novo, não. **ROSALICE - CEAS:** Lucas, eu estou confiando no levantamento que o Ângelo fez ontem. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Abre a planilha toda. **PRESIDENTE:** É, o Márcio Caldeira está na segunda gestão. Ele estava com a gente no mandato passado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Ele era titular. **PRESIDENTE:** Não, gente, mas independente de ser titular ou suplente, não pode concorrer porque é o segundo mandato. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu também tive essa impressão, viu, Lucas? Eu estou olhando isso aqui e acho que o Márcio Caldeira participou de duas. **ROSALICE - CEAS:** Gente, então eu peço desculpa pela secretaria executiva, porque foi um levantamento que foi feito ontem mais rápido. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Abre a planilha toda, Rosa.

ROSALICE - CEAS: Deixa eu tirar o filtro aqui, espera aí. Paula, durante a semana, podemos fazer esse levantamento, fazer essa conferência? **PRESIDENTE:** Independente se no outro mandato era titular ou suplente, é mandato do mesmo jeito, então não pode. Eu, por exemplo, não posso concorrer, mandato passado eu era suplente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Olha lá, 2017 e 2019. **ROSALICE - CEAS:** Então vamos olhar os outros aqui. Acho que só ele que... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É. **ROSALICE - CEAS:** Então seria o Márcio Caldeira também. Aí tem que ver se o Márcio teria essa disponibilidade. Ele está de férias, ele entrou de férias e aí teria que esperar ele voltar para estar consultando, está bem? Ele vai viajar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Rosa, poderia fazer também o levantamento com os conselheiros, por exemplo, os que representam conselhos municipais, eles podem ser candidatos, se for aprovado a legislação nova, eles não serão candidatos. Em tese, não é? Pelo menos pelo conselho, não. **ROSALICE - CEAS:** O Márcio Evangelista deve estar aqui, a Rosiane. Está faltando um. **SILVESTRE, SEF/MG:** Irajá não entrou nessa não? **ROSALICE - CEAS:** Irajá é o segundo mandato dele, só que a gente não colocou ele de amarelinho porque ele está tendo dificuldade de participação, e colocar ele nesse grupo... Porque tem reuniões constantes desse grupo por causa da análise. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Rosa, pode verificar também com os conselheiros aqueles que vão tentar candidatura novamente pela representação, porque pode ser que a representação apresente outro nome. **IVONE, COGEMAS:** A Genilda também é de Novo Oriente, pode ser que muda no município dela também eleição, não sei. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu entro (áudio ruim) [02:45:19] não sei como é a eleição, não entendi muito não, mas eu entro aí? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, Dona Anédia. A senhora vai ser reeleita, Dona Anédia. **PRESIDENTE:** Se a senhora vai candidatar, não, Dona Anédia. Quem vai se candidatar de novo... (Áudio ruim) [02:45:32]. **ROSALICE - CEAS:** Então deixa eu anotar esse encaminhamento aqui. Resolução sem candidatos. Voltar para a plenária de agosto e preparar o Regimento Eleitoral em setembro. Entrar em contato com os conselheiros que podem participar da comissão, Cmas, Élerson, Márcio Evangelista. Está bem. **PRESIDENTE:** E aí, para a próxima plenária, se não conseguir o quantitativo, os quatro representantes da sociedade civil para compor essa comissão, podemos pensar no que diz a Resolução 237 do Conselho Nacional no artigo 11, a eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público. Ou seja, não diz que o governo não pode participar da comissão, ele diz que a coordenação será da sociedade civil. No meu entendimento, pode ser conselheiros, sendo paritário, com voto interno do CEAS, dois governo, dois sociedade civil, sendo que a coordenação fica com a sociedade civil. Já foi dado o encaminhamento, não é, conselheiros? De voltar para a plenária do mês de agosto, então não tem nenhuma inscrição. A pauta já foi finalizada, podemos caminhar para o

encerramento? Lucas inscreveu. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Patrícia. Não, só queria trazer uma interpretação com relação a esse artigo 11, que é o seguinte, quando o Cnas coloca que deve ser coordenada pela sociedade civil, é justamente para podermos tirar a possibilidade de o governo barrar determinadas inscrições. Não estou falando que é o caso, mas é o intuito em si. Porque, veja, senão você pode deixar que o governo eleja só aqueles que são parceiros, que têm uma visão mais alinhada. Isso é uma interpretação que pode ser dada nesse sentido. Eu acho que o que a necessidade de sociedade civil guiar os trabalhos da sociedade civil é nesse espírito. E aí eu discordo plenamente da possibilidade de representante governamental coordenar, mesmo que esteja na orientação dos trabalhos da comissão da eleição. **PRESIDENTE:** Mais alguma consideração, conselheiros? Tendo encerrado a pauta do dia, finalizamos a nossa plenária de hoje. Queria agradecer a todos a participação, desejar um bom fim de semana.

Nome	Representatividade	Assinatura
Anédia Farias	Associação dos Usuários do SUAS	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS de Belo Horizonte	
Elerson da Silva	Caritas Brasileira	
Elder Carlos Gabrich Júnior	Sedese	
Francielly Ferreira Caetano	Fórum Municipal dos Trabalhadores do Suas	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas – Salinas	
Isaura dos Santos Lopes	Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras,	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Joana Moraes Rabelo Horta Lopes	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Laureci de Paula	Movimento Graal do Brasil	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Luanda do Carmo Queiroga	CRP	
Lucas Estevão Ribeiro	Conselho Central de Curvelo SSV	

Mariana de Resende Franco	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social – CRESS	
Poliana de Souza Vieira	SEE	
Stella Samara de Paula Faria	SEAPA	
Silvestre Dias	SEF	